

Flávio Reis

RUMINAÇÕES

RUMINAÇÕES

Cultura & Política

Flávio Reis

Flávio Reis

RUMINAÇÕES

Cultura & Política

São Luís - MA
2018

Dedicado a Isis Diana Rost

Muito além da fundação	11
Oligarquias e sistemas políticos	29
“A bomba suja...” e outros escritos e entrevistas de Wagner Cabral	49
Brasil, bem vindo ao século XXI!	65
Quando todos os gatos tornam-se pardos	75
Chega de atenienses, “todos são <i>Lúses!</i> ”	105
Narciso em estado terminal	125
Pitomba neles!	135
Depois da MPM	157
Memorial antiacadêmico	191
Índice de fotografias	222

Ruminações é uma coletânea de artigos sobre cultura e política escritos entre 2013 e 2016, quase todos publicados no jornal *Vias de Fato*. De certa forma, é uma continuação de *Guerrilhas*, livro de artigos publicado em 2012. Em 2017 completava 30 anos na Universidade Federal do Maranhão e pensei em um pequeno volume à guisa de comemoração. Por uma dessas coincidências estranhas da vida, fui acometido de AVC hemorrágico exatamente na data em que completaria o ciclo, 27 de maio. Tive muita sorte de sair quase sem sequelas, porém com uma dificuldade visual que logo mandou o projeto para a gaveta. Isis Rost o retirou de lá e se ocupou de toda a edição, incorporando imagens que reforçam a percepção dos textos. A ela o livro é dedicado, não apenas por isto, mas por tantas coisas vividas juntos nos últimos anos. Registro também o agradecimento especial a Emílio Azevedo, um dos editores e principal articulador do *Vias de Fato* e ao jornalista Zema Ribeiro, cujo blog sempre esteve aberto a estes textos. Como se trata de uma comemoração, agreguei um texto apresentado ao departamento de Sociologia e Antropologia em 2011, como requisito para a passagem do nível de professor assistente para o de professor adjunto, onde minha trajetória intelectual na universidade é colocada em retrospectiva. No fundo, é o relato do afastamento dos cânones acadêmicos em sentido estrito, de forma que preferi nomeá-lo “memorial antiacadêmico”.



MUITO ALÉM DA FUNDAÇÃO

Suplemento literário Guesa Errante, 17 de outubro de 2015.

A professora Maria de Lourdes Lauande Lacroix é a patrona e grande homenageada do ano na Feira do Livro de São Luís. Geralmente o lugar tem sido ocupado por nomes conhecidos da literatura e, por este lado, não deixa de ser surpreendente a escolha. Mas, por outro, trata-se de uma historiadora cujos trabalhos possuem forte identificação com a cidade, sua história e seus costumes.

Graduada em direito e história, Lourdinha aliou durante mais de vinte anos as atividades de funcionária da Previdência Social e professora da UFMA em regime parcial, onde se destacou principalmente no ensino de história contemporânea, com grande ênfase na revolução industrial e na revolução francesa, durante muito tempo seu maior interesse de estudo. No início da década passada, já aposentada, integrou o quadro de docentes da UEMA, encarando um concurso para as áreas de história antiga e medieval, num momento em que o curso de história ainda lutava com grandes dificuldades para se afirmar. Lá ficou quase por dez anos, só saindo na compulsória.

A sala de aula foi seu espaço preferido, compromisso preparado com zelosa antecedência, onde consolidou o perfil de uma professora exigente, dinâmica e alegre, às vezes mesmo empolgante, sem nunca ter sido considerada propriamente intelectual brilhante. Com uma personalidade forte e muito prática, a consciência disto não lhe causou nenhum problema e ainda seria de grande valia, quando resolveu escrever sem muitas preocupações acadêmicas.

Apesar da publicação da dissertação de mestrado no início dos anos 80, um estudo sobre a educação na Baixada Maranhense no período imperial, seu trabalho significativo de escrita é recente, com cinco livros publicados nos últimos quinze anos, um deles com três edições bem diferentes, que funcionou na verdade como detonador dessas possibilidades, o conhecido e polêmico *A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos*.

Impresso no final de 2000, mas lançado apenas em julho de 2001, a primeira edição deste estudo era um livrinho quase inacreditável, com menos de oitenta páginas, uma escrita leve e, em certas passagens, até ligeira, mas estruturado em três passos fundamentais que vale frisar.

Primeiro, uma observação arguta: a fundação francesa de São Luís não consta nos relatos dos cronistas portugueses e historiadores regionais até o final do

século XIX, mantendo-se uma distinção entre o forte e a cidade, acentuando a ascendência portuguesa. Segundo, uma pergunta incômoda: o que teria acontecido, então, com a memória histórica da cidade, com os franceses passando de “invasores” a inquestionáveis “fundadores”? Terceiro, uma hipótese provocativa: a entronização da fundação francesa seria fruto da ação de intelectuais a partir do final do século XIX e passou a constituir, junto com a imagem da Atenas Brasileira, a identidade da cidade no século XX.

O livro foi recebido com certa estupefação e até incredulidade, sendo tratado por quase todo mundo como um mero engano entre fundação e urbanização ou entre fundação e colonização ou, até mesmo, desconhecimento de evidências históricas óbvias. A reação foi principalmente do que poderíamos chamar de *establishment* cultural, no arco que vai das academias e institutos tradicionais, passando pela mídia impressa, com intervenção de figuras diversas, conhecidas e desconhecidas, desaguando na aparente indiferença com que foi recebido em círculos universitários.

Em contrapartida, trazia um prefácio ousado, escrito por Flávio Soares, um de seus melhores ex-alunos. A indagação dirigida à historiografia colocava as relações entre as nossas elites e o legado português no processo de constituição de sua identidade. Em uma

palavra, a identificação buscada no final do período colonial e em parte do Império, transforma-se em um sentimento ativo de rejeição e, através de uma operação de sublimação já verificada na exaltação da Atenas Brasileira, volta-se para a idealização de suas origens, constituindo o mito fundador.

Ele se permitiu ainda raciocinar para além do que sugeria o texto, mostrando como aquele ângulo propiciava toda uma gama de observações sobre algumas características nucleares não apenas da nossa historiografia, como, principalmente, de “camadas nervosas, aparentemente invisíveis da memória e, mais que isto, talvez da *psyché* da cidade”.

A polêmica estava relançada e exigiria da professora atenção crescente durante quase toda a década. Logo em 2002, lançou a segunda edição, ampliada com outro ensaio, *A Criação do Mito*, trazendo um levantamento mais circunstanciado do problema, sobretudo com a localização de Ribeiro do Amaral e seu livro *A Fundação do Maranhão*, lançado no rol das comemorações de 1912. Ele seria o primeiro autor a entronizar o 8 de setembro como data da fundação da cidade, remetendo à missa de tomada de posse da região descrita no livro do capuchinho Claude d’Abbeville. Um enfoque que ficaria cristalizado apenas no livro de Mário Meireles, *A França Equinocial*, de 1962.

A terceira edição, que ela considera a definitiva, sairia em 2008. Além de novas revisões e ajustes, traz quatro artigos selecionados entre cerca de dez saídos na imprensa durante o período e um tratamento do belo painel tríptico, *A Fundação de São Luís*, obra de Floriano Teixeira, encomendada pelo governo do Estado e entregue em 1972, reproduzida no livro integralmente e em detalhes. Antes, porém, publicou dois outros trabalhos.

Em 2004, o livro sobre a Campanha da Produção, iniciativa dos grandes comerciantes integrantes da Associação Comercial na década de 1950, com vistas aos gargalos que emperravam a produção agrícola e seu escoamento para a capital. Um capítulo final do predomínio do complexo da Praia Grande na economia regional, visto através da análise dos relatórios da diretoria.

Em 2006, lançou outro trabalho enfocando a questão da fundação, um ensaio sobre a figura de Jerônimo de Albuquerque, tornado Maranhão após a vitória de Guaxenduba. Novamente vemos a combinação entre um veio forte de concepção da história como encadeamento de fatos em relação causal, herança da influência de Mário Meireles em sua formação, e outro, da história como determinada forma de construção coletiva da memória e, portanto, em transformação vinculada a determinantes de época.

Assim, depois de demarcar as especificidades da guerra colonial, híbrido de técnicas de guerra europeia e guerra indígena, terreno onde o mestiço Albuquerque estava à vontade, e acompanhar os fatos narrados por Diogo de Campos Moreno, traz novas observações interessantes de teor mais nitidamente historiográfico.

São as considerações dos três últimos capítulos, versando sobre: os condicionantes do próprio relato do militar português; a forma como a batalha de Guaxenduba foi enfocada no decorrer dos séculos; por fim, a vinculação entre Jerônimo de Albuquerque e a fundação da cidade de São Luís na historiografia regional, reafirmando a existência de um arco que vai dos cronistas portugueses a historiadores maranhenses do século XIX e mesmo do início do século XX.

Durante todos esses anos não descuidou do debate, sempre se ocupando nos artigos de responder com novos estudos às críticas que lhe dirigiam. Aos poucos, uma agressividade fora do tom, somada à incompreensão e à repetição dos argumentos, foi determinando seu afastamento da polêmica, que, no entanto, continuaria viva.

Um exemplo recente e bem eloquente dos equívocos que sempre acompanharam este debate pode ser visto no livro de Ana Luiza Almeida Ferro, intitulado *1612: Os Papagaios Amarelos na Ilha do Maranhão e a Fundação de São Luís*, publicado no final do ano passa-

do, mais de 600 páginas, anunciado com estardalhaço e repleto de autoglorificações, ao estilo da Atenas Brasileira. Estamos exatamente diante de um resgate do tipo de história feito por Mário Meireles e outros próceres da AML.

Após uma longa revisão das disputas entre as coroas em torno das terras do Novo Mundo e das primeiras tentativas de colonização do território, chegamos ao capítulo 7, intitulado emblematicamente A Fundação da França Equinocial e da Cidade de São Luís. Utilizando as descrições conhecidas do padre capuchinho, vai configurando a tentativa de implantação da França Equinocial, apoiada também no importante livro de Patrícia Seed sobre as cerimônias de posse levadas a efeito pelos europeus no continente americano.

A autora segue as descrições e análises de seus significados, mas, a certa altura, entra o que não estava lá: “O dia 8 de setembro de 1612 marca a condução de uma cerimônia gaulesa de tomada de posse da Ilha do Maranhão, contudo serve igualmente de marco de fundação da cidade de São Luís” (p.380). Ora, serve para quem e por quê? Este passo de identificação foi dado por Ribeiro do Amaral e o grupo de intelectuais oriundo dos Novos Atenienses. Não é outra coisa o que a autora vai encontrar no levantamento a que procede. Vejamos.

Se excluirmos a utilização equivocada do Pe. José de Moraes, que descreve a cidadela do forte como “cidade pequena”, observação já feita por Rafael Moreira, maranhense radicado há anos em Portugal e especialista reconhecido no estudo de fortes, o que a autora lista de novo são historiadores franceses do século XIX e do início do século XX, posteriores a Ferdinand Denis, nome principal e localizado nos trabalhos de Lourdinha, que, inclusive, frisou suas afirmações contraditórias sobre o tema, aqui silenciadas.

São os historiadores Léon Guérin, para quem “a França lançou os fundamentos de dois dos mais importantes estabelecimentos dos europeus no Brasil... aquele de Saint-Louis de Maranhão e aquele da baía do Rio de Janeiro” e Charles de La Roncière, que se referiu a “uma cidade toda de madeira, tal foi Saint-Louis, a capital da França Equinocial” (p.273). Entre os autores regionais, o primeiro a aparecer é justamente Ribeiro do Amaral, ao qual se segue uma lista que no decorrer do século XX, como é sabido, se tornou amplamente majoritária.

Do outro lado, ela tem os autores que falam da fundação portuguesa da cidade, um arco que começa em Berredo (não lista Bettendorff), passa por Gaioso (não lista Prazeres e sua Poranduba Maranhense), João Lisboa, Cesar Marques, Barbosa de Godois, estes dois

últimos em obras de referência geral, o famoso Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão e um compêndio para alunos secundaristas, a História do Maranhão. Inclui ainda outros autores mais recentes indicados por Lourdinha, José Moreira e Correia Lima, que foram membros do IHGM.

O que temos claramente, portanto, são duas linhagens interpretativas, uma que remonta aos cronistas coloniais, sendo predominante até o final do século XIX, e outra que surge aí, na esteira da revalorização da presença francesa na colonização das Américas, e se formaliza em 1912. Mesmo incluindo equivocadamente o Pe. José de Moraes, no séc. XVIII, ainda assim é visível que a associação entre os dois tópicos do seu capítulo só ocorre depois, quando a cerimônia de 8 de setembro é incorporada à narrativa como marco de fundação da cidade, tornando-se fato naturalizado, a forma como é, de resto, tratado em sua análise.

Por que a autora não se apercebe do que está indicado nos próprios dados recolhidos? A resposta pode estar no tipo de concepção, de fundo verdadeiramente mítico, que determina desde o início a forma da investigação e pode ser observado num trecho como este: “Mesmo que admitamos a inexistência de qualquer menção literal de Claude d’Abbeville e Yves d’Évreux à ideia de fundação de uma cidade, tal não

significa que eles não tenham descrito, e com detalhes preciosos, a fundação de uma, no caso São Luís” (p. 602). Sim, aos olhos de quem lê e determina que a partir dali a cidade já estava fundada...

É o que leva igualmente um conhecedor dos livros de história do Maranhão e intelectual importante da AML, Jomar Moraes, a escrever sobre a fundação francesa de São Luís utilizando recorrentemente citações de Berredo, quando este afirma justo o contrário. Isto porque ele costuma citar trechos do capítulo ou livro II, quando o autor trata da tentativa de implantação da França Equinocial, seguindo o relato de Claude d’Abbeville sobre as cerimônias e as providências tomadas, e não do capítulo seguinte, justamente quando se reporta à fundação da cidade como fruto de uma decisão da corte em Madri. Em suma, a introjeção da identificação entre a missa de tomada de posse das terras e a fundação da cidade já está fixada e bloqueia qualquer indagação como absurda.

É por isto que a designação de mito, utilizada por Lourdinha de maneira puramente intuitiva, me pareceu sempre tão feliz. Segundo Roland Barthes, no *Mitologias*, os mitos modernos, como são estes criados na virada do século, constituem uma fala roubada e restituída, mas, “simplesmente, a fala que se restitui não é certamente a mesma que foi roubada. É esse

breve roubo, esse momento fortuito de falsificação, que constitui o aspecto transido da fala mítica”. E mais: “O mito é simultaneamente imperfectível e indiscutível, o tempo e o saber nada lhe podem acrescentar ou subtrair”.

No caso, a fala relida e mitificada é a narrativa de Claude d’Abbeville, utilizada para constatar o que ela efetivamente não afirma. Nem verdade, nem mentira, o mito opera nas brumas, mas precisa fixar a cena. Ainda segundo Barthes, “é uma fala definida pela sua intenção muito mais do que pela sua literalidade; e que, no entanto, a intenção está de algum modo petrificada, purificada, eternizada”.

O tipo de comportamento reativo quando o livro apareceu foi efetivamente como se defendessem um mito. No afã de tornar natural ou evidente a fundação francesa, sequer admitia-se que esta noção tivesse uma historicidade. Tornou-se um fato naturalizado através do significado correlato atribuído à cerimônia de 8 de setembro. Neste aspecto, o trabalho de Ana Luiza Ferro apenas segue a crença, frise-se o termo, tornada comum: “Pouco importa se os portugueses agiram em conformidade com uma determinação expressa da Corte no sentido da fundação de uma cidade; eles não podiam fundar o que já fora fundado” (p. 602).

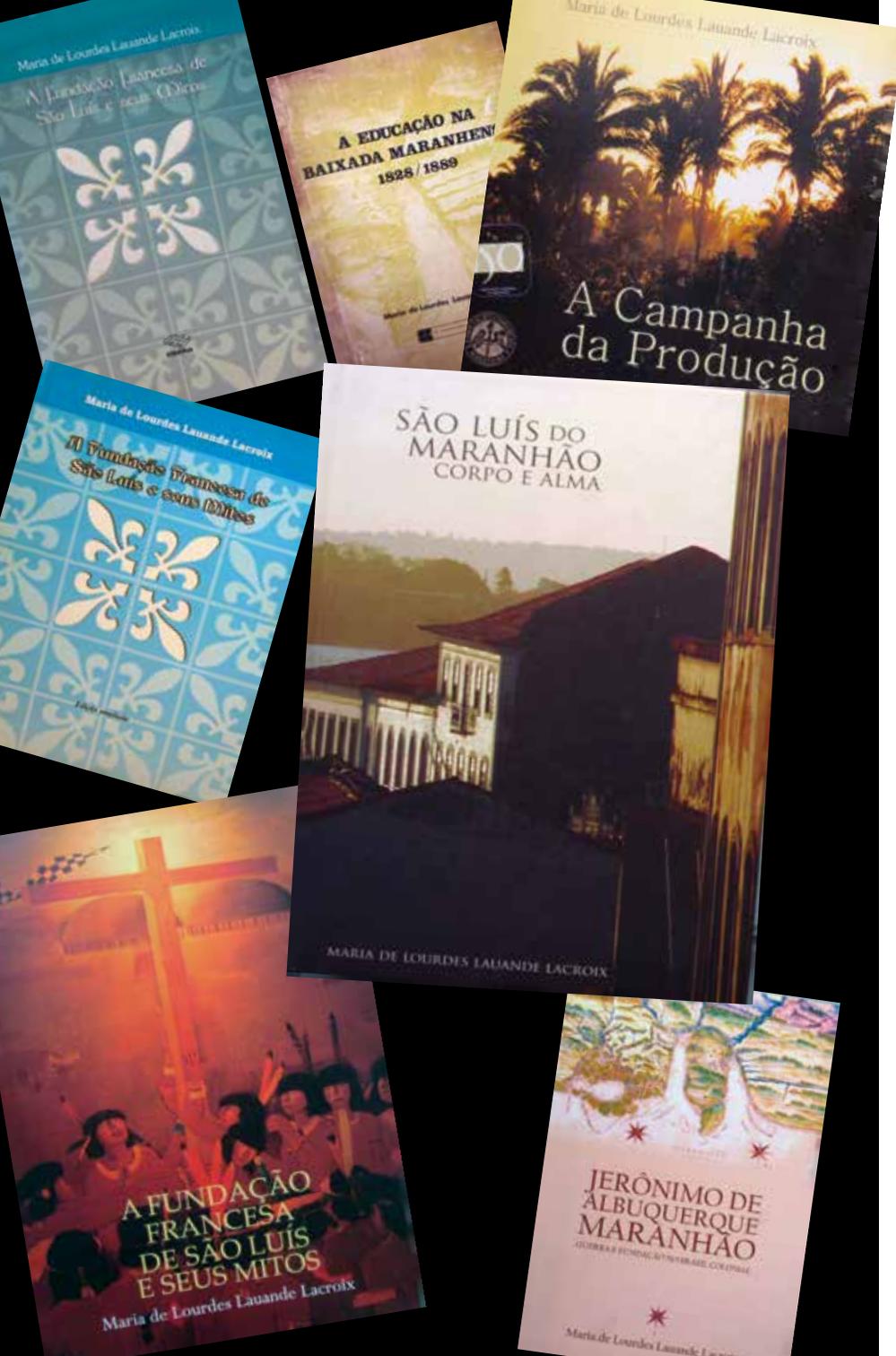
A autora tenta ainda inverter os termos da equação proposta por Lourdinha e fala, no capítulo 14, em um “mito da fundação portuguesa”, ao qual se contrapôs a verdade histórica da fundação francesa, a partir da revalorização das influências gaulesas no litoral brasileiro no processo da colonização e o conhecimento de textos que foram interditados, como o livro do padre Yves d’Évreux. Em linhas gerais, são ideias já defendidas em artigo pelo jornalista Antonio Carlos Lima, além de buscar algumas observações de Andréa Daher sobre as tentativas do português vencedor de impor a memória e “ocultar marcas”.

A questão é que os documentos e textos revelados não alteraram a descrição básica já existente sobre o arraial dos franceses, o forte e adjacências, constante seja no relato de Claude d’Abbeville, seja na correspondência oficial enviada ao reino ou firmada entre os capitães. A nova interpretação se baseia na conhecida *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas* e surge não como contestação crítica, e sim constatação de algo que já estava lá desde sempre. A noção da fundação francesa se incrustou na historiografia maranhense como um mito. Foi isto que efetivamente o trabalho de Lourdinha mostrou.

Por outro lado, as observações sobre o forte como origem da cidade, tópico recorrente, são absolutamente pueris: “Incontáveis cidades mundiais, em distintas épocas de conquistas de território e guerras entre nações, nasceram de fortificações, a exemplo dos castelos. São Luís não foge a este padrão tão comum ao longo da história” (Idem, p. 264). Por aí não se vai longe.

Novamente as indicações feitas por Lourdinha em artigo intitulado *As Cidades no Brasil Colonial* (Caderno Alternativo, 18.05.2008), parecem mais frutíferas, mostrando, com base em estudo do urbanista Paulo Santos, que longe de serem simplesmente “espontâneas”, existiram cidades coloniais com planta prévia, fundadas por determinação expressa do Reino, entre as quais destaca Salvador, Rio de Janeiro e São Luís.

As diretrizes para a fundação da primeira constavam do Regimento de Tomé de Souza e o mesmo se deu em São Luís, conforme o Regimento deixado por Alexandre de Moura a Jerônimo de Albuquerque. O plano de autoria do Engenheiro-Mor Francisco Frias de Mesquita seria o exemplo mais expressivo da adoção de traços de regularidade, talvez o primeiro realizado no Brasil, “mas sem a monótona repetição de quadrículos que se vê nas cidades de colonização hispânica”. Em seu núcleo regular rigorosamente projetado e preservado está a singularidade da cidade, muito mais que em sua mítica fundação francesa.



Enquanto seus críticos continuaram relendo as descrições de Claude d'Abbeville e tecendo loas à França Equinocial, Lourdinha apareceu com outra grande surpresa em 2012, ano em que seriam comemorados os “400 anos” da fundação. Longe de continuar batendo na mesma tecla, publicou um alentado livro sobre a cidade, a expansão da sua malha urbana, a transformação dos costumes, enfocando traços do cotidiano, as festas religiosas e laicas, as manifestações artísticas.

Aqui se distanciou ainda mais da escrita com traços formais e, sem qualquer quadro teórico, nos termos acadêmicos comuns, costurou uma mistura de pesquisa e ensaio memorialístico livre, vivo, cheio de cores, sabores e odores. O título, *São Luís do Maranhão, Corpo e Alma*, aparentemente pretensioso, traduz o que efetivamente vamos encontrar, uma narrativa forte e descentrada, desenhando vasto painel histórico da cidade, com fundo sentimental e ligeiramente nostálgico, mas sem a costumeira exaltação afetada.

É um encontro quase literal com São Luís em suas ruas e becos, igrejas e praças, dividido em quatro partes, referentes aos quatro séculos: a cidade traçada; o início da expansão; a era do casario; crescimento e degradação. Não é uma história administrativa, tão ao gosto de Mário Meireles, por exemplo, nem um guia sentimental ou turístico, mas é um painel histórico que traz muito da sua longa vivência na cidade e do trânsito entre famílias antigas, expresso no conhecimento de episódios e figuras variadas da sociedade.

Com uma edição ricamente ilustrada, mesclando fotografias antigas com outras recentes, muitas da lavra do fotógrafo Edgar Rocha, associadas a registros de pinturas, dispostas numa dimensão não muito usual em obras de história, foi, ironicamente, talvez a melhor saudação que a cidade recebeu naquele ano de comemorações. É livro escrito com sofreguidão, salto sem rede de proteção, que se lê de um fôlego. Quanto mais as memórias, suas e de outros, se entrelaçam com a pesquisa e são atravessadas pelas imagens, mais o texto ganha em intensidade. Trabalho significativo de reunião de informações de campos variados, mas também fruto da arte de quem tem o dom de prender a atenção em meio à narrativa mais simples.

Se hoje, passados quinze anos, é possível dizer que o pequeno livro sobre a fundação vai tornando-se clássico, pois reviu os termos do debate, concorde-se ou não com suas posições, este volume sobre a cidade parece simplesmente ter nascido clássico, e da maneira mais silenciosa possível, já disputado e guardado com o zelo do livro raro, apesar de lançado há apenas três anos.

Sua mais nova realização veio à luz recentemente, o livro *História da Medicina em São Luís: médicos, enfermidades e instituições*,

em outra edição caprichada, lançado no Conselho Regional de Medicina, com relançamento previsto para o dia de abertura da Feira. Um tema árido e para ela até então desconhecido foi tratado com leveza e novamente as artes da sua narrativa prendem o leitor.

Desta vez, a cidade aparece nas malhas das nossas enfermidades, suas formas e locais de tratamento e, principalmente, na constituição da comunidade médica, em levantamento rico e humanizado, que traz imagens vívidas de figuras emblemáticas, num escopo que vai do tradicional médico de família, percorrendo residências, atendendo nos consultórios ou, mais comumente, nas farmácias, à formação das primeiras especialidades, desenvolvendo-se com o predomínio dos hospitais e clínicas.

Sem dúvida, estes trabalhos escritos em fase avançada da vida por uma professora aposentada que influenciou gerações através da sala de aula, devem ser o motivo da homenagem, mas para todos que a conhecem, seus numerosos amigos, ex-alunos, antigos colegas de trabalho e admiradores, trata-se de algo maior e mais importante, a saudação a uma figura humana rara e sua vinculação à cidade onde nasceu e sempre viveu.



*Pensando na Fronteira:
Leituras Cruzadas de*

Ribamar Caldeira



OLIGARQUIAS E SISTEMAS POLÍTICOS

lembrando Caldeira.

A reflexão da política é um ponto de partida no trajeto de José de Ribamar Chaves Caldeira em suas pesquisas sobre o Maranhão. Refiro-me basicamente ao estudo sobre as eleições de 74, publicado em julho de 1976 na antiga *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, um periódico do departamento de ciência política da Universidade Federal de Minas Gerais; à tentativa de caracterização do desencontro entre a dinâmica da política e da sociedade, tema do ensaio *Estabilidade Social e Crise Política: o caso do Maranhão*, publicado numa separata da mesma revista em 1978; e os estudos enfocando o período imediatamente após a Revolução de 1930, a dissertação de mestrado intitulada *As Interventorias Estaduais no Maranhão (um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30)* e o pequeno estudo *A ANL no Maranhão (abril/julho de 1935)*, originalmente uma comunicação apresentado num encontro do CERU/USP em 1984, posteriormente ampliada e publicada em livro pela Edufma, em 1990. Caldeira voltaria à análise de resultados eleitorais, em artigo sobre os pleitos de 1994 e 1998 no Maranhão, publicado em *Escritos*, livro de 2001. Apesar de ser um ponto que discutia com muita facilidade, as suas reflexões sobre política são, portanto, mais de um Caldeira dos anos setenta e princípio dos oitenta.

Nos estudos da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, percebe-se a tentativa de delinear os contornos gerais das disputas política no Maranhão desde o vitorinismo até o sarneísmo e sua difícil estabilização. O vitorinismo é encarado como uma forma de mandonismo de tipo específico, cujo domínio “se tornara realmente possível devido à posição desfrutada pelo senador junto ao governo central e às lideranças do pessedismo nacional”. Dentre suas formas de ação “excluiu-se a propensão para a dominação econômica” (...) “nesse caso, a dominação se processava de forma indireta, ou seja, por meio do apoio que dispensava às suas bases de sustentação, através da concessão de garantias específicas”. Dominante no estado depois da longa interventoria de Paulo Ramos, no Estado Novo, a crise do vitorinismo está ligada à ruptura capitaneada pelo governador Newton Bello e ao enfraquecimento do PSD em nível nacional.

No quadro do golpe desfechado pelos militares em 1964 e com a divisão das hostes situacionistas, deu-se a vitória do candidato opositor José Sarney, colando sua imagem à do novo regime, que se apresentava como “Revolução de 64”. O governador tentou construir uma imagem de liderança nova, modernizadora, contrária aos valores do caciquismo e da conservação, ligados ao vitorinismo. Era a tônica do discurso de posse: “... nada temos a continuar, tudo temos a inovar em nosso estado... estamos sepultando um passado embrutecido pela ausência, pelas carências

de toda ordem. Um passado em que as instituições foram empobrecidas e deformadas, quando não corrompidas ou viciadas. Um passado que nos encheu de vergonha, de pobreza e de mistificação; um passado que, por tudo isso, deve ser sepultado para sempre”.

Caldeira faz um corte em que, de fato, o período 1956/1965 é colocado como de manutenção das formas tradicionais de organização da economia e da sociedade, enquanto o segundo momento, de 1966 a 1976 “representa, para o Maranhão, ao nível da economia, a tentativa de superação da estagnação na qual se encontrava submerso o Estado pelo menos desde o período do pós-guerra”. A análise empreendida mostrará que as coisas não correriam de maneira tão simples. Segundo Caldeira, define-se uma nova forma de interveniência do governo central. Na realidade, a vitória de Sarney nas urnas era também uma ratificação de decisão do governo central, era uma “vitória outorgada”. O vitorinismo perdeu, mas não foi apeado totalmente do poder. Victorino ainda era senador e guardava alguns trunfos de suas ligações com as altas esferas do poder, apesar dos tempos serem diversos da era do velho PSD.

Desta forma, a questão da dominação regional sob o regime ditatorial dos militares teria passado por várias fases até 1978, indo de uma caracterização inicial *renovadora* ou *restauradora*, durante o governo de Castelo Branco; a uma definição *permissiva*, durante Costa e Silva, ao permitir que a liderança de José Sarney “se impu-

sesse como um personalismo dentro da cena política do Estado”; chegando a uma conotação *dilemática* no período de Médici, quando o governador era Pedro Neiva de Santana, que se atritaria com Sarney sem ter os seus atos desautorizados pelo governo central; e à fase *contraditória*, no período do governo Geisel, por ter propiciado o retorno de Victorino Freire à cena política do estado, pela oposição do governador Nunes Freire ao sarneísmo, com apoio dos vitorinistas.

Assim, em todo o período que vai do final dos anos 1950 até meados da década de 1970, “a história social e política do Maranhão não pode ser entendida sem levar em conta a existência da influência do vitorinismo e do sarneísmo como duas correntes políticas na condução do processo político do Estado e nas suas linhas de ação voltadas para a manutenção e transformação de alguns dos elementos constitutivos da realidade social do Estado”. Afirma-se o binômio entre uma corrente conservadora (o vitorinismo) e outra modernizadora (o sarneísmo). A complexidade do quadro político estaria em que “o sarneísmo é produto da Revolução de 1964 e sua existência se vincula à criação da ARENA. Entretanto, a ARENA do Maranhão não chega a se confundir com o sarneísmo, porque esse partido inclui também os vitorinistas, opositores dos sarneístas, e os atores políticos oriundos do pessepismo, que não se filiam a estes últimos”. Essas fissuras do partido governista teriam se acentuado após 1974, pelo retorno da influência de Vic-

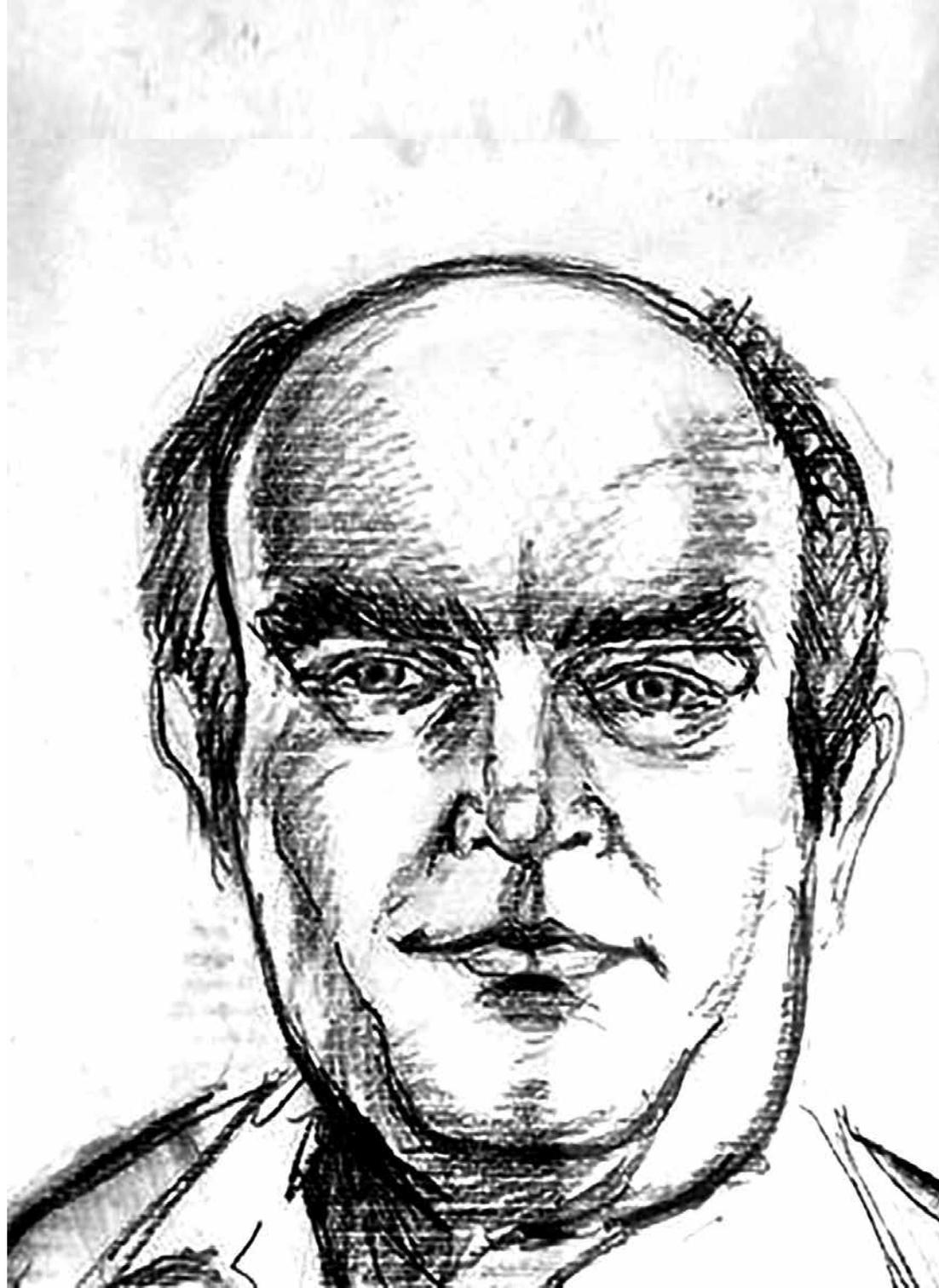
torino Freire. O crescimento do sarneísmo verifica-se numa situação diferente do controle estrito que o velho líder pessequista exercera no passado.

Anote-se, entretanto, a importante afirmação de que “assim como o sarneísmo é produto da Revolução de 1964 e, por extensão, da própria ARENA, o vitorinismo, do seu lado, foi produto do PSD e de uma conjuntura nacional e local”. Como produto de uma conjuntura local resultou das “dissenções registradas entre as lideranças políticas tradicionais de origem agrário-comercial, após a queda do Estado Novo, e que não conseguiram, como era de seu intento, a retomada do poder nos moldes anteriores a 1930”. Entre 1956 e 1965, o sistema político teria girado em torno de dois partidos principais, PSD e PSP, o bastião do vitorinismo e o principal componente do bloco das “oposições coligadas”. No segundo momento, de 1966 a 1976, girava principalmente em torno das disputas dentro da ARENA.

Em seguida, Caldeira se volta para a análise política de um momento emblemático do processo de modernização no Brasil, a Revolução de 30, qualificada *grasso modo* como referência para pensar a revolução burguesa, fruto de uma coalizão de forças sociais heterogêneas para retirar o aparelho do Estado do domínio dos grupos oligárquicos. No caso do Maranhão, o ciclo das interventorias teria desembocado na retomada do poder político pelas oligarquias agrárias que dominavam o estado. Com acumulação movida

pelo capital mercantil, mas com uma burguesia fraca, que investiu no início do século em fábricas têxteis sem condições de efetivamente formar uma fatia de capital industrial, a base econômica do sistema de dominação estava na aliança mercantil-latifundiária. Na esfera política, o predomínio era dos interesses dos grandes proprietários, o patrimonialismo vigorava firme na distribuição de postos e benesses aos correligionários do situacionismo, conhecendo-se também uma pequena, mas crescente, pressão de setores médios urbanos.

Utilizando a designação de “grupo-político” ou “grupo-partido”, retirada da conceituação weberiana dos partidos de patronagem, aqueles dirigidos “oficialmente ou de fato, de modo exclusivo à conquista do poder para o chefe e à ocupação dos postos administrativos em benefício de seus próprios quadros”, organizados em torno de uma personalidade que serve para identificar a coesão de um núcleo, são indicados os grupos em torno dos quais se organizava a disputa política no final dos anos 1920 no Maranhão. Os magalhãesistas, que estavam no PR governista, tendo como partido de apoio o PRF, comandado por Clodmir Cardoso, e os marcelinistas, integrantes do PR oposicionista, eram os grupos oligárquicos, aos quais se contrapunham os tarquinistas, que formavam o PD maranhense, integrado principalmente por setores das classes médias com proximidade ideológica ao movimento do tenentismo e contrários à dominação política oligárquica.



O “ciclo revolucionário maranhense”, compreendendo o período 1930/35, é desdobrado em duas fases, a primeira designada de “revolucionária”, de outubro de 1930 a agosto de 1931, quando sucederam-se “interventores civis e militares ligados a grupos políticos do Estado identificados com o movimento revolucionário”; a segunda, denominada “tenentista”, de agosto de 1931 a junho de 1935, quando verificou-se o “governo de interventores militares não-naturais do estado e desvinculados, politicamente, de qualquer grupo político maranhense”. No primeiro bloco, a junta governativa revolucionária e as interventorias rápidas do major Luso Torres, afastado por doença, e Reis Perdigão, interino, além do padre Astolfo Serra, marcelinista que tentou apoio em setores populares, mas foi destituído pelo governo central, iniciando o ciclo tenentista, que teve as administrações de Seroa da Mota e Martins de Almeida.

Caldeira empreende, então, a análise do fracasso da Revolução de 30, através da descrição dos conflitos envolvendo os grupos políticos, o governo central, o alto comércio, representado pela Associação Comercial, as pressões de setores urbanos das classes médias e dos trabalhadores contra o preço dos aluguéis, a alta do custo de vida, a carestia dos péssimos serviços prestados pela Ulen, responsável pela energia elétrica e o serviço de bondes elétricos urbanos. A análise detalhada das conjunturas indica um momento histórico pontuado

por mobilizações e atrito. Período marcado igualmente por muita repressão, não apenas contra setores populares, mas também contra membros das classes dominantes, como nos episódios entre os interventores tenentes e a Associação Comercial em torno da cobrança de impostos, resultando em surras dadas em figuras do alto comércio à luz do dia e em via pública.

Foi no final deste período, entre maio e julho de 1935, que se verificou a mobilização ocorrida na capital em torno da ANL, caracterizada como “experiência de organização político-partidária relativamente autônoma dos grupos subalternos”. No geral, no entanto, não existiam as forças capazes de impulsionar uma transformação nas estruturas do mando oligárquico, principalmente porque a questão da terra e do latifúndio permanecia intocada e as parcas mobilizações estavam circunscritas à capital. As interventorias da chamada fase revolucionária não indicaram nenhum caminho de modificação que fosse além da substituição de agentes da administração ligados às oligarquias, mais especificamente ao magalhãesismo. Na fase dos tenentes, a presença do governo central mostrava-se diretamente, mas no jogo dos apoios políticos, enquanto Seroa da Mota recusou-se a compor com qualquer dos grupos políticos, Martins de Almeida participou ativamente das eleições de 1934 para o Congresso Constituinte estadual, que seria igualmente o responsável pela eleição do governador, articulando-se justamente com o grupo dos magalhãesistas.

Ao final, o PR dos antigos marcelinistas, aliado à URM, dos genesisistas, grupo que originou-se de um racha nas antigas fileiras do magalhãesismo, formam uma maioria e elegem o médico Aquiles Lisboa como governador. Era um marcelinista “sem maiores vínculos partidários”, que granjeara reconhecimento como diretor do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. Uma tentativa de guardar para si a indicação do prefeito de São Luís levou ao rompimento dos genesisistas, à instauração de um pedido de impeachment na Assembleia, à ocorrência de uma dualidade de poderes entre Executivo e Legislativo, até a intervenção do governo federal. Primeiro de forma aberta, com a indicação do major Carneiro de Mendonça; depois, de forma velada, com a imposição de Paulo Ramos, um funcionário da Fazenda no Distrito Federal, maranhense, mas sem vínculos partidários locais, como governador eleito pela Assembleia Legislativa estadual. No ano seguinte ele seria confirmado como interventor federal, cargo que exerceu até o final do Estado Novo.

O estudo encerra com a posse de Paulo Ramos como governador, em agosto de 1936. Ao final, a conclusão de que afora a tentativa reprimida de organização da ANL, manteve-se o “círculo de ferro que mantinha cooptados os grupos dominados pelos grupos oligárquicos, conforme ficou demonstrado no não-envolvimento dos primeiros na crise que derivou

da luta dos últimos pelo controle absoluto do aparelho estatal, quando do seu retorno ao governo, em 1935”. O fato de mais uma crise política ter se mantido nos marcos da disputa entre grupos oligárquicos mostrava a disjunção entre crise política e sociedade. Frise-se que Caldeira vê uma retomada do poder oligárquico definida pelo prevalecimento dos fatores internos sobre os determinantes exteriores vindos do governo central.

O mundo político que Caldeira retrata nestes estudos é o da dominação oligárquica, que “não deve ser apreendido exclusivamente através da instância política. Mas, antes, das condições em que se dava a reprodução das relações de produção entre as classes proprietárias e as exploradas”. Ou seja, na base de tudo estava o predomínio de relações de dominação e dependência pessoal, que se efetivavam principalmente no campo, onde se encontrava 80% da população. Neste mundo vigoram o controle absoluto do aparelho estatal pelos correligionários, a falsificação do processo eleitoral, a violência contra os adversários, tudo que costuma coibir mobilizações ou qualquer forma de organização autônoma, definindo uma grande dificuldade para a prática oposicionista. Faremos duas ordens de observações sobre o que foi exposto.

Primeiro, a questão que atravessa todos os períodos da política no Maranhão republicano, uma instabilidade constante que permanece restrita à política, não expressando conflitos sociais ou não se transformando em impulso para a mudança. De uma maneira geral, esse descompasso entre a carapaça político-institucional e os processos sociais é um tema clássico que atravessa muito da reflexão sobre as marcas sociais e políticas do colonialismo. No entanto, a observação é interessante para frisar que a política oligárquica expressa justamente a existência deste “circulo de ferro”, para usar a expressão dele próprio, dessa cidadela que se mantém sob domínio restrito, que implica os tribunais, as secretarias de governo, o domínio do Legislativo, a utilização da polícia em proveito próprio, em suma, a chamada “reversão criminosa da lei” contra a qual bradava João Lisboa e foi recuperada por Flávio Soares em análise brilhante sobre o estudo seminal que é *Partidos e Eleições no Maranhão*.

A repetição dessa configuração atravessou a história política do Maranhão e mesmo a mobilização e a criação de expectativas modernizadoras com a campanha de Sarney ao governo do estado, resultou na formação de mais um grupo político ou grupo-partido identificado com a figura do seu líder, neste caso, combinando traços da dominação tradicional a alguns elementos carismáticos. O movimento de renovação

não gerou uma força política que expressasse mais fortemente os interesses para além dos grupos restritos, o que teria sido estimulado pela própria configuração do regime ditatorial de 64. Se o sarneísmo chegou a processar um vento modernizador na economia, no sentido do capitalismo dos grandes projetos e atraindo e financiado o que se denomina hoje de agronegócio, na política não seria possível ver muito além da configuração de um novo grupo político.

Apesar disso não é possível deixar de perceber como o termo oligarquia não é utilizado para caracterizar o domínio do sarneísmo. A análise encampa um traço da própria construção ideológica deste grupo, que o coloca como modernizador, antítese da dominação oligárquica expressa no mando vitorinista. No fundo, Caldeira comungava da ilusão, presente em grande parte das análises do período da crise do populismo, de que mesmo as lentas mudanças sociais em curso a partir do final dos anos 60 levariam a uma alteração da política oligárquica. Esta, no entanto, tinha raízes mais fundas na própria formação do estado brasileiro e o arremedo de modernização que de fato nos coube não levou à quebra de sua armadura oligárquica, aqui e em outras partes. Mas no Maranhão com força especial, alicerçado justamente nos papéis exercidos em nível nacional pelo líder político que encarnaria a figura do oligarca mais longevo de toda a sua história: José Sarney.

A segunda questão, diz respeito exatamente ao uso do termo oligarquia na análise dos processos políticos no Maranhão. Caldeira segue a utilização corrente e consagrada na bibliografia, vinculando a noção de oligarquia a grupos de extração agrária, cuja célula são os chefes políticos locais, os coronéis do interior. O controle da política seria feito diretamente por eles e por seus apiniguados. O quadro da oligarquia seria o da dominação tradicional. Os grupos oligárquicos são olhados como exteriores aos interesses de fortalecimento do estado e o principal atrito, além das suas disputas intestinas, era com a pressão do governo central a partir da Revolução de 30 e do Estado Novo, o que desembocaria no domínio de Victorino Freire, apoiado nos vínculos que dispunha no esquema nacional do PSD. Assim, ao falar da modernização, a noção de oligarquia vai sumindo.

Caldeira, é certo, se desencantaria com as possibilidades de transformação funda vinda do sarneísmo. Numa curta e irada entrevista à revista Caros Amigos, em fevereiro de 2002, em matéria do jornalista Palmério Dória, vai direto ao explicar como se efetiva o “mandonismo de Sarney no Maranhão... através do controle exacerbado de todos os aparatos de poder: o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. E o mando se estrutura sobre partidos que são do grupo dirigente nacional para formar bancadas e levá-las ao Congresso”.

É mesmo possível que poucos se referissem a Sarney com a qualificação de “oligarquia” nos anos 70. Rossini Correa, em ensaio importante lançado em 1983, intitulado *Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia*, ao analisar a chegada da “geração de 45” ao poder e a experiência do Maranhão Novo, também resguarda a noção de oligarquia para o vitorinismo e o tipo de aliança mercantil-latifundiária dominante até o início dos anos 60, apesar das considerações sobre os limites da transformação em curso. Aqui a nossa discordância é profunda.

Pautado numa visão distinta do processo de formação da oligarquia política, desenvolvi no início da década de 1990 uma pesquisa sobre a constituição da estrutura oligárquica no Maranhão, caracterizando a oligarquia como grupos políticos que expressavam mais do que as disputas familiares e os interesses dos proprietários rurais. Um setor político cada vez mais dependente do governo federal e submetido a suas pressões na regulação das disputas controlava as instâncias de decisão regionais. Em suma, a oligarquia não era uma simples expressão do domínio coronelista das populações rurais, era também uma peça da construção do Estado brasileiro, estimulada pelo governo central como forma de mediação e organização das disputas políticas. Victorino era o resultado de um modelo de geração de lideranças a partir do centro político ou de

fortes vinculações com ele, suas agências, seus ministérios, os tribunais etc. A vinculação genética entre Sarney e a ditadura militar, a forma como ele se fortaleceu no interior da ARENA e isto se tornou decisivo para definir o momento de enraizamento do próprio sarneísmo no estado, indicavam que o modelo da estrutura oligárquica herdado da Primeira República continuava ativo. Ao contrário do que a propaganda do Maranhão Novo dizia e até hoje tenta reafirmar, recusando a identificação como oligarquia (apesar de todo o Brasil e mesmo a maior parte dos maranhenses assim o reconhecerem), o Maranhão continuava politicamente atolado num modelo predominante de política oligárquica.

Anos depois, as viradas de mesa nos tribunais eleitorais, a fraude escancarada, a compra de votos, a violência contra as populações do campo, e, por fim, a cassação nos tribunais de um governador eleito, Jackson Lago, e a colocação da candidata derrotada, Roseana Sarney, novamente no governo, continuavam a afirmar o domínio da política oligárquica, mas num quadro cada vez mais complexo, que passa, de um lado, pelo acirramento ocasionado por um processo de renovação geracional, que sempre veio acompanhado de crises intra-oligárquicas, e, de outro, de manifestações e ações a partir da sociedade ou dos órgãos de fiscalização criados nas instâncias do Judiciário e no interior do próprio Executivo em âmbito nacional, que criam

uma possibilidade maior de publicização dos atos e, com isto, problemas cada vez maiores ao exercício oligárquico do poder político. O alheamento entre sociedade e política passa por um processo que é, ao mesmo tempo, de agudização e estremecimento.

A dinâmica do processo parece sugerir que não há muitas possibilidades de ultrapassar este modelo por dentro, reproduzindo muitos de seus mecanismos. Desde a Primeira República isso mal tem passado de substituições de membros no aparelho do Estado. O favorecimento dos seus segue sendo a tônica ainda sancionada largamente nos circuitos da política, mas começa a perder legitimidade na sociedade. Até quando? Onde os sinais de superação? A cidadela do poder oligárquico e suas formas odiosas de perseguição e tentativas de eliminação de oposições consegue conviver com diferentes sistemas políticos, num jogo interminável de formação de grupos que fazem da ocupação dos postos de mando a finalidade maior de sua ação política.

Texto de intervenção no seminário *Pensando na Fronteira: leituras cruzadas de Ribamar Caldeira*, realizado em junho de 2013 na UFMA.

*N*ascido na cidade de Pedreiras em 21 de julho de 1940, José de Ribamar Chaves Caldeira foi um pioneiro dos estudos de sociologia e ciência política no Maranhão, desenvolvendo, ao longo de décadas, trabalhos variados enfocando problemas da nossa formação histórica. Professor *sui generis*, seu conhecimento vasto e diversificado, avesso às especializações estéreis, levou a um estímulo constante ao trabalho interdisciplinar, na contracorrente dos inúmeros nichos de saber que começavam a dar o tom da produção intelectual na universidade brasileira, a partir dos anos 1980. Dizia sempre que o pensamento crítico vivia na fronteira, utilizando-se dos ingredientes de áreas diversas, recusando o encarceramento em esquemas conceituais únicos e rígidos. Leitor voraz, transitava com desenvoltura entre a sociologia, a antropologia, a ciência política, a história, a geografia, a

economia, as artes, a literatura, a filosofia. Exerceu, como poucos, a arte da provocação intelectual, sempre pronto a estimular o não conformismo e a permanente indagação, uma difícil forma de sobrevivência em ambiente pouco propenso ao debate. Inflamado, muitas vezes tomado pela chama que a paixão do saber é capaz de proporcionar, defendia hoje com ardor o que recusaria com veemência amanhã. Era um espírito generoso, capaz de passar horas conversando com qualquer pessoa sobre qualquer assunto em qualquer lugar, mas nutria particular horror à exploração do conhecimento como meio de distinção social ou pessoal. Passados dez anos de seu falecimento, este encontro, promovido por alguns ex-alunos e amigos, busca revisitar sua figura e seus escritos, lembrar a verve crítica e refletir sobre o Maranhão, sem dúvida a maior de suas obsessões de pesquisa.



“A BOMBA SUJA...”

e outros escritos e entrevistas de Wagner Cabral

Vias de Fato - maio de 2017.

Em dois ótimos textos publicados no Boletim da CNBB Regional NE, em 2008 e 2009, o historiador Wagner Cabral analisou, no calor da hora, a crise política que se desenrolava no Maranhão a partir da dissensão de José Reinaldo do grupo de Sarney, a eleição de Jackson Lago pela Frente de Libertação e os dilemas de seu governo até a deposição pelo “golpe judiciário” que, em abril de 2009, trouxe Roseana Sarney de volta ao Palácio dos Leões. Os títulos já davam o tom da pegada crítica contundente temperada com pitadas de sátira, traços que marcam os escritos de sua lavra: “Pelo sapato furado”: bipolarização e reestruturação oligárquica da política maranhense e *A Bomba Suja: crise, corrupção e violência no Maranhão contemporâneo (2004-09)*. Ambos seriam reunidos no livro organizado em conjunto com o sociólogo Marcelo Carneiro, *A Terceira Margem do Rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio* (Edufma, 2009).

Uma das linhas de força destes textos é que o aumento da competição política verificada a partir da dissensão no sarneísmo desencadeou um processo de reestruturação da dominação oligárquica. A “Frente de Libertação” e o governo de Jackson não significaram nem o “fim da oligarquia”, nem um “governo de transição” rumo a este objetivo, “pois o combate foi realizado entre ‘máquinas’

políticas profundamente assentadas no patrimonialismo e no clientelismo”, na medida em que “a participação da ‘máquina’ do Palácio dos Leões foi uma das peças-chave na vitória eleitoral da ‘Frente de Libertação do Maranhão”.

As forças políticas que se aglutinaram no período em torno do anti-sarneísmo, reciclando o discurso anti-oligárquico de “libertação”, formavam um leque bastante heterogêneo, “desde velhos e novos dissidentes da oligarquia (PSDB/PSB), o pedetismo da capital, partidos de centro esquerda (PT/PCdoB) e setores de movimentos sociais”. O autor nomeou este conjunto de “Condomínio”, exatamente a ideia forte do artigo, e se perguntava: seria possível realizar um governo “democrático e popular” com as bases políticas do “Condomínio”?

Analisando três tópicos, Wagner expunha as contradições que emperravam a “Nau Libertária” e evidenciavam seus limites. O primeiro é justamente sobre as promessas de combate ao patrimonialismo e democratização do Estado. Aqui a tônica foi o contrário, ou seja, “a manutenção da ‘ética predatória’ e clientelista nos negócios do Estado (de ‘favores e favorecimentos)””. As secretarias e estatais centrais foram ocupadas pelas principais forças, PDT, PSDB e os dissidentes do sarneísmo (grupo de José Reinaldo/PSB), mas a frente era ampla e a fome era muita, de modo que “iniciou-se uma febre de nomeações de cargos de 2º escalão e assessorias, como forma de recompen-

sar aliados que não foram eleitos nem contemplados nas secretarias, bem como amigos e parentes (nepotismo) num ‘trem da alegria’ que envolveu alguns milhares de cargos, distribuídos sem concurso público (driblando as exigências da legislação)”. Como não havia propriamente um projeto de governo capaz de definir objetivos e imprimir uniformidade à gestão pública, “o que se observou em boa medida foi uma autonomização das secretarias e estatais, seguindo orientações distintas, que abrangem desde tentativas mais ou menos bem sucedidas e/ou controversas de democratização até a manutenção pura e simples do padrão patrimonialista, com o surgimento de denúncias de corrupção”.

A reafirmação de velhas estruturas de mando se aprofundava na inexistência de qualquer projeto econômico além do mero improvisado: “Nenhum planejamento efetivo, sem discussão com a sociedade, nenhuma análise mais aprofundada sobre a situação de enclave da economia maranhense, sobre os projetos de implantação de um polo siderúrgico, ou sobre o avanço do agronegócio, ou ainda sobre a agricultura familiar, para mencionar somente alguns pontos”. Assim, o quadro justificava o vaticínio: “o atual governo continuará a seguir a correnteza da modernização conservadora e excludente, na qual navegou (e muito se beneficiou) desde sempre a oligarquia Sarney. O ‘Condomínio’ se demonstraria incapaz de refletir, propor e discutir com a sociedade maranhense qualquer alternativa de desenvolvimento, se submetendo à lógica econômica dominante”.

O terceiro aspecto analisado foi o padrão das relações entre governo e sociedade, pois, como se sabe, o tipo oligárquico é de decisão em circuito fechado, com escassa ou nenhuma participação e sem espaço para a crítica de seus atos. O ponto destacado é a Lei 8.592/2007, “que reestruturou a política salarial do funcionalismo público (transformando salário em subsídio e retirando direitos trabalhistas)”. A decisão foi tomada e contou com o aval do Poder Legislativo, de maioria governista, sem qualquer discussão com a categoria. “Nestes termos, aparentemente, nada mudara em relação aos tempos do governo Roseana/Murad, quando a Assembleia Legislativa era apenas figura decorativa diante de um Poder Executivo ultra-centralizador, que não dava explicações perante a opinião pública”.

A chamada Lei do Cão seria um poderoso ponto de desgaste do governo Jackson, que terminou derrotado no STF, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelo diretório do PMDB, sigla sob controle do clã Sarney. No longo embate, travado com diversas categorias, especialmente os professores, “o governo tentou criar uma falsa dicotomia, negando razão às reivindicações dos professores e acusando o movimento de ser uma ‘greve política’, realizada a mando de José Sarney”.

Era o que bastava para desnudar como o Condomínio, fruto das dissensões oligárquicas, não possuía condição de abrir nenhum caminho efetivo de mudanças, na

medida em que “pretendeu transformar a estratégia eleitoral (‘libertação’ x oligarquia) em estratégia do ‘governo democrático e popular’, reduzindo todas as crises, contradições, disputas, posições político ideológicas e críticas existentes à milenar luta entre o ‘Bem’ e o ‘Mal’”. Wagner não hesita em apontar o objetivo maior dessa operação: “desqualificar o pensamento crítico onde quer que ele se manifeste (na imprensa, nos movimentos sociais, na universidade, no parlamento); tentar apagar as contradições internas do ‘Condomínio’ e negar suas responsabilidades; reduzir a complexidade da sociedade maranhense às disputas entre facções oligárquicas; em suma, transformar a bipolarização oligárquica na única forma de compreender e interpretar o Maranhão”. Forjando a falsa dicotomia, criava-se uma situação em que “um olhar feroz intimida: ou você defende o Condomínio ou você é Sarney!”.

Um ano depois o tom ainda se tornaria mais áspero no artigo *A Bomba Suja: crise, corrupção e violência no Maranhão contemporâneo (2004-09)*. As duas facções oligárquicas, ou seja, “o grupo Sarney (PMDB/DEM/PTB/PV) e o Condomínio do governo Jackson Lago (PDT/PT/PSB/PCdoB/PRB) – forças aparentemente antípodas, cuja gravitação atraiu todo o espectro partidário, à exceção do PSOL e do PSTU”, travaram um renhido combate nas eleições municipais, quando “o Condomínio foi ‘vitorioso’, obtendo pouco mais de 2/3 das prefeituras, maioria nos grandes colégios (São Luís, Imperatriz, Caxias) e cerca de 60% dos

votos do eleitorado”. Para o autor, “importa elucidar o *modus operandi* de formação da ‘maioria’, e se guardou alguma diferença substantiva em relação às práticas com as quais o grupo Sarney se manteve no poder”.

Como é comum, o partido do governador deu um salto fantástico, “tendo elegido apenas 10 prefeitos em 2004, passou a contar com 56 tão logo Jackson Lago assumiu o poder, em 2007, elegendo 65 prefeitos ‘libertadores’ em 2008 (30% do total). Com isso tornou-se a maior seção do país, superando o PDT gaúcho (63 prefeituras), onde existe uma forte tradição trabalhista”. Era o sinal de que a “produção da maioria” se dava “a partir do *modus operandi* patrimonial”. Sem meias palavras, “verificou-se uma patrimonialização dos setores de centro-esquerda, na medida em que o cálculo político desses atores passou a privilegiar cada vez mais o Estado e não mais as relações com a sociedade e os movimentos sociais”.

Irmanados nas mesmas práticas, “a crise intra-oligárquica provocou a explosão da bomba suja, em termos de uma maior visibilidade da corrupção, praticada em todos os níveis (municipal e estadual) e em todas as esferas do poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), bem como a exacerbação da violência política, especialmente, mas não exclusivamente, nas eleições de 2008”. A “bomba suja” é constituída por dois dos principais ingredientes de que se nutre o domínio oligárquico, a

corrupção e a violência, “pois qual seria o objetivo de tão encarniçada luta, onde se mata e se morre, onde se mente e se demoniza, se não a disputa pelo controle e usufruto do ‘bezerro cevado do Erário?’”. Enredado nas teias da utilização patrimonial do Estado, o Condomínio rapidamente se serviu dos velhos esquemas de sustentação política, de tal forma que “a crônica do governo Jackson, assim, consiste na narrativa da vitória do Partido da Bomba Suja sobre as esperanças populares”.

Para Wagner, a resistência frustrada ao “golpe de Sarney” em 2009, apesar de sua evidência, “desvela o fundo falso do discurso ‘anti-oligárquico da libertação’, que nunca foi além de críticas pessoais e morais ao comportamento do grupo Sarney, sendo incapaz de formular uma crítica estrutural do sistema oligárquico”. A conclusão é de que “o discurso da ‘libertação’ possui um caráter parricida: quer apenas substituir o Totem-Sarney por algum de seus filhos, da mesma forma como Sarney substituiu o Totem-Victorino por si mesmo”.

Roseana Sarney, depois de reconduzida ao governo pelas mãos do TSE, venceria as eleições de 2010 no primeiro turno, com o apoio do governo federal e favorecida em mais uma manobra realizada pelo TRE, de forma que recolocou-se em pauta o “discurso da libertação” como estratégia eleitoral em 2014, agora numa nova “Nau Libertária”, capitaneada por Flávio Dino, derrotado no pleito

No decorrer dos anos, suas observações sobre o sarneísmo e a política maranhense foram se espalhando em várias formas de intervenção, artigos, entrevistas, palestras, debates e a participação ativa nas redes sociais. Para Wagner, a “modernização oligárquica” é a forma da expansão capitalista no Maranhão, montada no governo Sarney e continuada pelos que o sucederam, cujos pontos básicos foram a implantação dos grandes projetos agropecuários, com a liquidação da agricultura familiar, e a articulação do porto, com a implantação posterior da Alcoa e do corredor de exportação de minério ligado à Vale.

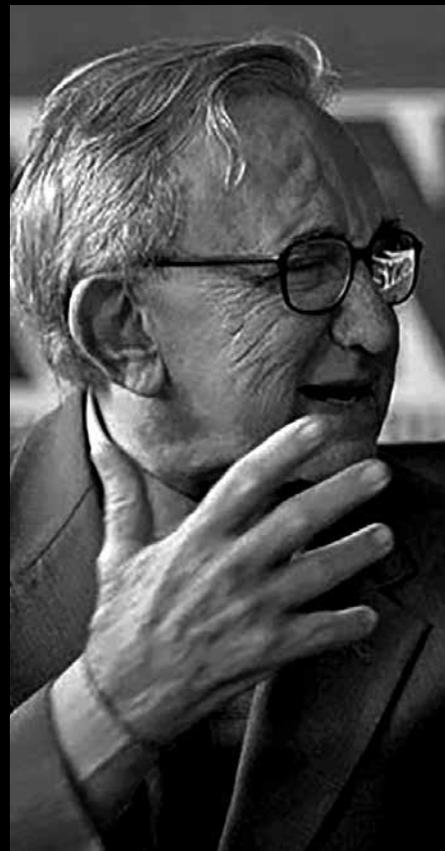
Em duas longas e esclarecedoras entrevistas concedidas ao jornal *Vias de Fato*, em julho de 2011 e fevereiro de 2012, ele expõe com objetividade seu foco principal. “Acho que é preciso fazer uma análise que concilie, de um lado, a análise da estrutura econômica efetiva que se implantou no estado a partir dos últimos cinquenta anos (final dos anos 60), com a concentração de terra, com esse caráter de enclave exportador, com a expulsão do homem do campo, o inchaço urbano e a ausência de perspectiva de emprego... E ligar essa análise da economia com o suporte político desse processo, no qual a oligarquia Sarney é fundamental. Por isso é que uso a expressão ‘patrocinador minoritário do processo de modernização conservadora da economia local’”.

A modernização oligárquica pode ser pensada como uma expressão periférica da própria modernização conservadora, em que a concentração de renda mantém-se em níveis altíssimos e a exclusão social é a tônica. O Maranhão se torna um campeão de conflitos agrários a partir dos anos 70 e passa a ser uma região que expulsa trabalhadores. O resultado é que o estado tem o 16º PIB do país, mas os piores indicadores sociais. “O ponto crucial é como essa modernização mantém, produz e reproduz as velhas formas de pobreza no campo e na cidade, mas também cria novas formas de pobreza”.

Nestas entrevistas ele novamente enfatizou os limites de repetição da estratégia do Condomínio, que seria utilizada em 2014. “A lógica do condomínio funciona se você quiser, pura e simplesmente, reproduzir a própria lógica patrimonial e oligárquica. Por quê? Porque a lógica do condomínio é a lógica da administração do jogo de interesses, de forças e atores políticos situados em partidos, numa política de bastidores centrada na ocupação de cargos públicos, portanto, não me parece que a manutenção desse padrão seja capaz de superar a dominação oligárquica... é preciso avançar para a retomada do elemento que se perdeu com a experiência de Jackson Lago que foi exatamente a esperança, baseada na mobilização social”.

O Condomínio atual já vai rachando e talvez nem possa mais ser considerado enquanto tal, pois, Flávio Dino, o “síndico” que afirmou ter consciência de sua posição no comando de uma aliança ampla, logo mostrou ganas de se tornar o “dono” exclusivo do Condomínio, ocupando os espaços, tentando neutralizar outras lideranças que faziam parte de sua caravana, casos de Roberto Rocha, José Reinaldo, Eliziane Gama, e estabelecendo uma relação de cooptação de entidades e lideranças de movimentos sociais. Governa através da propaganda, do falatório nas redes e utiliza a sombra de Sarney, ao mesmo tempo, como escudo de defesa contra críticas e como grife, vestindo a fantasia de “libertador”.

Na últimas eleições municipais, seu partido, o PCdoB, deu o salto que é próprio a todos os partidos governistas, passando de 4 para 46 prefeituras, mas a maioria de pequenas cidades. Os métodos utilizados na campanha em nada diferiram das velhas formas de pressão política exercidas a partir do Palácio do Leões, como suspensão de recursos aos não alinhados, imposição de candidaturas, perseguições de funcionários e por aí fora, destacando-se a transferência de policiais militares em Imperatriz. Não faltaram mesmo nem as velhas cenas do cangaceirismo político. Uma eleição marcada pela violência e feita sob a proteção de tropas federais em vários municípios.



Apesar do PCdoB alardear a vitória da base governista em 150 municípios, de um total de 217, a verdade é que perdeu em cidades importantes, como Imperatriz, Caxias, Codó, Pinheiro, Barreirinhas, além do sufoco passado em São Luís, onde governo estadual e prefeitura juntos quase viram a surpresa de última hora, Eduardo Braide, ganhar a eleição praticamente sem nenhum suporte, o que indica a existência de grande insatisfação, apenas dobrada (ou contornada) pelo peso da utilização aberta e intensa do poder público enquanto máquina política. Por outro lado, é possível perceber que o bloco já vai se desagregando, com focos de descontentamento visíveis como reação ao domínio do governador e seu super-secretário, Márcio Jerry.

Estamos diante da formação de mais um grupo político com pretensões hegemônicas e herdeiro de práticas oligárquicas, os “dinistas”, comunistas de fachada do Maranhão. Esta ânsia de controle se favorece ainda da inexistência de uma fronteira clara entre o que seria o atual governo e a oposição. Existe um trânsito entre um e outro, onde aderir momentaneamente ao projeto de Flávio Dino não significa romper vínculos com os supostos adversários do governo, pois este os acolhe como se não tivessem relação com as velhas estruturas que cumpre ultrapassar. Neste caso, juntam-se “pragmatismo político” e o mais deslavado cinismo.

A promessa de “republicanizar” o estado parece não ter passado do discurso de posse do governador, haja visto o tipo de relacionamento estabelecido com a Assembleia Legislativa, o conhecido rolo compressor; a intolerância ante as críticas, expressa na agressividade do time de blogueiros pagos e de seguidores nas redes sociais; a inexistência de qualquer estratégia para sair dos marcos estabelecidos da modernização oligárquica, mantendo-se o apoio à expansão sem controle do agronegócio e da atividade pecuária, expulsando comunidades inteiras de seus territórios; o silêncio conivente ante o avanço da violência contra lideranças camponesas, indígenas e quilombolas, assistindo a concretização de assassinatos anunciados; ou mesmo os referidos métodos de utilização da máquina estatal como forma de compressão eleitoral.

Todos são capítulos conhecidos de um filme velho que teima em se reciclar, mas é preciso interromper. Voltando aos textos citados no início deste artigo, seria o caso de frisar: é do “*modus operandi*” que se trata. Sem ultrapassar uma arraigada concepção patrimonial e oligárquica de poder, nenhuma transformação significativa se realizará. Por isto, vozes atentas e dissonantes, como a de Wagner Cabral, são essenciais, desafiam os raciocínios toscos e a sabujice costumeira ante os governantes, que tanto travam o debate político em nosso meio.



BRASIL, BEM-VINDO AO SÉCULO XXI!

Vias de Fato nº 44, julho de 2013.

A onda de manifestações em curso no Brasil alinha finalmente o país com as formas de protesto que vêm se desenvolvendo em várias partes do mundo. “Occupy Wall Street” e seus desdobramentos em outras cidades norte-americanas; os “indignados” nas praças espanholas e seus ecos em Portugal e na Grécia; a chamada “primavera árabe”, com a derrocada dos governos na Tunísia e no Egito; os protestos na Turquia. Todos expressam tentativas de reinvenção das práticas de mobilização política, marcadas pela intensa utilização das redes sociais, instantaneidade e horizontalidade, ultrapassando na prática política toda a estrutura dos instrumentos de representação, caracterizados de maneira oposta pela organização de instituições, verticalização hierárquica, programa de ação.

1968 é um momento emblemático em que os movimentos sociais expõem a crise da política representativa moderna e do seu correlato, a sociedade disciplinar, vindas do final do século XVIII e que se arrastaram, não sem agudos problemas, no século XX. Das barricadas de 1968 não saiu, no entanto, a reinvenção da política para além dos partidos, como era protagonizado pelos círculos mais ativos. Após a repressão, os poderes instituídos incorporaram algumas pautas e a maior parte dos movimentos se institucionalizou, sendo reconhecidos como atores políticos. O impulso para fora da lógica da política representativa foi brechado, mas, a partir daí, partidos e sindicatos cada vez mais se tornaram meio zumbis, com existência spectral, simulacro de representação social.

Com a ascensão dos mercados e o discurso de minimalização da política, submeteram-se sem nenhum pudor às novas “regras do jogo”, a linguagem da publicidade substituiu as ideologias e os financiamentos espúrios passaram a integrar os códigos de ética, aumentando a defasagem entre sociedade e os setores políticos, cada vez mais voltados para si, oligarquizados. Os centros de decisão foram transportados, então, de vez para as feras do mercado. Os bancos centrais e organismos internacionais dominados pelos países desenvolvidos, em articulação com interesses de grandes grupos e investidores, passaram a ditar políticas econômicas em países os mais diversos.

No entanto, outra ponta dos movimentos se desenvolvia de maneira quase silenciosa, de maneira fragmentária e descontínua, irrompendo com força nos protestos antiglobalização em Seattle, 1999. Ali, a pluralidade de demandas, a horizontalidade da organização, a instantaneidade, o momento, eram a tônica dessa nova “urgências das ruas”, que é principalmente uma urgência de redefinição da política. Após conjuntura difícil depois do 11 de setembro, quando a paranoia do terrorismo foi habilmente manipulada, esses movimentos múltiplos estouraram na esteira da crise econômica deflagrada em 2008 e, com eles, a perplexidade de um mundo político submetido a velhas tradições. Em brilhante intervenção quando do início do movimento “Occupy Wall Street”, Naomi Klein dizia: “Por que eles estão protestando?, indagam os sabi-

chões embasbacados na televisão. Enquanto isso o resto do mundo pergunta: Por que demoraram tanto?” A observação serve igualmente para as mobilizações no Brasil.

Os anos do governo Lula ocasionaram um atrelamento das energias de movimentos sociais aos tentáculos do governo federal, ao tempo que uma política social voltada para setores excluídos garantiu a emergência de expressivo contingente aos mercados e ao consumo. Gostando cada vez mais de posar de novo “pai dos pobres”, Lula não estimulou nenhuma modificação importante na esfera da política, ao contrário, compôs fartamente com antigas oligarquias e adotou ele próprio, cada vez mais, práticas oligárquicas, controlando o poder com a desenvoltura de um cacique e esvaziando mesmo antigas práticas participativas no interior daquele que um dia chegou a ser chamado de o último grande partido de esquerda do ocidente.

Na esteira da crise, enquanto a situação social e econômica se deteriorava em vários países, no mundo islâmico assistíamos a uma ocupação das ruas contra os poderes estabelecidos e aqui mesmo na América Latina, tensões e mobilizações eleitorais expressavam conflitos políticos, distributivos, étnicos e outros, no Brasil as lutas lentamente se acirravam, ao passo que era mantida de vento em popa a construção da imagem do país onde se processava uma verdadeira revolução. O mundo vivia o inferno, mas o Brasil parecia tangenciar essa situação.



De uma tacada as duas coisas vieram abaixo, na esteira de um confronto motivado pelo aumento de um serviço péssimo, o dos transportes urbanos, retrato de outros de igual ou maior importância e também em situação caótica, justo no momento em que se iniciava a programação dos grandes eventos que mostrariam este oásis ao mundo. Nas promessas, os governos afirmavam que os eventos trariam um legado às cidades em termos das melhorias urbanas requisitadas. Mas nada fizeram e os estádios belos e caros foram terminando em cima da hora. De qualquer forma, parecia que o resto era apenas apostar na festa e no futebol, requisitos em que a formação da identidade nacional sempre mostrou-nos como bambas.

Qual a surpresa dos nossos ilusionistas e igualmente dos seus opositores invejosos, uns e outros implicados diretamente no caso das passagens, ambos igualmente “monitorando de Paris”, na busca de mais um grande evento para São Paulo, quando as mobilizações iniciaram, puxadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), a polícia em sequência fez seu show de violência indiscriminada e, a partir daí, assistimos a uma explosão de insatisfações represadas, expressões de múltiplas demandas, de identidades mutantes que escapam a qualquer visão unificadora dos conflitos e das demandas. E também explosões de violência de pequenos grupos, essa mesma violência que nos envolve a

cada dia com maior intensidade e na qual as cidades estão completamente mergulhadas. Gritam contra tudo, mas é clara a conexão ampla entre serviços públicos péssimos e a percepção da corrupção, da eterna farra do dinheiro público, da impunidade, na qual se enredou o mundo da representação política.

Perplexos diante de um movimento de pessoas e não de organizações, os governantes, a mídia e mesmo muitos estudiosos, passaram a inquirir sobre a “pauta de reivindicações”, as “lideranças”, o perfil de organização etc., enquanto no mundo real os participantes se comunicam através das redes, as decisões na maioria das vezes são tomadas na hora, as palavras de ordem mudam continuamente. Quem são eles? perguntam nos jornais, nas entrevistas. Afinal, o que querem? Será que ainda ousam sonhar com autonomia e participação efetiva?

Quando se abriu a porteira, as ruas, que há muito se tornaram perigosas para o cidadão comum, voltaram a se tornar perigosas para os poderes instituídos, mais do que simplesmente para os governantes de plantão. A resistência aos partidos e organizações sindicais expressa a recusa das regras da representação e seus organismos, os zumbis que atravessaram o século XX. Não há nisso despolitização ou um traço simplesmente fascista, como logo se apressaram a apregoar ou insinuar alguns, uma trama em processo para

enfraquecer as “instituições democráticas”, quando a questão é justamente de seu estado de esclerosamento. Os primeiros a quererem rotular, geralmente são também os primeiros a quererem estigmatizar. Sem saber bem como responder aos acontecimentos, o primeiro ministro da Turquia, por exemplo, já fala mesmo numa “conspiração internacional” para desestabilizar o seu governo e o do Brasil. Prepara a repressão.

Assim como 1968, estes movimentos que têm motivações múltiplas e nasceram no chão da rede, um espaço que libera forças centrífugas e propicia continuamente novas formas de comunicação, podem não saber exatamente o que querem, mas parecem ter discernimento do que não querem. Ainda não geraram nada mais contínuo e efetivo, pois mesmo a transição de regime no Egito permanece indefinida, mas estão recolocando em cena a noção de que a vida pode ser diferente, algo sempre incômodo e perigoso aos grupos dominantes e aos governantes de todos os quadrantes e de todas as épocas, mas que estava quase neutralizado nos anos de auge do deus mercado. Neste sentido, os movimentos podem começar visando a luta contra o capital financeiro, a troca de regimes, a questão dos transportes, a defesa ecológica, mas seus desdobramentos permanecem em aberto, porque nesta lógica, coisas como tarifa urbana e luta contra a PEC 37, chamada de PEC da Impunidade, por exemplo, vão juntas, se apoiam.

Enquanto nossas duas outras grandes manifestações dos tempos recentes, a das diretas e a do impeachment de Collor, pressionavam o sistema político sem ultrapassagem dos mecanismos representativos, ao contrário, lutando nitidamente no sentido de seu fortalecimento, estas indicam uma fratura muito mais funda e abrem uma porta para as lutas tal como em parte já vêm se desenvolvendo e podem se aprofundar nos próximos anos, com maneiras de pressão e construção de canais que respondam à mudança da forma decisória e à aceleração do tempo propiciada pelas novas tecnologias.

Os conflitos se descentralizam, saem da tutela das instâncias formais de regulação e podem se conectar em curto-circuito, propiciando mudanças nas formas de processá-los. Uma pressão às vezes explosiva para religar o cidadão às decisões fundamentais que envolvem diretamente o cotidiano, a vida vivida e não a dos planos, discursos e propagandas, da marquetagem enganatória paga regiamente com o nosso próprio dinheiro e onde tudo sempre parece muito melhor do que realmente é. A ação simultânea, fragmentária e espontânea nas cidades, com um borbulhar de queixas, temperado por bombas e conflitos, além de uma posição crítica majoritária sobre o gasto com os jogos e contra a poderosa FIFA, são a verdadeira surpresa do Brasil ao mundo, expressando de fato, mas de forma contrária ao espetáculo programado, toda sua complexa contemporaneidade. Bem-vindo às lutas do século XXI!



QUANDO TODOS OS GATOS TORNAM-SE PARDOS

Nota sobre a crise política brasileira

Vias de Fato nº 65 - novembro de 2016.

Geralmente tratado como receituário econômico hegemônico no cenário internacional a partir da década de 1980, o neoliberalismo constituiria algo bem mais amplo, uma resposta à crise das formas de poder no capitalismo, que se desenrolava desde o final dos anos 60. Toda uma série de textos já canônicos, vindos à tona em torno das manifestações de 68, antes e após, como *A Sociedade do Espetáculo* (Guy Debord), o *Vigiar e Punir* de Foucault ou seus cursos no Collège de France entre 1975 e 1979, tratavam, por vias diferentes, de metamorfoses no exercício do poder, abrindo linhas de raciocínio que destacavam sua organização em redes de comandos que passavam por fora das instituições clássicas da democracia liberal. Em uma palavra, os dispositivos de controle da população, que, nos termos propostos por Foucault, compõem o poder contemporâneo como biopoder, iriam encontrar amplo terreno para o desenvolvimento na era que se iniciava sob a égide do neoliberalismo.

Como argumentaram recentemente Pierre Dardot e Christian Laval, em *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, não se tratava simplesmente de uma retirada do Estado nos planos da atividade econômica e da rede de seguridade garantida nos tempos áureos do Welfare State, mas de uma reorientação política que pregava novas bases para a intervenção do Estado, voltado agora para a construção de uma ampla regulação das relações sociais pela concorrência imposta nos mais variados campos. O objetivo nunca foi enfraquecer o Estado, nem apenas favorecer outro regime de acumulação, e sim algo mais amplo, a sociedade agora seria completamente perpassada pela “generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação”. Neste sentido, o neoliberalismo incentivou amplamente um processo de normatização privada das relações capitalistas. Se no passado a ação do Estado foi no sentido de minorar os efeitos das desigualdades produzidas no processo da acumulação, o que se passava no estabelecimento de um plano social mínimo, agora a pregação iria no sentido de ações que produzissem “situações de mercado”, vale dizer, fomentassem desigualdades. Na formulação feliz dos autores, trata-se de um Estado forte, mas como guardião do direito privado, ou seja, um intervencionismo garantidor das “coerções de mercado”.

Nas últimas décadas muito se falou no esvaziamento dos canais institucionais da política liberal. Regimes políticos em todo o mundo se veem enredados em crises de representação, escancarando o fosso entre o mundo dos políticos e dos grandes interesses econômicos e os problemas cotidianos do cidadão comum, chamado apenas a apoiar decisões tomadas cada vez mais por fora dos espaços públicos da negociação política. Submetida às razões do mercado, o que nesse momento significa principalmente os interesses da acumulação financeira, a política travestiu-se de “administração”, impondo o desempenho como critério de legitimação, traduzindo-se numa fabricação constante de índices que inundam o nosso dia a dia. O critério quantitativo que rege a empresa e a economia impõe-se ao critério qualitativo da ação política, enquanto a linguagem se uniformiza através do marketing. A nova racionalidade apareceu sob a forma da imposição dos ajustes econômicos estruturais e do redirecionamento das políticas sociais universais para o atendimento a públicos específicos, mas também na transformação do cidadão em mero consumidor de bens e serviços, cujo índice de satisfação sempre pode ser atestado através de pesquisas de opinião.

Agregue-se ainda a este quadro sucinto dois tópicos de suma importância. O primeiro é o desenvolvimento de um estado de exceção permanente (Agamben) ou

de uma forma bonapartista (Losurdo) como característica dos regimes políticos atuais, o que significa a existência de mecanismos de exceção tornados rotineiros no interior das democracias. O segundo é a reinvenção da atuação de movimentos sociais, impulsionados pela transformação drástica das comunicações, conectados em redes de múltiplas formas e geralmente numa posição de recusa dos espaços institucionalizados e seus comandos hierárquicos. São movimentos que atualizam sentidos da desobediência civil, muitas vezes propondo e praticando formas de democracia deliberativa direta. Os dois tópicos, apesar de díspares, um no sentido de controle da cidadania e outro buscando sua ativação, jogaram água no moinho da crise contemporânea da democracia representativa.

O Brasil vivenciou seu processo recente de “construção democrática” justamente tendo como pano de fundo este esvaziamento dos instrumentos da democracia representativa e carregando, por outro lado, uma tradição bastante viva de patrimonialismo, personalismo e autoritarismo. É fundamental frisar que o processo em questão seria antes o de uma ditadura que se metamorfoseou em democracia, ainda que não tão restrita quanto programado, e não o de uma democracia resultante do rompimento da ditadura. Esta é uma verdade crua que terminou recalçada, ainda que a transição controlada não deixasse muitas dúvidas. O ponto foi tocado de maneira contundente pelo psicanalista Tales Ab’Saber, em sua já

antológica resposta à pergunta “O que resta da ditadura?” com um rotundo “Tudo, menos a ditadura, é claro”. Trata-se, no entanto, de uma visão marginal, mesmo que possamos destacar alguns nomes conhecidos nesta seara, como Paulo Arantes e Chico de Oliveira, para não falar em outro mais antigo, Florestan Fernandes e sua clássica formulação sobre a autocracia burguesa como forma estatal na periferia capitalista. Mais conhecida e cultivada, sem dúvida, entre cientistas políticos, sociólogos e historiadores seria a visão da transição democrática levada a efeito com uma série de problemas, fragilidades, disfunções, mas, ainda assim, caracterizada como um processo inequívoco de construção de um regime democrático, a dinâmica da sociedade ultrapassando os limites impostos pelos círculos dirigentes e derrubando efetivamente o regime.

De qualquer maneira, não obstante as enormes dificuldades, a experiência dos últimos trinta anos foi de expansão e enraizamento da noção de cidadania aliado à rotinização do processo eleitoral. Em termos amplos, isto é fruto de um processo que carrega traços marcantes da diversidade que se afirmava na década de 80 e conseguiu mobilizar e projetar sobre a Constituinte os parâmetros de um pacto que comportasse o ideal de redução da desigualdade como condição para a efetivação da sociedade nacional. Se pensarmos em duas fortes expressões que, de certa forma, até balizam historicamente a luta

mais recente em torno deste anseio, poderíamos apontar a designação de “Constituição Cidadã”, usada por Ulysses Guimarães para saudar o espírito da Carta de 88, o compromisso básico de favorecer a construção da cidadania, e “Brasil, um país de todos”, marca do governo Lula para indicar sua ênfase na realização do ideal da inclusão social.

O sistema político que se montou a partir da transição teve no chamado presidencialismo de coalizão uma de suas principais características. Um sistema partidário muito fragmentado e socialmente pouco enraizado criou a necessidade de sustentar o governo sempre em ampla base de apoio para garantir a governabilidade, palavra-chave que passou a orientar as ações de todos os governantes. O apoio é conseguido não tanto por adesão programática, mas principalmente através da cooptação, a troca de favores, a oferta de cargos (hoje cerca de 24 mil de livre nomeação) ou pela compra de votos, em suma, pela corrupção. As características do sistema partidário e do sistema eleitoral favorecem a fragmentação e a dispersão, atualmente são 27 partidos com representação na Câmara e a maior bancada equivale a apenas 10% do total. Isto impõe ao poder Executivo um trabalho forte de articulação no Legislativo, sob pena de inviabilização e, no limite, até de destituição. A conhecida observação de Fernando Henrique Cardoso resume o alcance do dilema: “No presidencialismo de coalizão quem perde o controle da Câmara é submetido ao impeachment”.

O próprio FHC, no início do segundo mandato, em abril de 1999, enfrentou uma votação na Câmara em torno da decisão do Presidente da Casa, Michel Temer, de arquivar o pedido de impeachment impetrado por Milton Temer, deputado pelo PT, alegando crime de responsabilidade durante a execução do Proer - programa de reestruturação do sistema financeiro nacional. A oposição recorreu da decisão ao plenário e perdeu por larga margem, 342 votos a 100, com 3 abstenções. Imerso numa crise financeira e em plena turbulência dos mercados internacionais, o governo conseguira a reeleição em primeiro turno e já descia aos infernos da impopularidade, onde, de resto, ficaria até o final, mas não perdeu o controle da Câmara e derrotou a investida, que não contou com muita ressonância na sociedade, apesar da palavra de ordem “Fora FHC!” ter circulado bastante a partir dos sindicatos e movimentos sociais. Em suma, não se configurou uma crise política, nem crise de legitimidade do governo.

O fantasma do impeachment reapareceria em 2005, terceiro ano do governo Lula, quando o PT tentou o controle da Câmara com a eleição de Luiz Eduardo Greinhalgh e foi derrotado por Severino Cavalcanti, no episódio conhecido como a rebelião do baixo clero. Na sequência, estourou a crise do Mensalão e a instalação da CPMI dos Correios. O risco do pedido de impeachment chegou a rondar o Palácio do Planalto no momento em que o publicitário Duda Mendonça revelou ter recebido pagamentos de campanha por caixa 2 em bancos estrangeiros.

Lula contornou a crise política, como é sabido, de um lado, rendendo-se à dinâmica do presidencialismo de coalizão, acertando um pacto amplo com o PMDB, na prática um acordo com os interesses parlamentares através do acesso de seus caciques a fatias do aparelho do Estado; de outro, promovendo um incremento da política social, sustentado nos bons ventos do mercado internacional. Entrávamos no período que ficou conhecido como “boom das commodities” e o governo surfaria nessa onda, tentando, inclusive, recolocar no imaginário nacional o velho sonho do Brasil Potência, acalentado pelos militares de 64.

Veríamos, então, cada vez mais a substituição de posicionamentos antigos do PT à pragmática do que ficou conhecido como “lulismo”. O termo circulou um tempo sem muita referência ou balizas conceituais, mais para indicar o prevalecimento da figura do líder sobre o partido, até que André Singer, seu principal analista, o localizou como um “reformismo fraco e desmobilizador”, uma orientação política que expressava um novo pacto, oriundo do realinhamento eleitoral verificado em 2006, quando o incremento das políticas sociais e a mobilidade possibilitada pelo chão do crescimento econômico ligaram, pela primeira vez e de forma direta, a figura de Lula ao mundo dos de baixo, para além dos trabalhadores sindicalizados. O custo foi perder o apoio de amplos setores de classe média simpáticos às antigas bandeiras do PT da ética na política. Um grupo reduzido de parlamentares, intelectuais e militantes que não se curvaram aos novos ventos, saiu do partido e formou o PSOL.

O pacto comandado pelo PT ligava o topo e a base da pirâmide social através da ação do Estado, ao preço de acatar o balcão de negócios com o Congresso, envolvendo parlamentares, ministros, diretores de estatais e grandes empresários, e, por outro lado, desenvolver uma política de atrelamento de movimentos sociais, além da tutela exercida sobre a massa de beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família. Numa fase de crescimento econômico, o Estado foi utilizado largamente como fonte de benefícios em torno do qual giravam atores e interesses diversos. Por dentro da expansão de sua base social, junto ao reconhecimento de direitos a setores antes marginalizados, reafirmavam-se velhas práticas patrimonialistas.



O modelo neodesenvolvimentista que se delineava tomou impulso a partir da crise mundial de 2008/09 e seria utilizado pelo governo de Dilma Rousseff como definição de uma “nova matriz econômica”, mas configurou antes um conjunto de medidas intervencionistas *ad hoc*, nunca chegando a compor propriamente uma proposta de “capitalismo de Estado”, ainda que este fosse colocado como o principal investidor e orientador do desenvolvimento, através de grandes projetos de infraestrutura. Ao final do primeiro mandato, não escapava a muitos observadores o quadro econômico complicado em que estávamos metidos, numa convergência clara de indicadores negativos, não obstante o cenário cor-de-rosa pintado na campanha de reeleição, através da máquina de comunicação do Planalto, comandada pelo publicitário João Santana. No mundo da propaganda estávamos prontos para “um novo ciclo de desenvolvimento” e tínhamos em andamento “o maior programa de investimentos em infraestrutura do mundo”, quando a realidade já era o início de uma forte recessão.

Um ano antes, o terremoto das manifestações de junho evidenciara a insatisfação bastante generalizada com a representação política, a corrupção, a péssima qualidade dos serviços oferecidos à população, o descaso dos governantes. A multiplicidade de demandas, a forma descentralizada e criativa dos protestos, a intensa utilização das redes sociais e a repercussão nos meios de co-

municação, assustaram toda a representação política. A grita parecia ser contra todos os partidos, mas existia uma intolerância maior com o PT e os partidos de esquerda.

Uma das mais destacadas bandeiras era contra a PEC 37, também chamada PEC da Impunidade, por restringir a possibilidade de investigação criminal pelo Ministério Público, ficando a atribuição exclusivamente a cargo das polícias civil e federal. Existia uma clara intensão de frear a atuação de procuradores da República e promotores de justiça investigando políticos em práticas de corrupção. Apoiada pela OAB e com a aprovação se encaminhando, a PEC foi, entretanto, rejeitada pela Câmara no dia 25 de junho, no calor das manifestações, de forma praticamente unânime (430 votos contrários e apenas 9 favoráveis), como um sinal de “reencontro dos deputados com as ruas”, nas palavras do seu presidente, Henrique Alves.

Alguns chegaram depois a lamentar que a votação não tivesse sido adiada e esperado a “poeira baixar”. Tinham mesmo razões para tanto, como evidenciaria a Operação Lava Jato. A investigação sediada em Curitiba teria início no ano seguinte e levaria a um ruidoso trabalho de desvendamento de uma rede de lavagem de dinheiro ligada a vasto esquema de corrupção na Petrobrás, envolvendo a base política governista e até partidos e parlamentares da oposição.

Aço - Wellington Magalhães, vereador (PTN-MG) Drácula - Humberto Costa, senador (PT-PE)

Anão - Antonio Carlos Magalhães Neto, prefeito (DEM) Escritor - José Sarney (PMDB), ex-presidente

Amante ou Coxa - Gleisi Hoffmann, senadora (PT-PR) Esquálido - Edison Lobão, senador (PMDB-MA)

Amarelou - Durval Amaral, presidente do TCE-PR Feia - Lídice da Mata, senadora (PSB-BA)

Amigo - Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente (PT-SP) Ferrari ou Grisalhão - Delcídio do Amaral, ex-senador (MS)

Atleta - Renan Calheiros (PMDB-AL) Filósofo - Paulo Bernardo, ex-ministro

Avião - Manuela D'Ávila, deputada federal (Pc do B-RS) Fodinha - Frederico Antunes, deputado estadual (PP-RS)

Babão - Iris Rezende, prefeito (PMDB-GO) Gato Angorá - Wellington Moreira Franco, ministro (PMDB-RJ)

Balzac - Yeda Crusius, deputada federal (PSDB-RS) Gripado ou Pino - José Agripino, senador (DEM-RN)

Barbie - Marta Suplicy, senadora (PMDB-SP) Guerrilheiro - José Dirceu, ex-ministro (PT)

Benzedor - João Paulo Papa, deputado federal (PSDB-SP) Inca - Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Dep. (DEM-RJ)

Biscoito - Sandro Mabel, ex-deputado federal (PR-GO) Itacaré - Celso Russomanno, deputado federal (PRB-SP)

Boca mole - Heráclito Fortes, deputado federal (PSB) Italiano - Antonio Palocci, ex-ministro (PT-SP)

Bonitão ou Garanhão - Fabio Faria, deputado (PSD-RN) Jacaré - Jader Barbalho, senador (PMDB-PA)

Bruto - Raul Jungmann, ministro (PPS-PE) Justiça - Renan Calheiros, senador (PMDB-AL)

Caju - Romero Jucá, senador (PMDB-RR) Machado - Kátia Abreu, senadora (PMDB-TO)

Caldo - Blairo Maggi, ministro (PP-MT) Mineirinho - Aécio Neves, senador (PSDB-MG)

Caranguejo - Eduardo Cunha, ex-deputado federal (PMDB-RJ) Musa - Ana Paula Lima, deputada estadual (PT-SC)

Cavanhaque - Helder Barbalho, ministro (PMDB-PA) Natal - José Genoíno, ex-presidente do PT (PT-SP)

Cerrado - Ciro Nogueira, senador (PP-PI) Nervosinho - Eduardo Paes, ex-prefeito do Rio (PMDB-RJ)

Chefe Turco, Kibe - Gilberto Kassab, ministro (PSD-SP) Primo ou Fodão - Eliseu Padilha, ministro (PMDB-RS)

Comuna - Daniel Almeida, deputado federal (PC do B-BA) Pós-italiano - Guido Mantega, ex-ministro

Correios - Alexandre Postal, deputado estadual (PMDB-RS) Proximus - Sérgio Cabral, ex-governador do RJ (PMDB-RJ)

Crusoé - Robson Apolinário, ex-deputado suplente (PDT-SP) Roxinho - Fernando Collor, senador (PTC-AL)

Decrépito - Paes Landim, deputado federal (PTB-PI) Teco - Tico Lacerda (PDT-SC)

Do reino - Fernando Pimentel, governador (PT-MG) Viagra - Jarbas Vasconcelos, deputado federal (PMDB-PE)

Vizinho - José Serra, senador (PSDB-SP)

O governo, apanhado completamente de surpresa, titubeou, mas fez a sua leitura dos protestos, apontando a necessidade urgente de uma reforma política, que diminuísse o fosso entre a sociedade e a representação e definisse um modelo de financiamento público de campanhas, além de frisar a situação emergencial em que se encontravam a saúde e a mobilidade urbana. A insatisfação e a inusitada rebeldia cidadã foram creditadas ao próprio avanço social da última década e à necessidade de passar do consumo básico favorecido pelos programas de renda e acesso ao crédito para a oferta de serviços de qualidade. A proposta de formação de uma Constituinte exclusiva para a reforma política não foi adiante, na saúde o governo restringiu-se ao programa Mais Médicos, enquanto os investimentos em transporte urbano, prometidos como legado das grandes competições esportivas marcadas para 2014 e 2016, ficariam, em sua grande maioria, nos anúncios e esbarrariam logo na crise fiscal do Estado.

Foi, portanto, num quadro de dificuldades crescentes que ocorreram as eleições de 2014. O tom de histeria e radicalização das posições que se formou durante a campanha e persistiria após, marcou fundo o início do segundo mandato de Dilma Rousseff. Dois movimentos levaram a um processo precoce de corrosão da sua legitimidade. O primeiro se deu ainda antes da posse, com a indicação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, justamente um nome do mercado financeiro e que havia

participado da discussão do programa do candidato do PSDB, cuja ênfase era na necessidade de ajuste nas contas públicas, ponto até então negado pelos governistas. Feita sem nenhuma cerimônia ou qualquer explicação, deixada a cargo do recém nomeado ministro, e diante do cenário de inflação e recessão, a guinada soou como um estelionato eleitoral, acirrou divisões dentro do próprio PT e logo cobraria seu preço no declínio vertiginoso das taxas de aprovação de Dilma. O segundo, foi a tentativa dos estrategistas políticos do Planalto de comandarem a Câmara lançando um candidato do PT à disputa pela Presidência, rompendo o apoio à chapa encabeçada pelo PMDB. O resultado foi o partido do governo ficar fora da Mesa Diretora e com uma articulação parlamentar fraca e cada vez mais a reboque dos movimentos executados pelo novo presidente, Eduardo Cunha, que se tornariam incontrolláveis a partir das denúncias envolvendo seu nome na corrupção da Lava Jato. Começava cedo a desagregação da ampla base parlamentar governista, processo que se arrastaria por todo o ano de 2015.

Antes mesmo da nova posse já estava claro que havia no horizonte uma junção explosiva de crise econômica e crise política. Isto porque se a primeira não era segredo para ninguém, apesar dos malabarismos retóricos (e contábeis) da equipe econômica que saía e da propaganda oficial, a segunda chegava a galope, na esteira do chamado escândalo do Petrolão, denunciado

na Lava Jato, afetando diretamente figuras importantes, diretores de estatais, donos de grandes empreiteiras e políticos ligados aos três maiores partidos da base do governo: PT, PMDB e PP. O início errático e tumultuado do segundo mandato se complicou ainda mais com a presença de multidões nas ruas, já em março pedindo abertamente o impeachment da presidente reeleita. Foi um choque, pois apesar da forte campanha dos principais veículos de comunicação em torno do escândalo da Petrobrás, a cada semana com novas revelações, da prisão do tesoureiro do PT e de nomes já carimbados no escândalo do mensalão, além de toda a carga de denúncias e depoimentos que vazavam seletivamente, criando uma impressão cada vez mais forte de generalização da corrupção orquestrada a partir dos altos postos da administração pública, não havia acusação direta sobre Dilma, fora a questão da compra da refinaria de Pasadena, nos EUA, que se deu ainda no governo de Lula, quando ela presidia o Conselho Diretor da Petrobrás.

As oposições recém derrotadas num pleito muito disputado e que já arguíam no TSE o uso da máquina do governo, movendo processos por abuso de poder econômico e político contra a chapa Dilma/Temer, apostando na anulação da eleição, ficaram inicialmente em dúvida sobre o caminho a tomar, mas logo encampariam a via do impeachment. Refiro-me ao PSDB, DEM, PPS, PSB e Rede (com dissensões). A brecha apareceu na contestação das

contas da presidente pelo TCU em torno principalmente das relações entre o Tesouro público e bancos estatais, devido a antecipações realizadas sem a existência de recursos e saldadas muito depois, mas sem que aparecessem como dívida, ou seja, maquiando as contas públicas. As “pedaladas”, como ficariam conhecidas tais operações, seriam empréstimos disfarçados e proibidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal ou apenas fluxos de caixa realizados em todas as administrações anteriores e sem responsabilidade direta da Presidência? Este era um dos artifícios que compunham a chamada “contabilidade criativa”, que o então secretário do Tesouro, Arno Augustin, alardeava e era comentada criticamente por vários analistas da economia. O pedido de impeachment, impetrado pelos juristas Hélio Bicudo, Jannaína Paschoal e Miguel Reale Jr. fixou-se na continuidade da prática em 2015, sem levar em conta o primeiro mandato, além de decretos autorizando a abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso.

Muita discussão ocorreria nos meses seguintes em torno da existência ou não de crime de responsabilidade na natureza das questões levantadas, dividindo juristas, advogados, políticos, jornalistas, intelectuais e atores sociais diversos. Desde o início, a presidente e sua defesa bateram na tecla de que não havia crime de responsabilidade a ser julgado, a acusação era inepta e levada adiante configuraria um ataque à vigência da Constituição de 88, portanto, um golpe de estado. Colocava-se, então, a questão: o processo de impeachment

seria uma saída constitucional de uma crise de governo ou um sinal de ruptura da Constituição de 88, uma crise do regime político? Não é o caso proceder a um exame mais detalhado das idas e vindas do quadro de simbiose entre crise econômica e crise política e de como foi determinante para o agravamento da situação, mas é preciso destacar alguns elementos.

O primeiro é o papel desempenhado pelo Judiciário e o Ministério Público. Fortalecidos desde a Constituição de 88, tornaram-se importantes canais de efetivação de direitos, muitas vezes em choque com interesses de governos em várias instâncias. O STF conseguiu se afirmar como instância máxima de resolução de questões constitucionais e até adentrando polemicamente atribuições que seriam de outra competência. A ampla utilização da expressão “judicialização da política” indica a percepção bastante difundida de que os impasses da política representativa estariam perdendo o chão tradicional de resolução que lhes é próprio, a opinião pública, as eleições e o parlamento e decidindo-se em outras esferas, submetidos a outros atores, que, por vezes, se colocariam como poder de criação de direito. De qualquer forma, pela primeira vez, a crise política envolvendo o Executivo e o Legislativo teve seu motor na ação do Judiciário, não apenas pela quantidade de políticos envolvidos nas denúncias de corrupção, mas também pelo papel central no encaminhamento dos vários litígios que surgiram no processo do impeachment e por conta dos inquéritos da Lava Jato. Os nomes de membros do STF, de procuradores

da República e, principalmente, o de um juiz de primeira instância de Curitiba, Sérgio Moro, estavam em todos os jornais e passaram a concentrar expectativas políticas. Para uns de efetivação da lei e combate à corrupção; para outros, porque seriam participantes da farsa legalizadora de um golpe.

A Operação Lava Jato tornou-se, portanto, o dínamo da crise política, já tendo levado à condenação em primeira instância de 110 pessoas por crimes como corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. De uma só vez, por pedido encaminhado pelo Procurador Geral da República e acatado pelo ministro Teori Zavascki, 49 pessoas, sendo 47 políticos, passaram a ser alvo de inquérito no STF. Os tentáculos da Operação chegaram a Lula, através das reformas efetuadas por empreiteiras confessadamente envolvidas nos esquemas da Petrobrás em um sítio e um apartamento cuja titularidade lhe são atribuídas, de quase dez milhões de reais recebidos a título de palestras realizadas a convite dessas empreiteiras, além das doações no total de vinte milhões que elas dirigiram para o Instituto Lula. No correr dos meses, o cerco efetuado ao ex-presidente, principalmente através das delações premiadas de diretores e donos das empresas investigadas ou de políticos presos, como Delcídio do Amaral, que era o líder do governo no Senado, veio sempre com grande cobertura da mídia e espalhafato por parte dos próprios integrantes do MP e do Judiciário, notadamente o caso da sua condução coercitiva para depor, um dos momentos de maior tensão, acompanhado ao vivo e que gerou pronta mobilização nas ruas, pró e contra.



Dias depois, Dilma Rousseff o nomearia para a chefia da Casa Civil no lugar de Jacques Wagner, numa tentativa de salvar o governo que naufragava, entregando-lhe as rédeas da negociação política, mas talvez também para garantir providencialmente a condição de foro privilegiado para o líder em apuros. Pelo menos assim interpretou o juiz Sérgio Moro, ao tornar público áudios do ex-presidente que aumentaram de vez a temperatura política, motivando um pedido de suspensão da nomeação pelo PSDB, por desvio de finalidade, acatado liminarmente no STF, e levando ao encaminhamento rápido da votação sobre a autorização de abertura do processo de impeachment na Câmara, com a confirmação posterior pelo Senado e o conseqüente afastamento da presidente de suas funções.

Em vários momentos, decisões do juiz Sérgio Moro e ações dos procuradores foram contestadas como parciais e voltadas contra o PT e sempre criticados os vazamentos seletivos para a grande imprensa, que tratou de manter em primeiro plano a ciranda de denúncias vindas das delações premiadas e das investigações do MP e da Polícia Federal. Além do PP, aos poucos foram surgindo nomes graúdos do PMDB, como Renan Calheiros e Eduardo Cunha, respectivamente presidente do Senado e da Câmara, Henrique Alves, Romero Jucá e também nomes da oposição, ainda que sem a mesma ênfase, como Aécio Neves e José Serra, justamente os dois últimos candidatos do PSDB em eleições presidenciais. De qualquer maneira, ficou claro que se tratava de um problema amplo, envolvendo a forma de financiamento dos partidos, onde o filão eram as doações de grandes empreiteiras, que utilizavam dinheiro oriundo de contratos superfaturados com as estatais, vale dizer, dinheiro público desviado.

Apesar do inegável antipetismo da maior parte da grande mídia e da virulência dos ataques desferidos desde o período eleitoral, com algumas publicações chegando às raias da histeria panfletária, como é o caso emblemático da Veja, não pode ser simplesmente taxado de perseguição o destaque dado ao PT depois de mais de uma década no comando do Estado e de toda a defesa da ética na política que acompanhou a formação do partido.

Se o mensalão é negado até hoje pelos dirigentes, sob o manto da ação em prol da causa, o escândalo da Petrobrás traz a marca do enriquecimento ilícito e do usufruto pessoal e afeta negativamente a estatura dos envolvidos. Basta pensar, por exemplo, na diferença entre a figura altiva do José Dirceu do primeiro escândalo e a figura sem brilho e definhada do segundo. É a distância da des-cida à vala comum da corrupção. Não dá para responder à série de denúncias vindas à tona apenas afirmando que outros fazem o mesmo, ou, pior, continuando a negar o que já se tornou evidente. A questão é fazer aparecer as mazelas do sistema, evitando, no entanto, que isso leve à banalização e ao esvaziamento justamente do objeto em questão, que é a utilização da corrupção como meio de exercício do poder político, pois, neste ponto, uma rede de solidariedade une subterraneamente os interesses de vários partidos, como se fosse a cola que junta o todo.

Mesmo tendo se estendido por meses, num processo permeado de controvérsias e recursos, a queda de Dilma Rousseff não era mais surpresa. Com o apoio do PSDB, DEM, PPS, PSB, SD, além de várias siglas que participaram diretamente dos governos petistas e de seu arco de sustentação até então, como PP, PSD, PR e PRB, o PMDB deslocou o PT e tomou o governo. A guerra em torno da caracterização do processo (impeachment ou golpe - parlamentar, institucional ou com qualquer outro qualificativo), indica

as indefinições do quadro político da passagem de um governo que perdeu a legitimidade (Dilma), sem apoio parlamentar e sem apoio popular, para outro, nascido com a marca da falta de legitimidade e inquirido em sua legalidade (Temer), num contexto global, como foi indicado, de estabelecimento de uma continuidade entre ditadura e democracia, de esmaecimento de suas linhas de fronteira pela normalização da exceção como padrão de governo. No caso, um governo que almeja recompor o funcionamento do presidencialismo de coalizão, montando um ministério quase parlamentar, tentando realinhar Executivo e Legislativo e dar corpo a um compromisso conservador difuso, expresso na utilização da expressão Ordem e Progresso, ecoando o velho chamamento autoritário da “defesa da pátria”. Contra o quê ou contra quem?



Segundo a visão predominante à esquerda, seria fundamentalmente contra as vias de inserção social inscritas na Constituição de 88 e que os governos do PT teriam conseguido expressar. São as questões da diferença e da diversidade cultural, do reconhecimento de minorias, das políticas sociais que permitiram a melhoria das condições de vida e a ascensão da chamada “nova classe média” ou “classe c”, que estão em xeque para garantir mais uma onda de avanço neoliberal. No pacote, a síntese do conservadorismo vigente no Congresso, visível no espetáculo televisionado da sessão de votação na Câmara. O golpe parlamentar, com apoio amplo do empresariado, da grande mídia, de setores da classe média e a participação do judiciário, seria a porta de entrada para encerrar o ciclo inclusivo da Constituição de 88 e criminalizar o principal partido de esquerda, encarcerando sua liderança.

Essa visão contém elementos que não podem ser negados, é um momento e uma oportunidade para onde têm confluído diversas propostas regressistas no campo dos direitos sociais e dos direitos humanos que circulam no Congresso e contam com pontos de apoio na sociedade, mas distorce o quadro ao retirar a era petista da construção da exceção, quando ela é parte e se integrou em seu modo de funcionamento, pois há tempos a emergência tornou-se a garantia de todas as ações de governo e o PT até acentuou isso, utilizan-

do largamente os expedientes de emergência nos programas de educação, da saúde, na economia, nos mais variados setores. Afinal, o que é o governo exercido através de medidas provisórias a não ser o caminho de normalização da emergência? E retira também de Dilma qualquer responsabilidade no desenrolar da crise política, como se fosse criada artificialmente por uma oposição que não tinha forças para tanto. Na realidade, ela foi progressivamente se isolando, tornando-se passageira da crise política, enquanto a economia descia a ladeira e a administração emperrava. Tivesse percebido a clara situação da perda das condições de governo, poderia propor a renúncia conjunta e a antecipação das eleições, sairia com o lance político e deixaria Lula como candidato. Mas naquele momento quem fez o lance foi o PMDB, apresentando um programa ao gosto dos mercados e sinalizando o afastamento do governo. Quando Dilma se resolveu a propor algo, quase um ano depois e já fora da Presidência, às vésperas da confirmação da deposição pelo Senado, nem o próprio partido deu-lhe mais ouvidos.

Ainda assim alguma coisa não batia bem na imagem da mulher, que afirmava nunca ter aferido nenhuma vantagem particular nesse vendável de corrupção, sendo afastada por crime de responsabilidade na condução financeira do governo e assumindo em seu lugaros velhos mandachuvas do PMDB, justamente o partido que comanda o Congresso

desde o fim da ditadura e é totalmente identificado às práticas de loteamento do Estado. E ainda vieram à tona os áudios gravados por Sérgio Machado, entregues na proposta de delação premiada, em que Romero Jucá afirmava categoricamente a necessidade de acelerar o processo de impeachment para “estancar a sangria da Lava Jato”, para muitos, uma prova de que o processo fora movido pelos interesses políticos contra a operação. Parecia a vitória dos eternos “donos do poder”, que souberam se aproveitar da insatisfação popular e contaram largamente com a mídia para tentar forjar um consenso, tornando os protestos contra o governo uma autêntica “jornada de otários”.

No entanto, a guilhotina das investigações continuou se abatendo sobre os círculos políticos mais importantes do PMDB, com a queda de Eduardo Cunha e o cerco a Renan Calheiros. Dois ministros foram desligados por causa de citação nas investigações logo nas primeiras semanas, caso de Jucá, e nomes da linha de frente no novo esquema de poder, como Eliseu Padilha e Moreira Franco, também já receberam referências nas tratativas de novas delações, que a mídia não deixou de explorar. Ou seja, para o governo Temer, sem apoio popular, pendurado pela crise econômica e com claros problemas de definição, o maior foco de instabilidade ainda continua sendo a sombra da Lava Jato. É um governo com pés de barro, tem apoio parlamentar e empresarial, mas escassa sustentação social.

Se a crise política atual gerou uma crise de legitimidade, que reverbera problemas mais amplos do sistema de representação, não chegou ainda a uma crise institucional aberta, o que pode ocorrer na esteira da escalada de atritos do Congresso e do Planalto com as decisões do Judiciário sobre as operações em curso contra a corrupção.

No âmbito do relacionamento entre poderes este ponto será de importância central. A novidade em relação a outros momentos políticos de crise a partir da transição do autoritarismo é que não se formou o consenso tradicional na opinião pública e isto pode ter consequências importantes. Desde as manifestações de 2013, a rua voltou a ser cenário de embates políticos e os protestos com atos de ocupação continuaram acontecendo e provocando discussões e muita dor de cabeça a vários governantes.





Não houve desmobilização, mas uma mobilização fracionada e descontínua, acompanhada da escalada de virulência das polícias contra manifestantes, num quadro marcado pelo acirramento de debates (e até de combates) cuja linha principal de identificação tem sido a raiva descontrolada ou a defesa cega do ciclo petista na Presidência. A narrativa do golpe, majoritária entre os movimentos sociais e entre os estudantes, artistas e intelectuais, tenta servir de ponto de aglutinação para atores sociais dispersos, mas a questão é se as reações em torno do encaminhamento das pautas que serão colocadas pelo novo bloco de poder ficarão submetidas à defesa do “lulismo” e sua época de ouro ou se terão fôlego para se reinventar e forçar os marcos de outra institucionalidade, mais aberta e participativa, que seja um contraponto efetivo à lógica dominante dos poderes de exceção.



CHEGA DE ATENIENSES, “TODOS SÃO *LUÍSES* !”

Placas tectônicas parecem mesmo em movimento no cenário cultural da Ilha. Embalada secularmente na sonolência das cantilenas elogiosas que acompanharam o culto da imagem petrificada da Atenas Brasileira, esta nunca foi uma terra afeita à crítica. Terra de domínio oligárquico, atravessada por códigos de silenciamento, passou o século XX praticamente alheia aos movimentos ou momentos mais radicais do modernismo e do experimentalismo na cultura brasileira.

Alguns grupos surgidos pelas bordas ou mesmo à margem tiveram uma importância local na transformação de cânones estéticos, a exemplo do que ocorreu nos anos 1950 com os frequentadores da Movelaria Guanabara, em torno da pintura e da poesia modernas, ou com os formadores do Laborarte, no início dos anos 1970, com o teatro e a música popular. Sem diminuição de momentos importantes das nossas artes, nada que se compare ao ocorrido nos anos 20 e 30 em Recife ou Belém, nos embates do modernismo; ou na virada para os anos 60 em Salvador, na gestação de alguns traços que fariam parte da mistura tropicalista; ou, ainda, com o Recife do início dos anos 90, com o movimento manguebeat.

O domínio oligárquico aqui sempre conseguiu manter a combinação de uma realidade de barbárie social com uma imagem de diferenciação (ou mesmo de distinção) cultural, inicialmente ancorada na exaltação de uma tradição letrada e, em décadas mais recentes, no elogio das antigas manifestações populares, como o bumba meu boi e o tambor de crioula. A era de Sarney se coloca exatamente na passagem e na conformação de um novo modo de relação entre política, comunicação e cultura. A cultura deveria ser dominada pela comunicação e anulada enquanto expressão de uma diferença, passando a arma de uma nova legitimidade política, ao tempo que transformava-se em negócio muito rentável, para o qual o grupo político dominante montaria a sua empresa, o chamado Sistema Mirante, com seus vários tentáculos.

De fato, na década de 1980 define-se com mais clareza a rotação no eixo de sustentação da dominação política, com a atenção voltada à defesa de uma difusa “cultura maranhense”, englobando as principais manifestações populares, o patrimônio arquitetônico, as tradições literárias, a natureza, a singularidade histórica e o que mais coubesse, desde que visto pelo prisma do elogio, da distinção. Vínhamos de uma década em que o Laborarte significou o sopro renovador da cena cultural local. Movimento de margem,

pegando ventos do tropicalismo e da contracultura, mas cujos frutos incompletos seriam, em grande parte, apropriados e deformados pela cultura oligárquica em redefinição, em fase de rádio FM e nova emissora de televisão, logo tornada afiliada da Rede Globo, de publicidade turística, de patrocínios oficiais e de exaltação da diversidade cultural, desde que devidamente etiquetada para a venda.

Nos anos seguintes aconteceriam os “frutos” da conversão. O que uma figura emblemática como o produtor cultural Godão definiu em entrevista de junho deste ano como “revolução”, “grande movimentação cultural” e tudo o mais, foi na verdade a definitiva vinculação entre poder, negócios e cultura. Passo a palavra ao próprio: “A década de 1990 foi de revolução, de grande movimentação cultural por meio do crescimento e da valorização das manifestações no Maranhão, tanto pelos governos quanto pela iniciativa privada, mas também pelos meios de comunicação, pelas empresas e pelo setor hoteleiro. Todos compreenderam a necessidade de trabalhar o turismo por meio da cultura. E funcionou. Essa época foi formidável e ainda reflete em todos nós, pois incutiu um sentimento de afirmação muito grande, de orgulho mesmo da nossa cultura” (O Estado do Maranhão, 16/06/2013, Alternativo, p.3).

A força crítica e criativa presente nos experimentos dos anos 70 ou qualquer afirmação mais forte de uma diferença foram se submetendo ao guarda-chuva da “cultura maranhense” e às conveniências de sua exaltação/exibição, resultando em estilização e repetição. O carro chefe da nova caravana era a palavra “valorização”, no sentido preciso que adquire no mercado. É ela que propicia a “afirmação da cultura”. Na busca da forma mercadoria está um dos vetores mais fortes de todo o processo. Com a continuidade do domínio de Sarney, seriam utilizados os antigos vínculos entre a face boêmia dos filhos Fernando e Roseana e uma parte significativa de figuras do nosso acanhado mundo das artes, além de alimentada sua alardeada proximidade com nossas festas populares.

Na esteira do “padrão globo”, a TV, o rádio e o jornal, partes componentes do poderoso sistema de comunicação, desenvolveram uma linguagem eminentemente publicitária sobre o Maranhão, ainda quase totalmente centrada em São Luís, que se tornou predominante para além dos meios de comunicação, esvaziando a cultura popular de qualquer conotação de independência, tentando diluir tudo em “Marafolias” e “Vale Festejar”, além de manter bem distante qualquer apoio efetivo na área do audiovisual, das artes plásticas, do teatro, em suma, fazendo uma sementeira às avessas, facilitando a desertificação.

Sempre foi a duras penas que, no correr desses anos, um ou outro coletivo de arte conseguiu se manter, geralmente por pequeno período, enquanto assistimos (este é bem o termo) a uma utilização privada descarada do Convento das Mercês, tornando museu de culto oficial do chefe político e sua família. No início dos anos 2000, o velho oligarca ainda conseguiria emplacar mais uma de suas reviravoltas bem sucedidas, aliando-se a ninguém menos que Lula, mantendo-se como um camaleão imbatível desde a ditadura militar.

A partir daí veio a cisão do então governador José Reinaldo, a eleição de Jackson Lago, sua nova presidência no Congresso Nacional, a crise do senado, a retomada do poder político regional com a cassação do governador e a nova reeleição de Roseana. Já há algum tempo se desenvolvem os sinais de que o velho domínio da família Sarney claudica. Não vou me reportar aos aspectos mais especificamente políticos da questão, entre eles, o fim da ocupação da cadeira quase vitalícia de senador, que Sarney ostenta por tanto tempo e sempre lhe foi crucial no jogo de mediações que alimenta a oligarquia política. Sarney é um homem de Brasília, como Victorino Freire e Urbano Santos foram do Rio de Janeiro. Mandam de lá.

Friso apenas que na forma como se articula a mediação com o governo federal estão muitos dos problemas colocados para uma efetiva transformação da realidade maranhense, pois a rápida experiência recente mostrou mais uma vez que a derrota do grupo político dominante não é suficiente para qualificar uma ultrapassagem da estrutura oligárquica, cujos troncos constitutivos passam pelo papel de mediação exercido na esfera federal e nos pactos de sustentação política do governo. Foi sempre com a interveniência do governo federal que a estrutura oligárquica da política regional se recompôs de suas crises.

Interessa aqui ressaltar outro aspecto: como a carapaça de silêncio que o domínio oligárquico conseguiu manter em torno do Maranhão, expressa na tentativa de engessamento das potencialidades mais críticas presentes em nossa diversidade, submetendo-as à linguagem uniformizadora da espetacularização televisiva e ao vínculo governamental, vem fazendo água lentamente. E isto a despeito da conivência das mídias tradicionais, do papel subserviente das antigas academias e institutos e da quase nenhuma inserção social ou intervenção crítica por parte das universidades, todos voltados para a celebração sem fim de uma falsa imagem, hoje cada vez mais desconectada das movimentações que se fazem por fora da chancela do oficialismo.

Pode parecer até exagero ou delírio, mas é possível perceber traços importantes da crise da dominação oligárquica através de pequenas rachaduras no velho casarão da cultura do elogio, que traduzem uma situação de inquietação social e cultural mais ampla. Uma das mais significativas acabou de sair. Trata-se do filme *Luíses – Solrealismo Maranhense*, uma percepção aguda dos dilemas e possibilidades da cidade e sua gente no momento em que se completam 400 anos de sua mítica “fundação francesa”. Em uma hora e quinze minutos causou furor no Festival Guaranicê, no início de outubro, e, desde então, virou um burburinho crescente em alguns círculos da cidade, sendo estampado com total destaque na última edição do jornal alternativo *Vias de Fato*.

Fruto do Éguas Coletivo Audiovisual, assumido como “um filme de todos”, tem direção de Lucian Rosa e é um banho de intuição certa sobre a tragédia social de exclusão que sempre foi a história da cidade, levado por um impulso que combina arte e contestação social sem concessões estéticas. Consegue muito com quase nada, estabelecendo um jogo interessante de inspiração/apropriação com Maranhão 66, o documentário fundamental de Glauber Rocha sobre a posse de Sarney no governo do estado, que mostrava de forma direta a miséria e a brutalidade como a realidade nua e crua do Maranhão.

As imagens de Glauber, feitas há quase 50 anos, e o áudio com a voz de Sarney lendo o discurso de posse, pairam sobre o filme do Éguas, dando um ponto de referência que é utilizado para efetuar o ataque à política, mas de uma forma a atravessar a própria história dessa sociedade. E o faz de maneira impiedosa, criativa, com liberdade de câmera e variedade de planos que estabelecem um diálogo com o cineasta baiano.

O mote geral é a alegorização de uma das lendas locais mais conhecidas, a da serpente que cresce silenciosamente nos subterrâneos do centro da cidade e no dia em que o rabo e a cabeça se tocarem, a Ilha será destruída e afundará. Somos logo de cara avisados: “Este filme é sobre o dia em que a serpente acordou...”. No lugar da serpente coloque-se o povo. Como pano de fundo, uma cidade em estado de deterioração, suja e quente, ainda às voltas com os mesmos problemas terríveis de saúde, moradia, saneamento. Tudo multiplicado, prestes a explodir.



Como contraponto a essa barbárie, que o filme liga diretamente à máfia política encastelada nos palácios, uma forte cultura popular, fonte de ritmos, cores, movimentos, ladeada por uma potencialidade artística pulsante, mas latente, quase sem forma, sem rosto. Uma vontade represada de fazer, dizer, mostrar, ainda sem saber bem como. Talvez seja o que intuiu um artista plástico cigano, Kenny Mendes, presente no filme, que por aqui ficou um ano e fundou com outros 12 jovens artistas locais o Movimento Solrealista Maranhense, um “movimento cultural que busca através de elementos locais e externos, despertar a serpente. Busca mudar o sistema”. “Mastigamos o tropicalismo, mastigamos o surrealismo e bebemos o sol!”.

O filme vai se desenrolando entre alguns núcleos fragmentários, bem articulados na montagem pelo próprio Lucian Rosa. A miséria, a exclusão, a violência, o descaso dos órgãos governamentais, são mostrados através da situação de calamidade dos hospitais públicos, das condições quase inacreditáveis de vida na Vila Que Era, palafita localizada na vista do Palácio dos Leões, em tomadas impressionantes; do drama vivido pelas famílias da Vila Apaco, arrasada em enxurradas por conta de obras inacabadas da Prefeitura; dos depoimentos fortes de moradores dessas áreas e da rua, abandonados à própria sorte. As inserções de entrevistas do jornalista Emílio Azevedo e do advogado de causas populares Raphael Santos, são precisas e servem de moldura para a localização do quadro. Vão direto aos pontos centrais e funcionam como uma costura.

Na cidade onde “a única coisa que crescia era o calor”, vemos o cotidiano sem perspectiva do secundarista Luís Bigorna, espremido na batalha que é o transporte coletivo; da enfermeira Luísa, com quem ele troca num instante toda a magia do desejo; do sorveteiro, seu Luís e seu filho, Luisinho, que se tornaria por acaso, fruto do primeiro sinal da serpente, Luís Calado, governador do Maranhão, o último antes da serpente acordar de vez.

A cultura popular aparece em cenas de bumba meu boi e, principalmente, numa belíssima sequência na roda do tambor de crioula de Mestre Amaral, quando a turista francesa Louise Geraldine (a atriz Geraldine Gauthier), que caracterizou São Luís como uma “cidade de merda” no início do filme, descobre, em meio à dança, defronte ao mar e sob o céu azulado e o sol escaldante, toda a beleza da terra que a envolve. Uma câmera com toques glauberianos nos joga no meio da própria roda de tambor.

Momentos poéticos são as cenas do artista plástico, o cigano Kenny Mendes, subindo em árvores centenárias para pendurar objetos de arte criados com tampa de ventilador circundada por fitas coloridas, lembrando o adereço do caboclo de fita do bumba meu boi e, ao mesmo tempo, uma referência ao sol. Com bela fotografia e trilha sonora, funcionam como quebras, intervalos de beleza e reflexão entre as cenas de miséria e os depoimentos de gente sofrida. São momentos lúdicos, esperançosos. Evocações do Solrealismo.

A equipe toda trabalha com alegria e intensidade, o resultado é muito bom, mas não é possível deixar de destacar o ator Lauande Ayres, como o louco perambulando pelas ruas e praças. Em passagens alucinadas ele dá o tom de desvario adequado a uma realidade verdadeiramente absurda, tal como no documentário de Glauber. Vai estabelecendo uma marcação no filme e liga a questão da serpente com o drama que se desenrola na sociedade, em falas onde se misturam ironia e ira. Existem outras, mas a sequência na praia é estupenda, gritando, girando, correndo. A voracidade de Lauande Ayres nesse filme é total. A certa altura parece querer literalmente engolir a própria imagem, deglutir a câmera. Como um cristo crucificado no lixo, do alto do delírio e da degradação, ele anuncia A Revanche. Ao fundo, o reggae homônimo do Criolina.





LUISES

solrealismo maranhense

É a passagem para o bloco final, quando vêm as “jornadas de junho”, com o povo saindo às ruas em protestos múltiplos, fragmentados e intensos em várias cidades do Brasil. Um despertar efusivo, uma ação por fora de partidos, sindicatos, líderes, representação. As cenas da multidão em frente ao Palácio dos Leões, toda a agitação e a repressão que se seguiu irrompem violentamente na tela. Superposição de trilha sonora e áudio direto. Adrenalina, luzes, cores e sangue. Cenas do sábado histórico, em que a avenida beira-mar e a ponte do São Francisco ficaram completamente tomadas de gente, debaixo de um aguaceiro, na maior de todas as manifestações. A pressão dos moradores da Vila Apaco em frente à Prefeitura, a ocupação da Câmara de Vereadores.

A sociedade lenta, cuja história mal se movia sob o sol escaldante, começa a se dar conta de si. O tom é épico, pode até descambar para algum exagero, mas não há como não sentir a emoção. Sob a bela canção A Serpente (outra história), de Zeca Baleiro/Celso Borges/Ramiro Rusolo, cujo refrão escorrega para uma toada, a vinculação entre o despertar da serpente e o povo na rua é clara e incisiva. “Eu quero ver/ eu quero ver a serpente acordar/ pra nunca mais a cidade dormir...”. Mais do que um registro, convida à ação.



Feito sem nenhum apoio, num esquema quase artesanal, movido pelo entusiasmo, pela doidera da experiência, *Luíses – Solrealismo Maranhense* comunga a irreverência e a ousadia com outros exemplos recentes. Percebe-se isto no fantástico *O Monstro Souza*, o “romance festifud” de Bruno Azevedo, com ilustrações de Gabriel Girnos, lançado em 2010, mistura de quadrinhos, prosa literária, colagem de notícias, sacanagens, curiosidades, reflexões e passatempos, que disseca o centro de São Luís, mostrando-o quase ao avesso, numa história delirante de um cachorro-quente não comido que se transforma em monstro assassino.

Aparece fortemente na revista Pitomba, uma publicação sem periodicidade determinada, editada por Celso Borges, Bruno Azevedo e Reuben da Cunha Rocha, geralmente apresentada por eles próprios como revista de poesia, artes gráficas, fotografia e pornografia, mas que é uma experiência aberta a tudo, provocações, traduções, ensaios. Sua marca maior nos cinco números publicados são o escracho e a fuga de qualquer conotação regionalista, traços sempre recebidos com desconfiança numa cultura marcada pelo autoelogio. A disposição para estimular a criação sem propor receitas estava no primeiro editorial, um convite/desafio, onde em letras grandes lê-se apenas Quer Fazer, Faz.

A Pitomba também é uma editora organizada por Bruno, que já publicou alguns livros, dele e de pessoas próximas e até um disco, o provocante Z de Vingança, de outro guerrilheiro das artes, o músico Marcos Magah, uma mistura de rock e brega, em composições sombrias, articuladas tematicamente. Um momento intenso, quando o cara decide misturar caminhos e embarcar num outro lance, ao mesmo tempo entranhado em São Luís, mas sem a reverência aos cânones da cultura popular. Lembro ainda da surpresa recente com o Loopcínico, projeto do percussionista Luiz Cláudio, com vozes e composições de Lobo da Siribeira e programações e samplers de Beto Ehongue, uma combinação de elementos do carimbó paraense com os ritmos maranhenses do tambor, do boi, da mina. Pancada de dar em doido.

Há quatro anos o jornal mensal *Vias de Fato* desenvolve, com dificuldades, mas cheio de contundência, uma experiência de jornalismo articulado a movimentos sociais, numa terra onde a concentração dos meios de comunicação ainda constitui um problema crucial. Principalmente com a derrocada do Jornal Pequeno, o *Vias de Fato*, um jornal alternativo, que é mais de entrevistas, de comentários e matérias críticas, textos de acadêmicos e ativistas, torna-se uma via cada vez mais importante de compartilhamento de ideias e debates fora do consenso de silêncios, comum em certos casos aos três principais diários locais.



São apenas pequenos exemplos, mas, com certeza, sabemos também que poderiam ser agregados vários outros na produção teatral, no próprio campo da música e da editoração de livros etc., indicando a existência crescente de visões que não se submetem facilmente aos discursos predominantes sobre a identidade regional. Isto sem falar em movimentações, trocas, criações que se desenvolvem nas periferias, ainda com escassa visibilidade. Uma batalha se trava no campo da cultura, para além das meras disputas por financiamentos, ainda muito tratados em termos de favorecimentos pessoais e clientelísticos.

Por trás dos discursos hegemônicos nas mídias tradicionais, da lenga-lenga presente nas academias e universidades, novas gerações vão armando a implosão dos monumentos carcomidos da exaltação da cultura local e suas capas mercadológicas.

É a busca da ativação cultural e política do momento mágico do nosso cotidiano, novamente com o ator Lauande Ayres e o filme *Luíses*. Aquele momento em que a luminosidade intensa nos impede de discernir rostos na contraluz. “Quando não conseguimos dizer se são estudantes, professores, enfermeiras, políticos, corruptos, moradores de rua... Não conseguimos dizer nada, porque todos se tornam sombras, todos se tornam iguais. Todos são Luíses, todos são Luíses...”

Escrito em outubro de 2013, permaneceu inédito, por motivos alheios à vontade do autor.



NARCISO EM ESTADO TERMINAL

Suplemento literário Guesa Errante - dezembro de 2013.

Um trabalho de Celso Borges é sempre promessa de surpresas. Poeta visceral, afeito a experimentações e radicalismos, há muito deixou de fazer propriamente livros, no sentido mais comum do termo. Apresenta, antes, objetos de arte. Foi o que vimos no esmerado design dos livros-cds que compõem a trilogia *A Posição da Poesia é Oposição* –XXI, Música e Belle Epoque. O livro se completa noutra coisa, a poesia é lançada furiosamente ao encontro de sons, vozes, colagens, em meio a um grafismo elaborado, num jogo de cores, desenhos, fotografias, apropriações, citações, que são o invólucro para os petardos que estouram em nossas lentes, ouvidos e mentes.

O Futuro tem o Coração Antigo, lançado recentemente no Cine Roxy, é a nova e desconcertante iguaria desse alquimista da palavra, que vem misturando poesia com música, artes plásticas, cinema, fotografia, num esforço sempre múltiplo, coletivo. O jogo de Celso no entrelaçamento das palavras com as imagens e os sons ganha mais um capítulo, com duas faces.

De um lado, poemas curtos, como um cli-ck, chamados por ele mesmo de fotográficos, tendo ao fundo fotografias tiradas por alunos de um curso técnico do IFMA, coordenado pelo prof. Cordeiro. As fotos utilizam uma técnica antiga, criando imagens meio embaçadas, disformes, distantes, em uma palavra, fantasmagóricas.

De outro, a transposição dos poemas e fotografias para o formato de vídeo, num filme realizado em parceria com Beto Matuk, onde a experiência alcança sua maior complexidade, com a inclusão dos sons, a ampliação das imagens e a duração, revelando de maneira mais intensa todo o estranhamento que está na base da construção. Estamos falando de um momento de inflexão, em que o poeta olha sua longa relação/obsessão com a cidade sem saudosismo, somos logo avisados

na abertura do livro/vídeo, mas como um “exercício de ternura” na “carne da cidade futura”.



A combinação aponta, no fundo, para um mergulho necessário e urgente nas sombras do passado. Não o passado da memória narcísica, inerte, perdido nos devaneios da autoglorificação, mas aquele turvo, borrado, sujo, que teimamos em recalcar na imagem dos casarões. O objetivo do salto é de estabelecer um novo encontro com o passado, sem as fantasmagorias que nos impedem de olhar de frente os olhos do futuro.

Celso carregou na vida a paixão da cidade natal, que demarca em três momentos bem distintos: da infância até os 30, quando criou a sua experiência de São Luís e inscreveu a cidade em si; depois, os vinte anos seguintes passados em São Paulo, quando a cidade ganhou os contornos da memória; por fim, a volta em 2009 e o encontro com uma “terceira cidade”, quando os alicerces da memória são sacudidos pela crueza de uma realidade na qual “cercas elétricas se engalfinham sobre os muros” e o cenário é de destruição e medo.

O livro/vídeo é sobre este terceiro momento, mas se constrói de maneira que não aparece apenas como presente ou simples evocação do passado, e sim como fantasmagoria, uma projeção do passado no presente. Compõe-se de dois poemas, o poema-título e A Terceira Cidade.

No primeiro, um bordão forte, “o futuro tem o coração antigo”, serve de base para a artilharia diversificada de Celso, alvejando lugares, figuras, situações, de ontem e de hoje, embaralhando as coisas e os tempos, enquanto “os azulejos portugueses encardidos nos observam do alto de sua nobreza rachada”. É a certeza de que “o futuro tem o coração antigo porque a fonte do ribeirão nunca vai secar e os condomínios do renascimento morrem de medo”, “porque gullar ainda não escreveu o poema sujo e gonçalves dias não conheceu sabiás empalhados”, “porque o maria celeste ainda queima no cais da sagração” e, principalmente, “porque faustinafaustinafaustina”, eco que se perde no oco do tempo.

Em pequenos flashes são provocados nomes e imagens emblemáticas da nossa história. Uma história nebulosa, onde o fundador é uma miragem e “ninguém sabe se bequimão é uma força ou uma farsa na força”. Celso trabalha à vontade em meio aos pedaços, pois sabe que “o futuro tem o coração antigo porque precisamos continuar bebendo na fonte de marcel duchamp”.



No poema A Terceira Cidade, mais longo e propriamente na forma de “poema fotográfico”, vemos todo o impacto da antiga cidade dos azulejos violentada num progresso devastador, mas ao mesmo tempo o anúncio do rompimento do casulo em que a cidade se manteve até então. A abertura não deixa dúvida, “Ó, ilhéus, abris os portais do futuro para o renascimento do maravilhosos”. O recomeço indica que o tempo passou, pois “alguma coisa já não é mais a mesma”. O enredo é simples: “era uma vez uma cidade e a cidade já era”.

Desfilam a devastação e a violência vivenciadas hoje nos quatro cantos da Ilha. São trechos quase sempre estarrecedores, mesmo em sua acidez crítica, expondo as muitas fraturas de uma cidade perdida em meio a ruas engolidas por buracos, a destruição ambiental e a lenta agonia dos casarões, quando “o berro mudo dos cupins devora a pele podre da parede do prédio”, enquanto “uma boca de lobo uiva na camboa”, “jegues abandonados vagueiam em procissão pelas estradas da maioba” e “centenas de carros rosnam na jerônimo de albuquerque”.

Superposição de cenas cotidianas: “ratos mascam chiclets num bueiro de vinhais.

baratas brincam de esconde-esconde no calçadão da rua grande. impossível fotografar”. A cidade atulhada de carros, retratados de maneira turva, entupindo as vielas entre os casarões perdidos no tempo, mergulhados na sujeira e no abandono, por trás das placas cheias de cifrões com as promessas nunca cumpridas de reconstituição. Tudo parece distante e, no fundo, totalmente próximo, incômodo. Fantasmas que nos paralisam mesmo quando agonizam.

Momento de morrer, momento de renascer, “a mais bela flor do mundo agoniza. osso duro de morrer”. É também o momento do encontro entre as três cidades, entre as três eras, como um ajuste de contas. Onde se esconde São Luís? Onde se encontra São Luís? Em que visões, em que memórias, em quais sonhos? Terá a antiga cidade dos azulejos virado um grande pesadelo? Ou este foi sempre seu retrato mais fiel, sua imagem mais profunda? Ciente da urgência, Celso sabe que “chega uma hora em que chegou a hora”, “uma hora em que os gatos latem os cães piam e os bambis atiram pra matar”. Para São Luís e os ludovicenses essa hora parece soar. “O centro da cidade é um ciclope se mirando no espelho: narciso em estado terminal”.

Submetida a um processo desordenado e brutal de expansão, sem a resolução mínima de problemas estruturais seculares, chegando mesmo ao ponto de explosão, a cidade afunda a olhos vistos, sob a complacência de uma elite mesquinha apodrecida. “fidumaséguas!” berra o poeta. O fundo do poço em que nos encontramos parece o momento final da cidade na lenda da serpente, evocada no fecho do poema. A hora mítica do despertar, da destruição das fantasmagorias que dominam a nossa cultura.

Momento possível, atual, de quebra da adoração vazia dos símbolos em que estamos atolados, seja da cultura ateniense, da cultura popular ou da união hipócrita de ambas, executada sob o comando da mídia, em prol de uma apropriação criativa da própria história, pela invenção, pela negação desse futuro perverso vendido como redenção, onde o “turista de pacote clica a tanga da brincante do boizinho de butique”.



o futuro tem o coração antigo
não é um livro saudosista
mas um exercício de ternura
a pele da flor na carne da cidade futura



Uma obra em processo, que não tem programa, roteiro ou atores definidos, nem precisa, pois começa a se desenhar anarquicamente em experiências descontínuas e dispersas neste momento de cruzamento de gerações, traduzindo-se em movimentações variadas que podem confluir de maneira a criar fendas nas visões canônicas da cultura e da identidade ludovicensis. Nada mais adequado para celebrar a urgência deste “espírito destrutivo”, aliás, que a própria dedicatória feita por Celso naquela noite. Em sua maneira direta, diz apenas: “Chega de boferagem. Viva a fúria!”.



PITOMBA NELES!

Vias de Fato nº 49 - dezembro de 2013.

A primeira vez que ouvi falar em Pitomba como nome de uma editora foi mais ou menos há cinco anos. Era uma reunião entre amigos, inclusive livreiros, sobre a organização de uma editora e Bruno, que tinha ideia semelhante, foi contatado, aparecendo já com a sugestão do nome Pitomba, que causou estranheza geral. Achei até bom para os textos que ele fazia, bastante influenciados pela linguagem dos quadrinhos, mas ruim para os livros que tínhamos em mente publicar de imediato, sobre São Luís e o Maranhão. O projeto da editora “séria”, entretanto, gorou muito cedo. A obsessão de Bruno com a Pitomba, felizmente, não.

Conseguiu, então, um logotipo canalha para o selo, uma pitomba que é também uma bomba, expressando de forma bem inteligente a dupla face da coisa, e começou a publicar livros e outros materiais. Os livros sempre trazem seis tópicos colocados como manifesto, programa ou algo similar, ou talvez apenas uma grande tiração com isso tudo, afirmando que a palavra, “não é palavra, antes de ser ouvida” e, se há de ser dito, “que seja dito com cacófatos e microfônias, pra que, assim, quem ouça também diga” (...)



“porque a informação não se pertence e a posse de ter é a posse de dar e é essa posse que reivindicamos”. No resumo, “porque para além do caroço, que é quase tudo, existe a casca, que se quebra, e existe a polpa, que se quer: pitomba!” Sacou?

Pois é, muita gente sempre torceu o nariz pra esse “manifesto” da Pitomba, mas ele continuou lá. Nesse tempo ainda inicial, Celso Borges voltava de São Paulo, após vinte anos, enquanto Reuben da Cunha Rocha fazia o caminho inverso, não sem antes eles se cruzarem, resultando na invenção de uma revista sem periodicidade ou critério de classificação. Decidiram embarcar no nome e na tirada do logotipo e batizaram a nova cria com o mesmo nome da editora.



Nascia a Pitomba, uma revista fora do sério, pra provocar e avacalhar, na trilha da literatura, das artes, mas num clima underground, de liberdade e doidera, que aqui sempre é difícil. Nada muito sofisticado, apesar da elaborada e agressiva diagramação, nem de bairrismos, nordestinismos e outras baboseiras, tão comuns em publicações regionais, apesar de trazer em seu cerne um princípio corrosivo que se volta diretamente contra a antiga cultura ateniense e contra a exaltação publicitária da cultura popular.



Material cru, pra saborear com sangue: poesia variada (da boa e da ruim, quem sou eu, hein), traduções, frases-bomba, desenhos malucos, fotografias, quadrinhos, novelas, fotonovelas, pornografia variada, sátira política, crítica cultural e o que mais pintar. Em quase três anos e apenas cinco números lançados, acredito que este seja um caso muito estranho em que nem os editores nem os (poucos) leitores parecem saber ao certo do que trata mesmo a revista e até o que esperar dela. Justamente aí, no entanto, reside o melhor da coisa. Existe uma diferença entre a editora e a revista, a primeira saiu da cabeça de Bruno e é dirigida por ele, a segunda, não. Mas uma é a cara da outra na disposição anárquica, no traço de caravana.



edição:
bruno azevêdo
celso borges
reuben da cunha rocha

QUER FAZER

EDITORIAL

FAZER



JORNAL
E tra

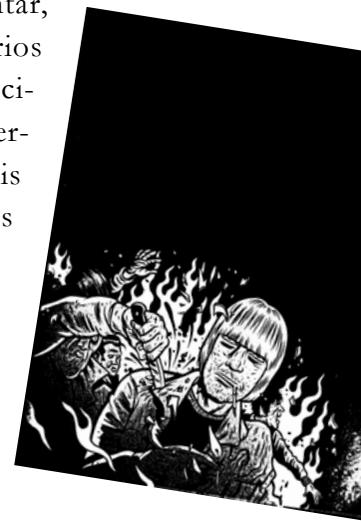


andré lucap [capa, 25, 34, 35, 36, 37, 42]
bruno azevêdo [15, 17 a 19, 26, 27]
celso borges [06, 07, 43]
e. e. cummings [29 e 33, tradução de reuben da cunha rocha]
fabiano calixto [38 a 41]
godard [22 e 23]
ieda magri [20, 21, 24]
joacy jamys [04]
luiza de carli [08 e 09]
manuela fingeret [13 e 14, tradução de samarone marinho]
osvaldo lamborghini [10 e 11, tradução de samarone marinho]
rafael rosa/ricardo sanches [16]
reuben da cunha rocha [28, 30, 31, 32 e contracapa]
santiago sylvester [12, tradução de samarone marinho]

[manifesto pela dilatação dos poros] Sem deixar de ser causa, a política no Maranhão tornou-se o álibi inquestionado de nossa paralisia equatorial, essa que se disfarça de sabotagem toda vez que o bicho pega, já que de ilha só se corre pra cair na água, e da água é direto p/ a frigideira. os desmandos e truculências feudais de nossa vida pública não absolvem este outro embaraço: todo mundo sabe que qualquer arremedo de oposição que surge no cenário de nossa lambança se reveste invariavelmente do discurso da libertação, sendo acompanhado por comícios parecidos c/ procissões, numa repetição infernal (porque eterna) das cenas registradas por Glauber Rocha em Maranhão 66. assim, se nada perdoa nossos caciques, e se nos devem mesmo é o escalpo, não é possível que se aguente a ladainha dos nossos esclarecidos artistas, estes que votam nas libertações, fazem jingles pras libertações etc., depositando nelas a esperança passiva e constrangida da qual só nascem o paternalismo e a cirrose. compositores-múmiás apodrecendo em homenagens às próprias genialidades; bandas disputando no tapa o direito à empáfia, ignorando a potência dos projetos coletivos (que dão certo no norte, no centro-oeste, no sul, no sudeste, no nordeste, e onde é que estamos mesmo?); escritores reféns de editais públicos, num masoquismo de edições horrendas presas na poeira eterna (porque infernal) dos arquivos; artistas plásticos disfarçados de artesanato, numa tentativa até que esperta de vender alguma coisa; nosso cinema de um homem só. nas imutáveis mesas de plástico da Praia Grande, todas essas coisas são postas na conta da política, que se por um lado não pode ser desculpada, por outro já provou que não vai pagar, otário é quem espera, quem não toma à força. diante disto, as saídas encontradas por nossas melhores cabeças são 1) a reclamação dos mártires e/ou incompreendidos, arvorados na mais cínica teoria da conspiração ou 2) o êxodo cultural dos que vêm visitar as famílias nas férias e, nas imutáveis mesas de plástico da Praia Grande, reclamam das mesmas coisas, acrescida a imodéstia dos aliviados. diante da reiterada ineficácia de ambos os procedimentos, propomos como alternativas 1) o suicídio em massa de todos os artistas (local a definir), de modo a que consigam finalmente expressar suas individualidades ou 2) o homicídio, ou seja, a criação, ou seja:

Pitomba não chegou a se configurar como “movimento” ou “coletivo”, é bem menos complicada, nem tem objetivo claro ou programa, sendo antes fruto de uma f(r)icção de individualismos, que se estimulam e energizam no coletivo. Talvez se resuma mesmo apenas a um “estado de espírito”, uma caravana aberta aos acasos, onde ressoa a necessidade urgente de acelerar a destruição de determinadas ideias canonizadas sobre cultura e literatura, num lugar onde estes termos tornaram-se sinônimos de tombamento, de exaltação vazia. Para isto, apostaram decisivamente na estratégia do atrito. Como disse Celso em entrevista: “eu acho que tem que manter o atrito, é uma característica da revista. Isso a gente não tem que abrir mão, nem é essa coisa do atrito, é a coisa da irritação mesmo”.

Na cultura da afirmação e do elogio em que vivemos, mergulhados na sedação da mediocridade, a estranheza e o incômodo que a revista pode causar se traduziu apenas no silêncio, no desconhecimento puro e simples. Nada de espantar, Narciso só repara nos seus próprios movimentos e na situação atual da cidade, quatrocentona em estado terminal, não consegue esboçar mais nenhuma reação senão aos clichês do próprio espetáculo.



Entretanto, tal reação (ou ausência de) nunca mudou nada na determinação dos editores, na lógica radical explicitada por Reuben: “nós não temos apoio, portanto faremos”. É um caso de combinação, de articulação entre o individual e o coletivo, de pulsações que se encontram na mesma pegada. Sem a diagramação, a anarquia e a putaria de Bruno, a revista perderia sua linguagem mais atual e desconcertante; sem Celso, a cara da poesia, sua capacidade de misturar códigos e, principalmente, a disposição de juntar, a revista sequer existiria; e sem Reuben, perderia na crítica cultural, feita diretamente ou através de traduções que são também finas transposições de situações, reflexões, e na experimentação, ou seja, perderia em densidade e aventura, risco.

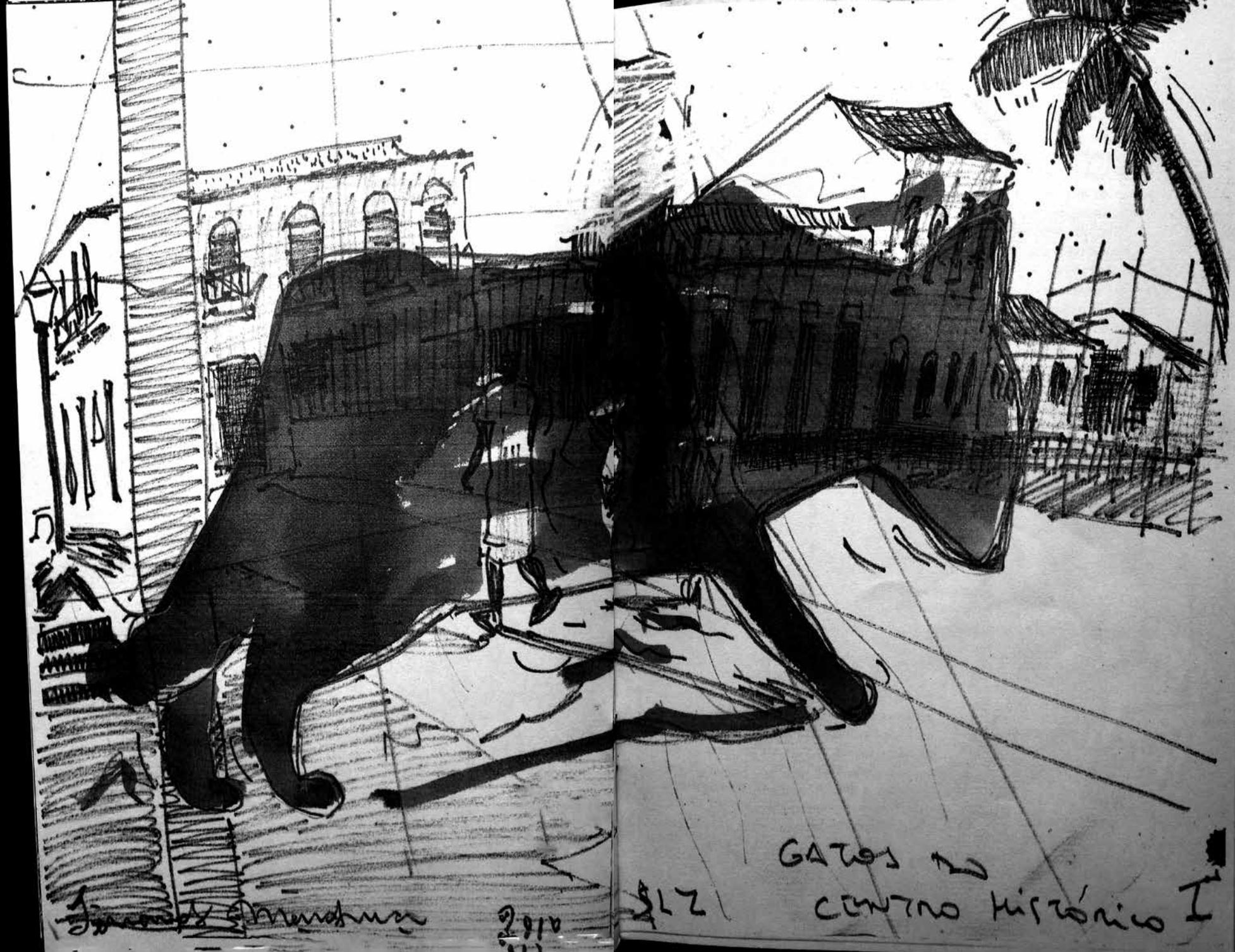
No geral, um não gosta de poesia, enquanto outro não vive sem ela, nem se sente à vontade com os quadrinhos e outro transita mais facilmente entre estas linguagens; um gosta de brega, outro é roqueiro de raiz, mas aberto, ouve de tudo, enquanto outro anda garimpando todo tipo de experimentalismo e doidice sonora. No fundo, eles terminam se encontrando na eletricidade do rock e na firme disposição em embaralhar e ampliar o escopo do que seja literatura, sem nenhuma preocupação com convenções, prêmios, público, nada.



depois da tempestade,

a tempestade





James Anderson

2010

SLZ

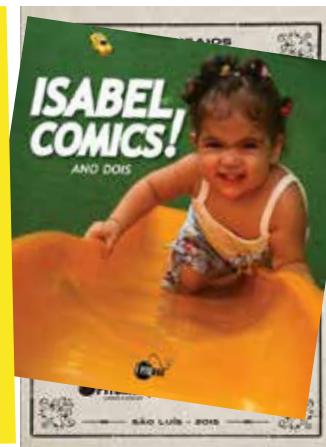
GATES TO
CENTRO HISTÓRICO I

Pra fazer a revista, não é fácil, é uma briga. Segundo o depoimento dado em entrevista preciosa ao Vias de Fato, feita por Zema Ribeiro e Igor de Souza, Celso precisa tocar Bruno e “hostilizá-lo” para a coisa começar a sair do papel e das ideias para o computador. Recolher o material nem é tanto o problema quanto traduzir isso tudo em forma gráfica, em diagramação. O processo costuma ser mais fácil quando está presente o ponto de união entre os extremos, Reuben. Mas ele mora longe, tornando o lance mais complicado. Foi o que vimos neste segundo semestre. Celso, envolvido com várias coisas, não obteve êxito na tocaia e Bruno conseguiu escapar, colocando todos os esforços no Isabel Comics, ano II, no Baratão 66 e outras iniciativas da editora Pitomba. Era muito difícil mesmo a missão de Celso, mas agora ele terá a ajuda de Reuben para tocar e prender Bruno, o passo decisivo para a elaboração da Pitomba.

Não tem a revista no final do ano (e que ano intenso!), mas tem uma festa de arromba da editora nesta quarta 11/12, no QG de quase todas as experiências de doidera que tem rolando nos últimos anos por aqui, o Chico Discos. É a Pitomba espocando pra valer, lançando de uma tacada mais quatro publicações de seu já variado catálogo, que até agora comporta quadrinhos, “novela trezoição”, poesia, ensaios, “romance festifud” e experiências para além de qualquer classificação.

É o caso do livro de Reuben, *As Aventuras de Cavalo dada em + Realidades Q Canais de TV*, o mais louco dos novos lançamentos. Manipulando principalmente o aforismo e outras formas fragmentárias, como o anúncio, a citação, a colagem, no ritmo da escrita sintética das redes, saturada de visualização e sonorização, o livro destila veneno pra todo lado, numa percepção ácida e virulenta da cultura do espetáculo e da brutalização do cotidiano. Respira e transpira todo o clima de insurreição cultural que já se insinua claramente em certos círculos da moçada mais criativa das cidades.

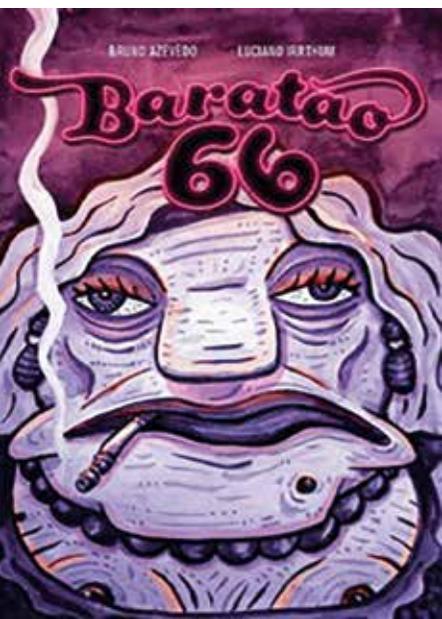
Em movimentos rápidos, toca em temas como circulação e apropriação dos espaços urbanos, através de figuras tão inesperadas como o mijador de rua e o skatista; a crise dos sistemas de signos, através do pixador (assim mesmo), “cavalo das ruas”, o anunciador do “estado da escrita na realidade onde vivemos”; ou as relações entre diamba e bruxaria, vale dizer, entre a maconha e experimento de sensações, a questão crucial da alteração da percepção num mundo de sobrecarga visual e atrofia de sensibilidades.



As Aventuras de Cavalo *dada* estão carregadas da experiência urbana contemporânea, da redefinição da relação com o espaço, buscando discernir a “camuflagem superposta da comunicação das ruas”. Tenta mesmo fundir novamente cidade e literatura, na esteira dos modernistas mais radicais, e neste sentido é texto complexo, um grito contra o “pensamento pobre” e o “pensamento conveniente”. Pode até ser lido como pura curtição, mas, no fundo, é de leitura densa, na leveza enganosa da colagem de curiosidades ou reflexões ditas de maneira extemporânea.

Depois de alguns trabalhos publicados, entre eles o incrível *O Monstro Souza*, seguramente um dos retratos mais cruéis e cômicos já feitos da cidade de São Luís, realismo fantástico do século XXI, Bruno traz à luz o Baratão 66 (ou 69, depende da hora), uma novela em quadrinhos, misturando erotismo,

sátira e crítica de costumes, ao seu estilo. Agora, no entanto, aparece mais afiado, com o controle maior do ritmo e do entrelaçamento das partes da narrativa, feita em camadas que se revelam poucos, como um saco infundável de surpresas.



Este é um traço em que ele vem caprichando, principalmente com a experiência de *A Intrusa*, novela erótica em 12 capítulos, publicada originalmente como folhetim no jornal alternativo mensal Vias de Fato e também já disponível em forma de livro pela Pitomba. O enredo, desta vez, se desenrola numa casa que, durante o dia, funciona para depilação, cuja especialidade são os desenhos nos pelos pubianos, o Baratão 66; e, durante a noite, transforma-se num puteiro, o Baratão 69, onde se aceita tudo, menos “fazer cu fiado”.

Bruno fala da sacanagem e dos puteiros como traço identitário do maranhense e satiriza um futuro reconhecimento como patrimônio da cultura, através da instalação da Casa de Cultura Baratão 66. A trama é cheia de surpresas, envolvendo Francinete, a dona do bordel e seus ataques com as lembranças do marido, suas filhas e a ambição de deixarem a vida de puta, o porteiro apaixonado pelo padre, mas com obrigação de comer a velha matrona, o representante da Piu-Piu, franquia de desenho de boceta e o governador, sonho de dez entre dez putas do Baratão, que almejam algum golpe na dureza da vida.

A edição é cuidadosa e os desenhos de Luciano Irrthum são um ponto alto, onde afinal se materializa todo o tom de excesso da trama. O livro saiu com duas capas diferentes, à escolha do freguês e é repleto de detalhes gráficos. Tem ainda um posfácio escrito por quem entende do riscado. Enfim, uma beleza, apresentação de natal, “quadrinhos para toda a família!”.

O pacote traz também o livro de Celso Borges, *O futuro tem o coração antigo*, uma experiência com “poemas fotográficos” e imagens do centro antigo, em fotografias tiradas por alunos do Curso Técnico em Artes Visuais do IFMA, utilizando um dos métodos mais antigos, sem lentes, com câmeras feitas à mão, com latas ou caixas, um furo em um dos lados e um pedaço de filme no outro. É o método *pin hole*, criando imagens não muito nítidas e que podem sofrer deformações ou alterações variadas, dependendo do formato das caixas e do tempo de exposição do filme à luz.

O resultado é um encontro conflituoso do poeta consigo mesmo e com a cidade, numa superposição de suas metamorfoses, em que os tempos se embaralham e a poesia tornada palavra-imagem e palavra-som (o trabalho se completa com o vídeo, feito em colaboração com Beto Matuck) se volta sem melancolia ou saudosismo, mas não sem saudade, para uma cidade que, numa palavra, simplesmente morreu, não existe mais. A edição, como sempre nos trabalhos de Celso, é caprichada, o texto todo datilografado numa máquina Hermes, criando um detalhe estético forte associado à questão do tempo, papel de primeira, textura em preto e branco, formato retangular, capa dura. Um luxo.

**FINALMENTE
LIBERADO
PELA JUSTIÇA**



Tem ainda um romance que é a estreia de Jorgeana Braga na prosa, *A Casa do Sentido Vermelho*, ela que tem um livro de poesia publicado na Pitomba. Este ainda não li, vou adquirir no lançamento, mas já comecei a gostar pela capa, sem contar o que ouvi falar acerca da beleza de sua escrita. A conferir.

Enfim, com site na rede (www.pitomba.iluria.com), um cartel de cerca de dez publicações (já com material fora de catálogo), uma caixa de madeira novinha pra venda ambulante e, principalmente, muita irreverência e disposição para chutar o pau da barraca, a Pitomba está em festa e justa celebração, literalmente “cuspindo os caroços”. Editora, revista, espaço de criação, base de lançamento... É Pitomba neles!

chegou o tempo do arsenal

contra o repertório

**The
biGodfather**

The logo for 'The biGodfather' features the word 'The' in a serif font above 'biGodfather' in a bold, blocky sans-serif font. A stylized graphic of a hand holding a pen is positioned above the 'i' in 'biGodfather', with lines extending downwards to underline the letters 'i', 'o', 'd', 'f', 'a', 't', 'h', 'e', 'r'.



DEPOIS DA MPM

Vias de Fato nº 57 - março de 2015.

Nos últimos tempos novos trabalhos sobre música popular e identidade cultural no Maranhão vão recolocando um tema que se tornou, aos poucos, incômodo entre os músicos e controverso entre comentaristas, apesar de relativamente aceito entre radialistas e produtores locais: a categoria música popular maranhense ou MPM. Uma referência obrigatória encontra-se ainda em 2004, no debate entre Ricarte Santos e Chico Maranhão, em dois artigos claros e densos, onde se colocou, de um lado, a inadequação restritiva do termo, utilizado a partir de meados da década de 80, considerado apenas uma receita de sucesso atrelada à estetização de ritmos populares com que se tentou reduzir a produção musical do Maranhão; de outro, foram enfatizadas as condicionantes históricas que teriam propiciado o seu surgimento, o sentido da “construção de uma canção maranhense moderna”.

Nas palavras do próprio Chico Maranhão: “Naquele momento, a afirmação de nossa identidade era mais importante, e a música popular um veículo significativo, embora naquela época inconsciente. (...)”

Isto continha um enorme peso estimulador criador na época. Demos a cara pra bater e ascendemos (sic) a fogueira que ainda hoje se vê a brasa arder. Éramos muito jovens e necessitávamos responder às ressonâncias que pairavam nos céus do país. Desta forma, qualquer análise sobre esta sigla MPM tornar-se-á vã se não tivermos clareza desses aspectos mórficos históricos de sua ‘adoção’.



Em 2005, Roger Teixeira apresentou a monografia *Xô do Mato, Boca de Lobo e Rabo de Vaca: a trajetória da música popular maranhense nos anos 70*. Trabalho direto, sem trololó acadêmico, escrito acima de tudo por um ouvinte e admirador confesso dos compositores em questão, coloca de maneira sucinta, mas informada, praticamente todas as figuras em cena, com algumas histórias ótimas, daquelas de algibeira, onde afloram traços pessoais e situações emblemáticas do período.

Ao final, o autor afirma que as experiências ocorridas mais ou menos no mesmo momento no Ceará (Fagner, Belchior e Ednardo), no Recife (Alceu Valença, Geraldo Azevedo, Zé Ramalho) e na Bahia (Novos Baianos), além de Minas (Clube da Esquina), foram incorporadas à chamada MPB, tendo seus artistas rumado para o grande centro, o que não ocorreu no caso da geração laborartearna, seja por questões financeiras ou por convicções pessoais,

pois “ir para o centro do país seria concordar que fazer música no Maranhão não poderia dar certo”.

O passo seguinte foram as monografias de músicos participantes do Rabo de Vaca. Em 2010, o trabalho do baixista Mauro Travincas, *Rabo de Vaca: memória de uma geração musical*, onde recupera a trajetória do grupo fundamental que existiu entre 1977 e 1982, capitaneado por Josias Sobrinho, dando continuidade nas experiências com ritmos e melodias levadas a efeito no Laborarte em meados da década e com uma postura decidida de tocar em praças e espaços comunitários na periferia, não ficando preso a apresentações em teatros. Curiosamente, o único show realizado no principal palco da cidade, o Teatro Arthur Azevedo, seria também o último do grupo.

Em 2011, o trabalho do flautista José Alves Costa, o Zezé, *A Música Popular Produzida em São Luís na Década de Sessenta do Século XX*, sobre o momento anterior ao Laborarte, quando a cena musical da Ilha era dominada pelos programas de auditório, no rádio e depois na televisão, e os grupos de acompanhamento eram no estilo “regional”, com violões, cavaquinho, baixo, percussão e algum instrumento solista, como o sax. Um pouco depois, conjuntos de baile, com formação básica dos grupos de rock, guitarras, baixo, bateria e teclados, como Nonato e Seu Conjunto e Os Fantoches, com vasta influência da Jovem Guarda, mas também de toda tradição dançante dos boleros e outros ritmos com toques caribenhos.

No ano passado, foi a vez da monografia de Josias Sobrinho, *Aquém do Estreito dos Mosquitos: a música popular maranhense como vetor de identidade*. Para o compositor, a construção da música popular maranhense significa a inserção de sua cultura de raiz popular no universo da música popular brasileira, ou seja, os ritmos do bumba boi, principalmente, transplantados para o universo da produção musical brasileira. Em nota, indica que “o site de vídeos on line YouTube incorporou o gênero ‘boi music’ entre as categorias disponíveis para a classificação de vídeos enviados pelo usuário da plataforma”. A consagração do gênero bumba meu boi como categoria musical estaria no disco *Bandeira de Aço*, gravado pelo percussionista e cantor Papete, em 1978, com composições de Cesar Teixeira, Josias Sobrinho, Sérgio Habibe e Ronaldo Mota.

As células rítmicas do boi e do tambor de crioula e sua utilização nas composições é apontada por Josias como elemento distintivo e acompanhada em sua dificuldade de transposição para o disco desde os anos 60. Por exemplo, a toada de tambor de crioula Sanharó, de João do Vale e Luiz Guimarães, gravada por Marinês e Sua Gente, em 1963 ou a conhecida música Tambor de Crioula, de Cleto Júnior e Oberdan Oliveira, gravada por Alcione Nazaré e pelo Nonato e Seu Conjunto. Cleto Júnior explica: “ela não tem a pegada do tambor ainda... ela tem a letra do tambor, ela tem a ideia do

tambor, ela tem a homenagem do tambor, ela tem aquela coisa toda do tambor, os versos do tambor (...) mas o acompanhamento não tinha ideia de como fazer”. O ritmo terminava sendo levado com toque de umbanda.

Em outros momentos a dificuldade já tinha se colocado. Na gravação do disco do *I Festival da Música Popular Brasileira no Maranhão*, na Toada Antiga, de Ubiratan Souza e Souza Neto, realizada sem o acompanhamento percussivo do bumba boi ou em Cavala Canga, de Sérgio Habibe, ritmo do tambor de mina, gravada no primeiro disco do Nonato e Seu Conjunto, em 1974, também com tratamento diferente da forma original.

Essa questão de trazer a rítmica para dentro das canções gravadas só seria resolvida com *Bandeira de Aço*, fruto direto da estética trabalhada pelos compositores no Laborarte e o disco *Lances de Agora*, de Chico Maranhão, que expressa uma aproximação de seu trabalho com as “influências de berço” (os ritmos do boi e do tambor de crioula). Depois disso, “daí em diante outros artistas e álbuns, com alguma relação com a cultura popular de raiz maranhense, foram sendo colocados no mercado nacional”, citando Papete, Ubiratan Souza, Tião Carvalho, Beto Pereira, César Nascimento, Mano Borges, Alê Muniz, a dupla Criolina, Flávia Bittencourt e “Rita Ribeiro e Zeca Baleiro, que sempre apontam em suas produções um elo qualquer de identidade maranhense”.

Em setembro de 2011, publiquei no jornal *Vias de Fato* um longo artigo, posteriormente incluído no livro *Guerrilhas*, abordando, a partir das questões colocadas nos textos de Ricarte e Chico Maranhão, o mal-estar e mesmo a indefinição e o desconhecimento que cercam a sigla MPM, pois indicava algo que parecia existir quando ainda não havia sido nomeada (década de 70) e se tornava uma incômoda indagação depois de batizada (década de 80). Afinal, quem além de nós utilizava ou compreendia o que era MPM?

O artigo acentuava a visível distinção do período de gestação, marcado pelo cruzamento das

experiências dos três compositores que participaram do Laborarte (Cesar, Josias e Sérgio) com figuras também exponenciais no processo, como Chico Maranhão, Jordano Mochel, Ubiratan Souza, Chico Saldanha, do momento seguinte, quando a rádio Mirante FM estava no centro de uma estratégia de propagação do que se passaria a chamar de MPM, trazendo uma nova geração de compositores, entre eles, Gerude, Godão, Mano Borges, César Nascimento, Tutuca, Carlinhos Veloz.



Ao contrário das linhas de continuidade, era enfatizada uma descontinuidade em relação ao empuxo inicial, tendo a aproximação com as agências governamentais e com o mecenato privado se verificado segundo os esquemas de patronagem de uma ordem social e política ainda em larga medida oligárquica, por onde terminariam se enredando quase todos os compositores, os novos e a maioria dos antigos. O texto, não por acaso, intitulava-se *Antes da MPM*, para enfatizar o momento da década de 70 e início dos 80, quando a sigla não existia. Soava, ao mesmo tempo, pois, como elogio e crítica.



Sérgio Habibe - Jordano Mochel - Cesar Castro - Ubiratan Souza - Zéss - Beto - Valêncio Ariado - Murilo - Chico Maranhão - Manoel - Cláudia - Zé Ferreira - Adier Sôo Lira - Josias Sobrinho

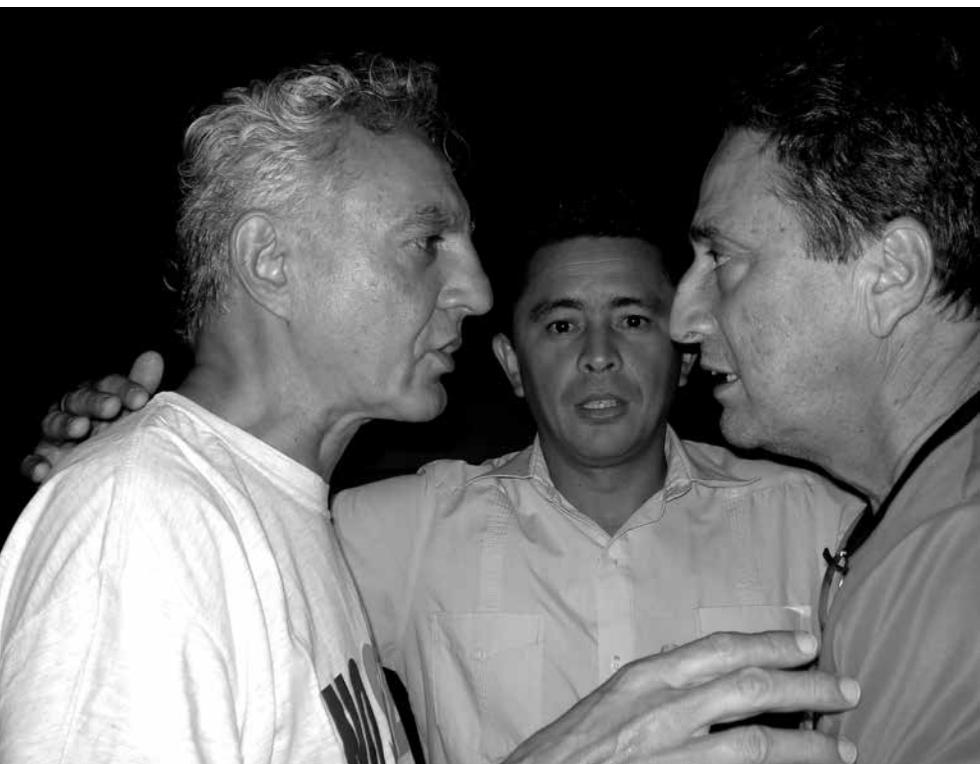
O ataque que essa ambiguidade carregava, não só à utilização do termo, mas ao próprio estatuto da coisa, colocada como uma experiência interrompida e redirecionada, resultando em pouco tempo numa projeção fantasmagórica sobre os músicos e a própria música que realizavam, não passou totalmente despercebido e foi objeto de um comentário de tom enviesado, meio truncado, mas com uma observação importante. Intitulado *Música Para Maiores*, de autoria de Lane Mosi (provavelmente um pseudônimo), foi publicado no mesmo jornal *Vias de Fato*, na edição seguinte, de outubro de 2011.

Em linhas gerais, diz que o artigo estava “perfeitamente enquadrado nos moldes históricos – sociais – científicos da sociedade vigente” por comungar de uma mitificação da ação do Laborarte, principalmente na questão das experiências “para criação de uma determinada categoria de música maranhense elitizada”. Alertava então: “É evidente que a periferia a qual me refiro não é composta por aquele bairro privilegiado, pela sua localização estratégica perto dos casarios antigos, tão pouco àquele cheio de afilhados culturais, me refiro mesmo, aos não tão distantes e nem tão abastados, mas totalmente esquecidos e desconsiderados na influência da musicalidade desta cidade”.

Para a autora, a periferia a que o pessoal do Laborarte se articulava resumia-se ao Desterro e a Madre Deus. Sem indicar qualquer referência, de ontem ou de hoje, afirma que “existe todo um potencial na periferia que consegue escapar à ‘estratégia governamental de mercantilização da cultura’ mas que é renegado a (sic) pelo menos 30 anos, pouco tempo cronologicamente mas uma eternidade em se tratando de uma arte para libertar”. Surpreendentemente, no entanto, termina o texto falando em reviver os “momentos áureos da música maranhense que tanto gosto”, depois de exaltar programas de rádio com “o melhor da MPM” e “os bolachões (vinis) do Festival Viva”.

Afora o evidente desconhecimento do que foi a atuação do Laborarte, principalmente até o início dos anos 80, minimizando totalmente seu significado cultural e político, pensando o que ele era a partir do que se tornou, e a percepção do momento de diluição como se fosse o “momento áureo” (aí é aquela história, cada qual com seu ouvido...), o texto deixa a observação de que a incorporação da periferia na cultura da cidade ainda não se deu ou seria bastante incompleta, muito seletiva, não aceitando o marco que geralmente é atribuído ao Laborarte. Este momento ainda seria um porvir.

No ano seguinte, Ricarte Almeida Santos volta ao tema, desta vez através de uma dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura, da UFMA, intitulada *Música Popular Maranhense e a Questão da Identidade Cultural Regional*. Temos aqui um trabalho mais circunstanciado, com utilização de todos os textos então existentes, destacando trechos e depoimentos com argúcia, além de sua própria pesquisa, trazendo novos e interessantes depoimentos de músicos e jornalistas. De forma geral, define dois períodos: o de surgimento da música popular maranhense, na década de 70, e o de sua inserção nos mecanismos da “indústria cultural”, na década de 80.



O Laborarte teria configurado uma “ação cultural”, um processo “com início claro e armado, mas sem fim especificado”, onde avulta o papel dos agentes ou mediadores culturais, indivíduos que “num ambiente de heterogeneidade sociocultural, de preconceitos, cumprem uma ação de aproximação de grupos sociais, de pessoas de diferentes procedências”. Uma ação pensada para a prática de um novo teatro, terminou tendo numa nova estética musical seu resultado mais duradouro e “consequentemente, contribuiu decisivamente para a assimilação das expressões e manifestações da cultura popular, até então marginalizadas e negligenciadas, como símbolos da identidade cultural regional”.

Apesar de citar e conhecer todos os nomes principais que estavam envolvidos com a música popular nos anos 60 e 70, Cesar Teixeira, Josias Sobrinho e Sérgio Habibe são considerados “os três principais agentes culturais do desenvolvimento da música popular maranhense”. O disco *Bandeira de Aço* é colocado no texto como “marco de partida e de chegada” da MPM. Num dos vários trechos destacados de um rico depoimento, Cesar diz: “Bandeira de Aço é uma consequência do que foi sistematizado no Laborarte” (...) “esse paradigma musical incluiu ritmos de bumba-meu-boi, divino, tambor de crioula e de mina, entre outros, caracterizando-se como música percussiva e adotando uma poética enriquecida pelo vocabulário popular”.

Ou ainda, de forma mais precisa: “creio que o Laborarte serviu como um ponto de referência para a difusão de uma música popular que já vinha sendo gestada antes mesmo da criação dessa entidade cultural. Foram acrescentadas novas células rítmicas à MPB local, deixando transpirar as virtudes artísticas da nossa gente, das nossas raízes culturais. (...) No ponto de convergência estava a estratégia para a superação das dificuldades, habilitando uma essência rítmica – com base harmônica de violão e cavaquinho – alicerçada por instrumentos regionais: matraca, tambor-onça, pandeiro, cabaça, agogô, abatá, terno de crioula, pífaro etc.”

No capítulo seguinte, é olhada mais de perto, com depoimentos esclarecedores, a questão da criação da sigla a partir da ação decidida de Fernando Sarney em promover a “música maranhense”, através da Mirante e de sua posição como diretor da Cemar. É o momento da estetização, que define ao mesmo tempo uma expansão e a descontinuidade no movimento artístico, pois “a música popular em si, se reorienta em vista também de obter o apoio e a legitimação do campo político”.

Ricarte é um conhecedor de música popular brasileira, de suas raízes no choro e no samba, apreciador e incentivador dos compositores maranhenses, além de seu texto ter objetividade e fluência, oferecendo-nos, sem dúvida, uma rica análise do momento. Da sua exposição discordo, no entanto, da centralidade excessiva dada ao Laborarte (lembro, é

claro, da observação feita por Lane Mosi, aproveitando-a em outro sentido), basicamente em dois aspectos.

De um lado, a própria definição da estética musical em questão, que passa, a meu ver de maneira significativa, por outros compositores, já indicados. Ameniza essa discordância o fato de que estamos falando de um movimento (ou de uma ação) cuja proposta inicial era de integração entre campos distintos e aberta a influências diversas. De outro, acho que a ação do Laborarte deve ser enfocada mais incisivamente como um dos elementos de um processo mais amplo de redefinição da identidade regional, a passagem da exaltação do passado letrado, centrado nos mitos de distinção expresso nas alegorias da Atenas Brasileira e da Fundação Francesa, para a exaltação da cultura popular, principalmente do bumba meu boi, antes excluído e alvo de perseguições. Algo que se efetivou mais como superposição, dado a direção do processo pela oligarquia dominante.

Claro que isto está referido lá, Ricarte sabe das coisas, mas um trabalho importante como o de Lady Selma Albernaz, *O “Urrou” do Boi em Atenas: instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão*, uma tese defendida em 2004 na Unicamp, favoreceria o olhar para o movimento que se efetivava no campo das instituições governamentais em torno da cultura popular e do turismo, desde o final dos anos 60. Assim, o encontro posterior com o guarda-chuva da oligarquia não era propriamente entre elementos estranhos.

O que se perceberia com clareza a partir daí era que o sentido da “ação cultural”, para manter o conceito utilizado, foi redirecionado para a ênfase na carreira profissional, aproveitando os caminhos que se ofereciam através dos favores oficiais. De maneira emblemática, o coletivo que se sobressaiu a partir do final dos anos 80 foi a Companhia Barrica, cujas principais atrações eram o Boizinho Barrica, no São João e, depois, o bloco Bicho Terra, no carnaval.

Ambos eram fruto principalmente da ação do compositor Godão, na Madre Deus. No Boizinho Barrica elabora uma recriação cujos ritmos envolvem os vários sotaques do boi, os ritmos dos tambores de crioula e de mina, as ladainhas do Divino e até as batucadas dos blocos e tribos de índio do carnaval. É uma tentativa de síntese de vários elementos da cultura maranhense, da música, das danças, do artesanato etc. A Companhia tentou se colocar como movimento, mas terminou se definindo mais como atuação de empresa e desencadeou toda uma enorme discussão à época sobre grupos “parafolclóricos”. A outra ponta era a Marafolia, uma empresa de eventos vinculada ao Sistema Mirante, responsável pelo carnaval e as festas juninas “fora de época”, ambas com intensa participação da turma do Barrica. Para estes, a década de 90 significou os anos dourados.

No final de 2014, mais um trabalho tocou na questão da formação da MPM e, desta vez, por um ângulo inusitado. Trata-se do livro de Bruno Azevêdo, *Em Ritmo de Seresta: música brega e choperias no Maranhão*, também fruto de uma dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da UFMA. Inicia com uma relação entre a crise nas bandas de baile, determinada pelo aparecimento dos teclados eletrônicos polifônicos e a criação de um novo estilo, uma corrente da música brega que se desenvolveu nas regiões norte e nordeste a partir do final dos anos 80, conhecida como “seresta”. Muitos músicos migraram para o teclado com programação, pois barateava o show, eliminando instrumentos, como baixo e bateria. Era uma modificação na técnica acarretando alterações no estilo. “Músicos que por anos tocavam diversos instrumentos passaram para o teclado com programação, músicos que nunca cantaram passaram a emprestar sua voz para as serestas”.



O texto, bem articulado e bastante informativo, penetra fundo no universo das choperias, tendo como campo privilegiado duas grandes, a Choperia Marcelo, no retorno da Forquilha, e o Kabão, no Aterro do Bacanga. Bruno aqui está à vontade, passeando entre os nomes de destaque e suas imensas discografias, as nuances de estilo, a produção dos shows, o mercado de discos (que se apoia justamente na “pirataria”, subvertendo a lógica das gravadoras), o público consumidor etc. Consegue depoimentos incríveis de músicos, desencava vasto material fotográfico que traz muito do espírito do tempo, explorando as capas dos discos, os instrumentos e cenas de palco. Conta ainda com um ensaio do fotógrafo Márcio Vasconcelos, em flagrantes de campo, descortinando as cores, gestos e expressões em torno dos ritmos da seresta. A edição, vale frisar, é caprichada em seus detalhes, além de vir acompanhada de um cd. Tudo com a cara da Pitomba! (apesar de carregar o signo da Edufma, cujo padrão é justamente o oposto...).

Depois de analisar um estilo musical que alicerçou o boom das choperias e envolve milhares de pessoas, Bruno volta sua atenção para a (in)visibilidade dessa música e concentra-se na separação entre os músicos de seresta e suas canções e o que se poderia chamar de “identidade musical maranhense”, indicando a existência de uma marginalização nas “esferas discursivas de poder”, tanto no plano do acesso a financiamentos nos programas de cultura, quanto de legitimação nos meios de comunicação, carecendo de “reconhecimento”, pois a categoria não constaria nas listas de premiação, nem nos catálogos de cultura.

O bolero, a música romântica de “dor de cotovelo”, o brega, que dominavam as rádios, foram taxados de “música de velhos” ainda nos anos 60 e, apesar de constarem das lembranças de formação de músicos e jornalistas, seriam deslocados da receita de mistura que definiria a MPM nas décadas seguintes. Nos seus próprios termos: “o processo de construção da tradição da música maranhense, corre em paralelo ao processo de exclusão de outros estilos e seus representantes”. O brega, formaria então sua linhagem à margem do que era reconhecido como “música maranhense”, dos grandes como Raimundo Soldado e Adelino Nascimento, à reinvenção com Lairton e seus teclados e depois continuando em transformação, com o aparecimento do “arrocha” e outras fusões, em aproximação com o sertanejo e o forró.

O trabalho dá uma guinada e passa a discutir então o processo de definição da MPM. Novamente nos deparamos com uma riqueza de depoimentos, até mais variados. O desenho interpretativo, em sua armadura mais geral, é similar ao já colocado, com a distinção de dois momentos, mas os detalhes levam a resultados distintos. Bruno estabelece uma contraposição entre a geração Laborarte e a geração Mirante. Enquanto a primeira estaria voltada para a pesquisa, a postura política de combate e o contato com bairros da periferia, a segunda centrava-se na busca do apoio de mídia, na proximidade com os grupos dominantes e na fetichização do registro fonográfico. Assim como no trabalho de Ricarte, os dois momentos privilegiados para a análise são o disco Bandeira de Aço e o aparecimento da sigla MPM.

No caso do disco e todo o imbróglio que ele gerou, com o problema dos direitos autorais, da omissão dos nomes nas rádios etc., existem depoimentos extensos de Cesar e de Papete, botando os demônios pra fora mesmo, pois, como diz este último, “é uma coisa que respinga até hoje, essa coisa rançosa, uma pena porque é um disco tão importante”. O disco foi gravado à revelia dos compositores, as músicas capturadas meio à distância, de forma enviesada e depois conseguida a autorização, apesar das resistências de Cesar e de uma certa desconfiança que pairava no ar. Mas foi um sucesso e chegou a vender na época, segundo Papete, 150.000 cópias.

Várias opiniões são reunidas, todas considerando o trabalho como referência fundamental. Como bem sintetizou Ribamar Filho, dono do Sebo Poeme-se, foi “a primeira vez que a gente se ouviu”. Ou Zeca Baleiro: “Bandeira de Aço foi um divisor de águas na música do Maranhão. Sei de cor e salteado, de trás pra frente, ouvi demais. Pela primeira vez pudemos ouvir em disco e com a qualidade de áudio (ao menos próximo) de um disco de grande gravadora, os nossos ritmos e autores. (...). Aquilo calou fundo na alma do maranhense. E abriu portas para que outros artistas se aventurassem naquela seara. Já havia outros discos feitos antes – Chico Maranhão etc. – mas aquele lá foi certo. Conjugou a excelência artística com o poder de fogo comercial”.

Quanto à questão da MPM, o contexto mais atual que a cerca, marcado por um certo “toma lá, que o filho é teu...”, ganha aqui contornos até mesmo hilários, dependendo da perspectiva. No geral os depoimentos descortinam ainda mais as engrenagens em operação, principalmente o papel da Mirante e dos favorecimentos pessoais concentrados na figura de Fernando Sarney. O radialista César Roberto, por exemplo, depois de dizer que “Fernando era o pai da nossa música, né? O padrinho, o ‘patrocinador’”, afirma que ele foi “um dos criadores dessa expressão MPM”.



Pedro Sobrinho, também radialista, não concorda: “Foram os próprios artistas que criaram essa sigla, Betto Pereira, Gerude, acho que Godão do Boi Barrica também. Hoje eles não gostam, mas ele foi um dos grandes incentivadores. (...) Surgiu através dos artistas e a rádio (Mirante) abraçou, também porque houve um boom lá pela década de oitenta, um boom da música maranhense... foi a partir daí que neguinho resolveu ‘não, a nossa música é a melhor’ e criou a sigla, só que foi um grande, quer dizer, o tiro saiu pela culatra, porque não existe, foi um tiro no pé”.

Betto Pereira, por sua vez, devolve: “É do rádio. Não foi pelos artistas não. Rotularam pra diferenciar, fazer uma diferença do que é a MPB e o que é a MPM... Fez uma merda que até hoje a gente tá pensando por isso, que eu não sou artista do Brasil, sou MPM”. Essa relação de estranhamento torna-se ainda mais curiosa com a afirmação de Papete, outra figura emblemática da difusão dessa música, com vários discos tendo compositores maranhenses como base, inclusive um deles intitulado Música Popular Maranhense, que a certa altura diz: “MPM não conheço não”.



Para Cesar Teixeira, “é uma discussão que surge no rádio, na verdade nos bastidores da Secretaria de Cultu-

ra, que eu acho que surgiu foi ali. Ou era pra reinaugurar uma geração que não tinha pesquisado coisa nenhuma na vida, tipo assim, legitimar uma geração que não foi lá na zona, que não foi no bumba boi, não pegou em matraca, não sei o que, pra legitimar o que eles tavam fazendo, e de repente vender aquele produto, como se venderia o reggae e outras coisas. E mais uma vez não deu certo”.

Bruno trata da programação das rádios Mirante FM e Universidade FM e de como elas cuidadosamente se apartaram dos boleros e do brega, envolvidas no processo de construção da identidade musical local, baseada no bumba meu boi e, de forma mais ampla, representando-se como o moderno e conceitual. No decorrer das entrevistas ele sempre se defrontou com a posição dos músicos (de quaisquer vertentes) e dos jornalistas, todos contrários ao estabelecimento de uma relação entre a “música brega/seresta” e a “música maranhense”.

No modelo explicativo com que trabalha, isso seria fruto da internalização por parte dos agentes da construção da identidade musical maranhense como determinada pela aproximação com a cultura popular, sustentada num processo seletivo e excludente (“elitizante” é um termo várias vezes utilizado - lembro novamente de Lane Mosi). A posição das rádios seria, enfim, sintomática de uma “intenção de afastamento do popular”.

A conclusão a que chega é cruel, mas termina se tornando também uma caricatura do processo: “A MPM seria assim, um arremedo de movimento centralizado na rádio Mirante, que reuniu artistas de música popular inspirados no folclore, com o intuito de criar um elemento distintivo para a música dentro do mercado”. Para entender o que ele quer dizer é preciso não esquecer a maneira como foi colocada a dinâmica do processo, como dicotomia entre geração Laborarte e geração Mirante.

O termo geração Mirante é ótimo, basta destacar um depoimento dado por Mano Borges para um programa de televisão sobre os 30 anos da rádio, quando afirma: “30 anos que se confunde, na verdade, com a história da gente, da nossa música. Eu acho que é uma rádio que foi pioneira em mostrar essa música produzida no Maranhão, e isso nos deu muita visibilidade”.



No entanto, utilizá-lo como Bruno faz, a geração Mirante e a MPM como signos intercambiáveis, obscurece o trânsito que também houve da geração Laborarte para dentro da esfera de influência da Mirante e das secretarias de cultura. Talvez fosse mais simples falar, como Celso Borges, simplesmente em 1ª e 2ª gerações da MPM. Neste caso, o cuidado é para não esmaecer o fato crucial de que o termo é uma criação da 2ª geração, quando a produção já não guarda a mesma qualidade, nem as mesmas características, voltando-se para o mercado fonográfico e as rádios, na busca de uma inserção que tinha ficado até então em segundo plano.

Por não se dar conta da rigidez que o esquema explicativo continha, o texto chega ao final escorregando em passagens surpreendentes ao afirmar que após o estabelecimento da sigla pela ação da rádio Mirante, “músicos da geração anterior como Sérgio Habibe passaram a ser reconhecidos como MPM por mais que não tomassem parte ativa em suas engrenagens”. Ou ainda: “Chico Maranhão se considera MPM, mesmo que a sigla tenha surgido depois da maioria de seus discos”. Em suma, aí ele opera uma disjunção total que torna a coisa toda um pouco confusa, na medida em que passa a configurar quase a existência de dois movimentos (mais do que dois momentos).

Não é possível dizer, por exemplo, que pela filiação à Mirante esta geração “é amplamente criticada pela geração anterior”. Salvo grosseiro engano, o único nome da linha de frente que permaneceu à margem dos canais que se formavam entre artistas, a Mirante e secretarias de cultura, foi César Teixeira. Isso lhe valeu um certo ostracismo, uma distância que funcionou ao mesmo tempo como sua maldição e sua aura de identidade. Em graus variáveis, todos em algum momento participaram dos pequenos canais que se formaram para a produção de shows e gravação de discos de música popular. Basicamente era o esquema de financiamento que se formou aqui.

O trabalho de Bruno vai além da boa etnografia, ultrapassa a observação do fenômeno ao inquiri-lo em sua forma constitutiva, enquanto categoria socialmente legitimada, na trilha de Bourdieu, autor de quem pega as lentes para enquadrar os depoimentos dos músicos e agentes de mídia. Analisa um processo de construção simbólica e sua legitimação, insistindo na lógica da exclusão e sua introjeção, através da naturalização de noções como “cultura maranhense”, atrelando-a a um conjunto de signos retirados da cultura popular, mas filtrados pelas elites, no sentido mais preciso do conceito, portanto, incluindo o próprio Laborarte. Penso que a coisa pode ser encarada de outra forma.



Como é sabido, a discriminação acompanhou a música brega desde a formação do agregado que responderia pela sigla MPB, a partir da segunda metade da década de 60. E isto só recentemente começou a se romper. No entanto, esta exclusão funciona mais como um recalque. E aqui não foi diferente, pois não dá para dizer que elementos do bolero e do brega não estão presentes na obra desses compositores, ontem e hoje. Me vêm imediatamente músicas como o bolero Babalú, que abre *Emaranhado*, de Chico Saldanha, seguido da cafonice fundamental de Mara, com aquele órgão hammond lá no fundo, ou ainda bregas escancarados presentes em seu disco anterior, *Celebração*, como Baby e Telma e Louise. Cesar e Josias não têm influência de brega? Acho que eles dificilmente negariam. Mas do velho brega, da cultura da zona, como enfatizou o primeiro.

E nem teria como ser tão diferente porque isso tudo rodava muito nas rádios. Quando Bruno analisa a questão da programação das duas FM e, através de vários depoimentos, mostra como o que era considerado *muzak*, de mau gosto, “brega” (Waldick Soriano, Roberto Carlos, Agnaldo Timóteo, Odair José ou Wando, por exemplo), não rodava, fala como se não estivessem presente direto nas rádios AM. Isso não invalida a percepção geral defendida no livro, principalmente a questão dos modos de incorporação e legitimação que culminaram na invenção midiática da MPM, mas abre um caminho para nuançá-la e olhar a persistência desses elementos, que estavam introjetados e não poderiam ser tão facilmente apagados.

Também na década de 80 a onda do reggae se colocava com força e o ritmo terminou sendo absorvido, não ficou à margem, passou a frequentar os discos dos compositores maranhenses. E igualmente parece ter criado um nicho próprio, com bandas, gravações etc. e ainda com a particularidade do negócio das radiolas, mas hoje faz parte do cardápio oficial e é vendido na prateleira da diversidade. O potencial de afirmação de diferenças parece ter se diluído sob o guarda-chuva da “maranhensidade” e a noção de Jamaica Brasileira foi incorporada de maneira a esvaziar o potencial crítico da ordem social e cultural vigente.

Toda essa conversa pode parecer uma ruminação de águas passadas, na medida em que o quadro atual, à primeira vista, tem características muito distintas. É o que pode ser percebido na leitura de dois instigantes e, até certo ponto, antitéticos artigos a respeito do recente festival de música do projeto BR-135 e seu significado no contexto das artes, publicados em 27 de dezembro e 3 de janeiro últimos no Caderno Alternativo do jornal O Estado do Maranhão. Refiro-me aos textos *BR-135*, do mesmo Bruno Azêvedo e *Não há Saídas (só pontes, viadutos e avenidas): festival BR-135 e a arte contemporânea do Maranhão*, de Reuben da Cunha Rocha.

Para encurtar o que já vai longo, Bruno faz um comentário bastante elogioso do festival, por expressar a diversidade atual das bandas e pelo local de realização (a Praia Grande) e do projeto, por ser o resultado de uma “ação política” dos produtores (Luciana Simões e Alê Muniz), que indicaria “uma boa chance para mudança paradigmática dos produtores locais”. A existência de uma “cena” artística em plena ebulição, um modelo de produção viável e, por fim, a “mudança política” anunciada são os ingredientes principais do texto.

A questão a que o BR-135 apontaria uma “saída” é de como “fazer acontecer uma cena que já acontece”, identificada por duas características: 1) “a cidade anda cheia de bandas de estilos diversos”; 2) “essas bandas tão (sic) interessadas num som autoral e desamarrado dos medalhões de identificação da cidade/estado”.

Correlato a este processo, que vem de algum tempo, ocorre agora a alteração política com a derrocada do grupo que comanda o estado há décadas, abrindo possibilidades de romper a “organização feudal” em que se tornou a pasta da cultura. Para isso, diz, “espero muito que a nova gestão consiga desfolclorizar a Secretaria de Cultura ou que aja uma ação dos produtores nesse sentido”. E conclama os artistas em geral a se inteirarem das possibilidades abertas com as leis de incentivo e a “convencer as empresas da importância estratégica do investimento na arte”. No horizonte, a aposta de que a “efetivação de uma política pública para a cultura transparente e impessoal”, seja uma alavanca para as atividades artísticas, um caminho “em direção ao público, à cidade, ao seu próprio ofício”.

O texto de Bruno é muito bom, vibrante, tocando em várias questões referentes ao esgotamento de um padrão de política cultural que vigora há décadas. Uma semana depois recebeu um comentário forte de Reuben. Um artigo radical no melhor sentido, opondo logo no título à “saída” do BR as conexões das “pontes, viadutos e avenidas”.

No geral, ampliava o escopo da “cena” referida, recusando qualquer viés de apresentação do festival como sua expressão. “O que discuto no texto de Bruno é a tentativa de sequestrar, para sua formulação do BR-135, certos traços da experiência mais ampla e mais ousada que tem borbilhado na panela da ilha. Nessa jogada, ele esvazia os aspectos mais radicais ou pelo menos mais inquietos”.

Reuben expõe a desconfiança com um esquema voltado para a “profissionalização”, que estimula a troca e a mistura, mas “capitaliza experiências radicais como se fossem ‘cases de sucesso’”. Não é propriamente uma recusa, antes uma observação que recupera a importância das formas de agrupamento não marcadas pelo viés “empreendedorista” e sim pelo caráter mais “autonomista e não hierárquico”, como a experiência do Sebo no Chão, no Cohatrac, “que nunca deixa de acontecer e se vale das melhores e piores condições com o mesmo empenho”, ou a da Casa Loca, “que além de boa banda é uma casa ocupada mesmo, e parece que é louca”.





Não tenho condições de comentar o leque que ele apresenta do cenário contemporâneo das artes na Ilha, mas mesmo para quem conhece tão pouco é possível sentir os ventos e a energia que começam a despontar desses sons e imagens, dessa nova gestualidade, do “trânsito de linguagens”, claramente impulsionados por “dispositivos que apontam para a autonomia: a capacidade de gravação, a coletivização do trabalho produtivo, o domínio dos meandros da captação de recursos”.

Neste sentido, o chão da experiência atual é realmente muito distinto, tanto no referente às possibilidades de produção e circulação, quanto aos desafios estéticos e políticos a responder. Os anos 70 e 80 marcaram aqui a passagem de uma configuração cultural caracterizada pelo predomínio dos signos de erudição para a incorporação de signos extraídos da cultura popular. Tal processo atingiria seus contornos mais definitivos somente na década de 90, através da ação concertada entre agências estatais e agências de comunicação, e terminou propiciando um aprisionamento e até uma acomodação dos artistas. O que se põe hoje é a necessidade de recriar os canais e ativar outros para uma nova leitura da diversidade cultural, que não seja refém de uma visão asfíxica da identidade e permita ao Maranhão se ver refletido em outros lugares, além do casarão ou do bumba meu boi. Para isso, mais do que (re)ler o local, a questão é como absorver o estranho e deixar acontecer as vias de combinação, vale dizer, de destruição das fórmulas de exaltação predominantes.

Para Reuben (no que Bruno concorda), “uma evidente liberdade se coloca entre a geração mais nova e os mais longevos fantasmas da cultura maranhense. Já quase não se sentem os ecos de certa ideia de legitimidade antes pretendida sobretudo através da cultura popular. O Maranhão, na música mais nova que tenho ouvido, aparece em outro lugar”.

Liberados de qualquer “acerto de contas” com o passado, “afinal os mitos deixaram poucos discos e tudo depende da memória hiperbólica dos que lá estavam”, essa geração estaria de certo modo, liberada de carregar o fardo da “preservação da cultura”, abrindo espaço não só para um leque mais amplo de gêneros como, principalmente, da perspectiva que ele se coloca, para a experimentação mais radical e subversiva. Na formulação feliz: “O jogo agora é com o estúdio e não com o histórico”.

O dilema é o que fazer com essa “liberdade”, pois se é possível dispensar “a demanda dos fantasmas históricos”, é necessário também fugir dos “acertos do mercado nacional”, ou seja, do velho sonho de “estourar”. O próprio Reuben alerta: “não adianta tirar onda dos velhos medalhões para acabar refém de outros lugares de poder”.

Se não estamos mais na posição de reféns da relação entre arte e cultura popular, é bom frisar que isto se deu antes pelo desgaste da fórmula e pelas possibilidades abertas com os novos meios de produção e comunicação do que por qualquer diálogo crítico com essa “herança”. Não é apenas “um papo desgastado entre nós”, como Reuben e Bruno parecem concordar, é uma limitação que essa nova geração vai carregar, apesar de ser também por onde vai tentar

se livrar dos “fantasmas da cultura maranhense”, que poderia sintetizar na necessidade de ultrapassar a tônica do “Maranhão, meu tesouro, meu torrão...”, o canto de sereia da ordem vigente.

Não me refiro, é claro, à bela toada que Humberto deixou gravada na memória da cidade, mas ao narcisismo ludovicense historicamente enraizado, que sempre deu o tom de nossas mais duradouras representações e ajuda a entender como um momento tão rico de transformação da música popular, capaz de definir os contornos de uma estética regional na linha de experimentações do período, desembocou na caricatura pretensiosa que significou a sigla MPM.

MEMORIAL ANTIACADÊMICO

Cheguei ao Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA em 1994. Desde 1987, já integrava o corpo docente desta mesma instituição como professor de Departamento de História, curso no qual completara a graduação em 1985. Em 1992, concluí o mestrado em ciência política na UNICAMP, onde havia ingressado ainda em 1986, antes, portanto, do início na carreira do magistério. Depois do estágio probatório obtive licença por dois anos, entre 1989 e 1990, período em que foi realizada a maior parte do trabalho, intitulado *Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão*. Tratava-se de uma longa pesquisa cujas raízes podem ser buscadas ainda na graduação, no convívio com o saudoso professor Caldeira, integrante deste mesmo departamento de Sociologia e Antropologia. Em linhas gerais, versa sobre a formação da estrutura de dominação política no Maranhão entre meados do século XIX até a decretação do Estado Novo, através de uma discussão sobre as oligarquias regionais que busca os seus vínculos de constituição e a dinâmica de suas crises não pelo lado das relações com o mandonismo local, mas sim pelas suas relações com o governo central e o processo de formação do estado nacional. Realizada sob a orientação de Luciano Martins e defendida em maio de 1992, passaria um bom tempo até ser publicada em 2007.

No quadro de preocupações com que me debatia naquele momento, a transferência de departamento se justificava pela necessidade de trabalhar mais diretamente com questões conceituais da ciência política, empenhado em resolver o que considerava deficiências de formação de um cientista político que não vinha dos cursos de ciências sociais e, portanto, não detinha conhecimentos básicos de sociologia e mesmo de teoria política. O curso de Ciências Sociais, ainda novo, discutia sua primeira reforma curricular, interessado principalmente no fortalecimento das áreas de sociologia e ciência política, pois seu início se dera a partir de um núcleo forte de antropologia. Junto à professora Arleth Borges, que estava de saída para o mestrado, e a professora Maria Luisa Nabinger, que pouco tempo depois transferiu-se para Goiás, elaboramos uma estruturação de área que, em termos gerais, centrava-se na discussão sobre a especificidade do poder político (ciência política I), o debate clássico sobre estado (II), o estudo dos regimes políticos (III) e teorias contemporâneas do estado (IV). Completava o quadro, uma disciplina voltada para a “análise da política brasileira”, nome esquisito que vinha do currículo anterior e foi mantido.

Apesar de, ao longo dos anos, ter ministrado todas as cadeiras da área de política, num quadro às vezes bastante problemático de falta de professores, numa primeira fase trabalhei principalmente com teoria política

clássica (os contratualistas em seus diferentes matizes e a concepção marxista clássica) e com política brasileira. Em ambos os casos, trazia ganchos e percepções que vinham dos cursos ministrados no Departamento de História, onde durante anos lecionei as disciplinas de História Moderna II, com ênfase quase total nos processos de construção do estado absolutista na Europa ocidental; de História Contemporânea II, voltada para a análise da ampliação da participação política no início do século XX e os conflitos daí resultantes, as guerras, a revolução socialista, a ascensão do nazismo, a construção das democracias ocidentais do pós-guerra; História do Brasil IV, basicamente uma análise econômica e política sobre o Brasil pós-64. Foram anos discutindo, de um lado, Hobbes, Locke, Rousseau, Marx, numa preocupação com as teorias sobre formação do estado moderno; de outro, o debate da política brasileira, em suas franjas mais conceituais, envolvendo autores e períodos distintos (Nunes Leal, Faoro, Wanderley Guilherme dos Santos, Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins, Simon Schwartzman, Francisco Weffort, Guillermo O'Donnell, estavam entre os autores mais utilizados). Apesar do envolvimento entusiasmado com a leitura dos clássicos da política, o Brasil e todo o diferencial que traz em relação aos países centrais seria o verdadeiro laboratório do pensamento, quando outras experiências ocasionariam um afastamento das temáticas da ciência política.

Logo no início do trabalho no DESOC, passei a integrar, junto com os professores Marcelo Carneiro e Horácio Antunes, a tutoria colegiada do Programa Especial de Treinamento (PET), do curso de Ciências Sociais, em 1995. Foi a primeira de três experiências marcantes vividas nestes dezessete anos e merece uma observação mais detida.

Internamente, primamos por uma liberdade total, as sugestões vinham de todos os lados. Definimos que trabalharíamos privilegiando uma temática ampla para ser desdobrada em todo o ciclo da tutoria. Horácio teve a sensibilidade de sugerir o tema da modernidade e ainda o livro pelo qual deveríamos começar a discussão: *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*, o já clássico livro de Marshall Berman do início da década de 80, traduzido no Brasil em 86. Tanto o tema geral como o livro foram sugestões que se mostrariam extremamente felizes. Pensamos a orientação básica mais ou menos da seguinte forma: no primeiro semestre a leitura do Berman, no segundo a modernidade vista pela ótica de dois clássicos (Marx e Weber), no terceiro a Escola de Frankfurt e no último uma introdução ao debate sobre pós-modernidade. O que inicialmente foi pensado para dois anos, logo se verificou que precisaria do dobro. E foi realizado realmente em quatro anos. Tivemos a sorte de contar com uma ótima turma de bolsistas, Cláudio, Rosane, Valdenira, Madian, Cíntia, Carla, Ruthiane, Kátiane, Claudinês, Inaldo, esses mais ou menos os que desenvolveram a discussão do Berman até os frankfurtianos; posteriormente, entraram Adriano, Márcio, Gamaliel, Léa, o pessoal que pegou a discussão da pós-modernidade.

Os primeiro momento importante foi a leitura fascinante do Berman, uma discussão sobre a modernidade recuperando a visão do turbilhão, da revolução permanente, que pega magistralmente em Marx para perceber um conceito subterrâneo de revolução por sob o enredo conhecido do conflito entre classes. Ali já foi ficando clara a riqueza da temática e, como a primeira via escolhida nos levava também para a literatura, começamos logo a sair de uma discussão mais cerrada nas ciências sociais. O que se anunciou no primeiro semestre, no entanto, só deslancharia mesmo no ano de 96, quando nos batemos com Walter Benjamin, principalmente, e Adorno e Horkheimer. Fizemos um estranho caminho inverso, depois elogiado pelo prof. Ernani Chaves, da UFPA, que nos brindaria com curso de praticamente um mês, começando pela leitura do primeiro ensaio constante da *Dialética do Esclarecimento* (O Conceito de Esclarecimento), para colocar a questão mais ampla da crítica da modernidade enquanto uma crítica ainda feita a partir da razão e não a partir do mito ou do inconsciente, mas de uma razão crítica. A leitura desse texto foi acompanhada de *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, de Horkheimer e de um texto de Adorno sobre progresso. Depois é que passamos para Walter Benjamin, começando pelo *O Narrador* e pelas *Teses sobre o Conceito de História*, caindo então direto em *A Paris do Segundo Império em Baudelaire*.

Foi um choque. Provavelmente a coisa mais fascinante que li na vida. Sem nenhuma leitura prévia de Benjamin, cair ali é cair no abismo. Escrita imagética, feita em grande parte com roubos, fragmentos de livros, um mosaico intrincado, para nós naquele momento totalmente incógnito, mas de uma beleza instigante. Começa situando Baudelaire no âmbito da boemia parisiense, camada difusa, onde se mistura de tudo, morada dos conspiradores profissionais, passa por citações de Marx, evoca a figura de Blanqui e, de repente, está falando dos trapeiros, do vinho tomado nas tavernas, através da poesia de Baudelaire. Eram blocos imagéticos, sem explicações, teorizações, hipóteses, em suma, uma coisa direta. Como ele mesmo dizia, nada havia a demonstrar, mas a mostrar. O intrincado de temas que ali se escondiam e nos surpreendiam, alimentado pelas discussões com comentadores, que sempre utilizamos bastante (Gagnebin, Rouanet, Willi Bolle, Olgária Matos e outros), deixaram uma marca benjaminiana em alguns dos que viveram aquela experiência. Ernani Chaves, professor de filosofia da UFPA, é um dos grandes conhecedores de Benjamin no Brasil e durante três semanas discutiu pormenorizadamente o texto por nós escolhido, *A Paris do Segundo Império em Baudelaire*, envolvendo os escritos daquele momento (a partir de meados dos anos trinta até a morte em 1940), como *A Obra de Arte na Era da Reprodutibilidade Técnica*, onde a questão dos instantâneos da modernidade, o jornal, a fotografia, o cinema, são discutidos e servem

de modelo para a escrita de Benjamin. Por fim, fizemos um volume dos Cadernos do PET intitulado *Raizão, História e Modernidade*, com textos dos bolsistas, a maioria sobre Benjamin e alguma coisa de Adorno e Horkheimer. Ernani fez a apresentação, onde afirmou ser aquela a primeira coletânea de textos sobre Benjamin publicada no norte do Brasil.

Em seguida, passamos o ano de 97 batendo cabeça com Habermas, principalmente *O Discurso Filosófico da Modernidade*, mas também outros escritos, alguns capítulos de *A Teoria da Ação Comunicativa* e textos de comentadores. Depois de um ano de muitas descobertas, este significou um refluxo, com um autor chato, que representava uma volta para uma discussão de filosofia mais tradicional e que não chamou a atenção de ninguém. Por outro lado, o grupo começava a sofrer modificações, os que estavam no final já se preocupavam com a monografia e deixaram mais as atividades, enquanto Horácio se preparava para cursar o doutorado, o que faria a partir do ano seguinte.

Ainda teríamos outro momento interessante no ano de 98 com a discussão sobre pós-modernidade. Basicamente uma leitura de Lyotard (*A Condição Pós-Moderna*), Baudrillard (capítulos de *A Troca Simbólica e a Morte, Simulacros e Simulação* e *A Sombra das Maiorias Silenciosas*) e Jameson (*Pós-Modernismo: a lógica cultural*

do capitalismo tardio). Misturamos isto com dois curtos romances da pesada, *Estorvo* (Chico Buarque) e *Teatro* (Bernardo Carvalho), e dois ensaios sobre a crise do mundo moderno, um focando pelo lado das novas formas da violência (Enzensberger – *Guerra Civil*), outro pela questão da mercadoria (Kurz – *O Colapso da Modernização*). Uma salada e uma trabalhadeira. Em todos esses autores, novas descobertas, todo um mundo feito de implosão se descortinava. Fim do domínio da ciência, necessidade de revirar e, sobretudo, misturar os códigos. Não se tratava mais de filosofia, sociologia, antropologia, psicologia, história, era tudo totalmente misturado. Os debates não tiveram a densidade nem os resultados do encontro com Benjamin e os frankfurtianos, mas ainda assim fizemos o volume dos Cadernos do PET correspondente à discussão, intitulado *Cultura Pós-Moderna*. Curiosamente, o texto que sempre me pareceu mais interessante neste volume era de um aluno do curso, mas que não era bolsista do PET, o saudoso amigo Flávio Pereira, sobre violência entre galeras. Anos depois, ele morreria vítima da violência de um policial civil após uma discussão no trânsito.

A importância do que fazíamos estava ligada ao fato de serem autores não tão comuns nas ciências sociais, principalmente aqui. Isso ocasiona-

va dificuldades, mas era uma exploração para nós totalmente nova e servia como motor para superar as enormes deficiências. Naquele momento, realmente radicalizei, parecia que todo o ramerrão das ciências sociais, os conceitos mais conhecidos, as formas consagradas etc., não serviam mais para nada. Por outro lado, gerava certa incompreensão surda de alguns colegas, pois parecia que enveredávamos para o campo da filosofia, quando na verdade abria-se todo um caminho de misturas, de perda das certezas acumuladas. Por esse tempo também me envolvi com a psicanálise e tudo estava muito potencializado, outro tipo de discurso, outras categorias. Em suma, a experiência de leituras do PET foi uma porta que me permitiu sair do casulo da ciência política em que estava instalado. Outras atividades faziam parte da programação. O Cine Pet, por exemplo, durante o ano de 1998 foi totalmente articulado à discussão da pós modernidade, com a exibição de filmes como *Crash* (Cronenberg), *A Estrada Perdida* (D.Lynch), *O Ódio* (Kassovitz), *Denise Está Chamando* e outros. Acho que o PET é um programa que deve ser explorado acima de tudo para um conhecimento por fora da estrutura curricular, temas e autores que permitam um olhar mais amplo, transversal, sobre os processos. Nesse sentido, a experiência teve pleno êxito.

É claro que isso tudo estava causando um impacto sobre a minha forma de encarar as disciplinas. Mais ou menos entre 1996 e 2004 vivi o auge da recusa da ciência política. Nas cadeiras de teoria política o quadro era mais ou menos este: quando trabalhava com teoria política clássica a ênfase era no conceito de soberania, que percebia estar em franca crise no mundo que se construía e com toda a discussão em curso sobre globalização; quando ministrava a cadeira correspondente a regimes políticos, a discussão da democracia como método (Bobbio) ou a ênfase nos dois vetores que formam a poliarquia (competição e participação), nos termos definidos por Robert Dahl, também já se mostravam totalmente insuficientes ante um esvaziamento dos espaços institucionais e a esterilização dos processos eleitorais. Em suma, havia um indisfarçável mal-estar, que se tornaria com o tempo cada vez mais acentuado, pois o professor já não acreditava no que estava falando. Na disciplina de política brasileira, no entanto, comecei a experimentar, sair dos autores da ciência política e utilizar antropólogos (Da Matta, Alba Zaluar), literatos (Machado de Assis, Mário de Andrade, Guimarães Rosa, Nelson Rodrigues, Rubem Fonseca, Marçal Aquino), filósofos (Renato Janine Ribeiro, Marilena Chauí, Paulo Arantes), críticos literários (Antonio Cândido, Roberto Schwarz), críticos de cinema (Ismail Xavier), textos jornalísticos (Zuenir Ventura, Caco Barcelos), crônicas

(Arnaldo Jabor) e por aí afora, tirando o foco da construção de processos institucionais e voltando a atenção para os modos de agir, como o jeitinho e a violência. Continuava lá a referência do patrimonialismo, que trazia de longe, mas agora por outra forma de leitura, onde o particularismo e a interpenetração entre público e privado deixavam de ser simplesmente demonizados como desvio de uma política efetivamente representativa existente nos países centrais, fruto de determinados traços da formação política, e passavam a ser encarados como produto de características sociais e culturais mais amplas. As figuras do “malandro”, do “medalhão” e do “canalha” rodrigueano vinham para o centro da cena para ajudar a pensar o favor, o clientelismo, a corrupção, a violência e a verdadeira sanção social do autoritarismo, tão entranhadas em nosso processo político, para além das discussões sobre os regimes, as estruturas estatais, os sistemas partidários etc. que tanta importância tiveram em minha formação. Se a literatura utilizada nesse curso tornou-se completamente inesperada para os padrões de onde vinha, ainda ficava potencializada pelo vínculo que começava a desenvolver com o cinema brasileiro dos anos 60 e início dos 70, em especial alguns diretores muito utilizados (Nelson Pereira dos Santos, Glauber Rocha, Rogério Sganzerla, Arnaldo Jabor). O envolvimento com o cinema é o segundo dos grandes momentos a que me referi e merecerá um comentário à parte.

Saindo do PET em 1999, os ganhos com a descoberta de novos autores, outros problemas e toda a disposição para misturar, teriam um canal de vazão nas disciplinas optativas do curso de ciências sociais, onde encontrei liberdade para desenvolver cursos sobre Baudrillard e Walter Benjamin, na disciplina Leitura e Análise em Teoria Sociológica e utilizar a cadeira de Tópicos Especiais em Ciências Sociais, para montar cursos sobre história da música popular no Brasil, sobre cinema brasileiro e sobre futebol, temáticas no mínimo surpreendentes para um “cientista político”.

Baudrillard era meu gancho principal com a discussão sobre pós-modernidade, por mais que ele mesmo nunca tenha usado o termo e nem se considerasse como tal. Mas a questão era a crise das categorias fundamentais que tentavam apreender a experiência da modernidade. A fase mais estimulante de Baudrillard foi a da reflexão sobre a “ordem dos simulacros”, da constituição da hiper-realidade, que apontava para a crise do sistema da representação e das dicotomias que marcaram o pensamento moderno (natureza/cultura, aparência/essência, público/privado, consciente/inconsciente etc.) e o da constituição da massa como “maioria silenciosa”, espécie de buraco negro capaz de absorver qualquer sentido, resistente a qualquer forma de organização social. O abismo do sentido e o reconhecimento da falência dos poderes e dos saberes me fascinava em Baudrillard, além daquela faceta de impostor que ele sempre cultivou, embaralhando o conhecimento numa recusa anárquica do falido pensamento moderno do especialista.

Benjamin, a outra influência teórica herdada do PET, seria uma história mais longa. Ministrei três cursos sobre ele entre 2000 e 2008, sempre girando em torno da questão da degradação da experiência na modernidade, dos choques do espaço urbano e tudo o que implicava de fragmentação das atividades do cotidiano. Na verdade, uma perseguição constante do texto *A Paris do Segundo Império em Baudelaire* e do enigma fascinante que é o trabalho incompleto sobre as passagens parisienses. Mas, no decorrer dos anos, é claro, a visão foi se tornando mais complexa, mobilizando mais elementos para dar conta daquele texto central, principalmente vias que permitissem adentrar sua composição, seu método. Assim, se a preocupação com o cinema e a fotografia esteve presente desde o início, por exemplo, foi só no último desses cursos, no primeiro semestre de 2008, que houve uma articulação maior com o tema das vanguardas, numa incursão sobre as correntes modernistas do início do século. Benjamin sempre representou uma inspiração para a força do escrito curto, do fragmento e da composição nos moldes da colagem dos dadaístas, da “linguagem de prontidão” do jornal e do rádio, como em *Rua de Mão-Única*, ou em quadros imagéticos, como no “ensaio cinematográfico” que constitui *A Paris do Segundo Império em Baudelaire*. A recusa do sentido acabado, da problemática explicitada, da hierarquia dos conceitos com seus graus de abstração e o envolvimento com a forma, com o ritmo, com o inacabado, eram o contrário

de tudo a que estava acostumado e me fascinavam cada vez mais. Na segunda vez em que o curso estava sendo ministrado, no primeiro semestre de 2006, consegui reunir outros apreciadores seus aqui da UFMA num seminário de três dias intitulado Walter Benjamin: Filosofia da História, Filosofia da Linguagem, Teoria da Cultura, contando com a participação dos professores Flávio Soares (departamento de História), Junerlei Dias Moraes (departamento de comunicação), Luís Inácio Oliveira (ainda no departamento de direito, hoje na filosofia), Marcelo Antunes e William Coelho (departamento de filosofia). Benjamin permaneceria como fonte primordial para o tratamento da questão da modernidade e da metrópole e seria a chave, junto com capítulos do livro de Berman, para os cursos de sociologia que passei a ministrar de forma esporádica desde 2001, de acordo com necessidades do departamento. No fundo, já não tinha mais especialidade, trajeto que se aprofundaria durante toda a década.

Em 2001 montava um curso sobre história da música popular no Brasil, que seria ministrado uma segunda vez em 2003. Na verdade, já havia passado por uma experiência dois anos antes com a disciplina cultura brasileira para o curso de ciências sociais, num momento em que a antropologia, área desta disciplina na divisão do departamento, não tinha condições de garantir a oferta e, como se tratava de uma disciplina do curso, era considerada prioritária. Aceitei alegremente a incumbên-

cia, montando um programa que saía do viés antropológico que sempre foi sua tônica e enfocou a discussão sobre formação da identidade através da música popular na primeira metade do século e do cinema nos anos 60, justamente os dois caminhos que desdobraria em disciplinas independentes num lento e contínuo processo. Em suma, caía na cultura de massa, mas não numa perspectiva “sociológica”, não estava interessado em levar conceitos para aquele campo em que me aventurava, mas justamente em utilizar o mergulho naquele universo para potencializar a perda das certezas. Não tinha nenhum medo em abdicar das “regras do método” e me deixar levar pelas emoções e intuições que o espaço da estética propiciava. Para os alunos foi uma festa, estávamos lá ouvindo música, falando de choro, de maxixe, de samba, de bossa nova e tropicalismo, discutindo nossos hibridismos e momentos antropofágicos, com a moçada apresentando trabalhos sobre Pixinguinha, Noel Rosa, Carmen Miranda, Tom Jobim, Caetano, em suma, uma alegria e muita descoberta. Sempre fui um ouvinte compulsivo, da música brasileira entre tantas coisas mais, e também fui juntando algum material sobre o tema ao longo de anos, de maneira que tínhamos um bom leque de livros e discos à nossa disposição. Tipo de curso por outro lado exaustivo, pois é fundamental o mergulho nas biografias para recolher informações, o que requer tempo e termina tudo numa correria infernal.

Com o cinema a coisa foi ainda mais intensa nos dois cursos montados em 2000 e 2004. O primeiro centrava-se na construção da ideia de Brasil nas obras de Nelson Pereira dos Santos, Glauber Rocha e Arnaldo Jabor, discutindo a obsessão dos três cineastas com a identidade nacional como um traço da formação do cinema brasileiro. No segundo, já sob o impacto transformador do cinema marginal, utilizei alguns momentos da filmografia de Glauber Rocha, Rogério Sganzerla e Júlio Bressane para uma discussão sobre simulacro no cinema brasileiro. Colocado fora do sistema da representação, o simulacro é imagem sem semelhança, cujo referente escapa, porta que os três diretores usaram para fazer um cinema de associações múltiplas e rarefeitas, explodindo os limites da forma e da narrativa. Nisto o contato com as formas fragmentárias e debochadas deste cinema se cruzava com as preocupações paralelas do meu interesse em Walter Benjamin, por exemplo. Estava em pleno campo de experimentação sobre uma elaboração que era a do estilhaçamento do Brasil, pois frente a *Terra em Transe* (e muito mais ainda *A Idade da Terra*), *O Bandido da Luz Vermelha*, *O Anjo Nasceu*, *O Rei do Baralho*, o velho debate da formação, caro ao pensamento brasileiro, subitamente envelhecia, era posto de ponta-cabeça ou virado pelo avesso.

Através do cinema lentamente diminuiu a barreira da escrita que se estabeleceu depois do distanciamento da política. Precisava reaprender a escrever, aprender a narrar

e a raciocinar de outra maneira, por fora do velho cânone racionalista em que fora formado. O cinema me ajudaria através de pequenos textos escritos sempre durante as férias, a partir do final de 2001. Começou com Glauber Rocha: violência e desrazão, quando utilizei pela primeira vez a técnica de apropriação de falas dos personagens e recriação de cenas de forma a sugerir a ação, de tal maneira que o texto mais apresenta e sugere relações (ou mesmo deturpações que a colagem possibilita) do que explica. Chega, no entanto, a um ponto no mínimo provocante no debate existente sobre a obra de Glauber Rocha. Enquanto a obsessão de Glauber pelo Brasil e o terceiro mundo se aprofundava nos inflamados discursos nacionalistas, esteticamente ele mergulhava na verdade na dissolução dessas representações. Se no último filme, *A Idade da Terra*, isso tudo está mais claro, o mesmo não podemos dizer de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, mas é exatamente o que o texto propõe ao analisar a violência de maneira fragmentária em torno de Corisco, Antonio das Mortes e o beato Sebastião, deixando de lado propositadamente a figura do vaqueiro Manoel, o centro mais comum das análises e que dá um sentido ao filme, uma razão para aquela violência, abrindo para a possibilidade de sua superação, processo geralmente identificado na carreira do final que aponta para o mar. Por outro lado, o método de roubar falas dos personagens e operar colagens entrelaçadas com comentários que também se interpenetram com a matéria narrada de forma a

obscurecer a distinção entre sujeito e objeto, marcava a escolha de um caminho meio errante, onde o elemento estético puxava o encadeamento de ideias. A chave estava em encontrar o ritmo que pudesse sugerir alguma semelhança com o original. A partir daí, na colagem das situações operava-se a escolha do ângulo de observação (ou da deturpação). O artigo não surgiu com nenhuma problemática definida, por mais que no final esta fosse perfeitamente perceptível e estava apoiado na descrição de cenas, que podiam causar um gosto na leitura, mas também certo mal-estar, expresso de maneira emblemática na indignação de um parecerista da *Ciências Humanas em Revista*, uma publicação do CCH, com a falta de “critérios científicos” de um texto feito em grande parte com a transcrição de falas alheias. Via um defeito onde estava justo o ponto que me parecia interessante e acertava ao dizer que aquilo não era “ciência”. O artigo terminaria saindo na revista por insistência do editor, mas era um tipo de ensaio difícil de definir. Com o tempo, surgiram mais três desses pequenos ensaios sobre Júlio Bressane (Os Crimes Sem Castigo de Júlio Bressane; Júlio Bressane Apresenta: Grande Otelo em O Rei do Barulho O Rei do Caralho; Brás Cubas: Machado e Bressane) e um sobre Sganzerla (Rogério Sganzerla e a Estética da Avacalhação), que compõem o livro *Cenas Marginais: fragmentos de Glauber, Sganzerla e Bressane*, lançado em 2005, com recursos próprios.

Tinha passado ao todo três anos “brincando” com esses ensaios, conhecendo a bibliografia, revendo os filmes, fixando trechos. Às vezes, como aconteceu com *O Bandido da Luz Vermelha* e *O Rei do Barulho*, o ritmo não aparecia, o texto tomava uma forma caricata e saía só meses depois da primeira tentativa. O problema não era bem encontrar o que dizer, mas como dizer, o que influía diretamente no entendimento dos temas em questão. No caso do primeiro, a dificuldade era dar forma para a multiplicidade de vozes do filme, que comporta narradores, diálogos, pensamentos em off, letreiros, ou seja, como conseguir passar a simultaneidade para o texto. O ensaio mais complexo, no qual esse experimento de imersão subjetiva no objeto chega ao limite, foi o relativo à transcrição efetuada por Bressane em Brás Cubas, seu primeiro filme fruto da “tradução de signos alheios”. Bressane conseguiu captar o fragmentarismo da obra, baseada como se sabe nas lembranças de um defunto, jogou com a condensação dos capítulos, trabalhou com diálogos quase literais e ao mesmo tempo produziu um estranho Brás Cubas. Coloquei então o filme no formato geral do livro e a correspondência entre a forma de um e de outro clarificou a composição interna daquele mosaico, revelando como Bressane se apropriou do discurso de Machado. Ler este texto é perceber a luta com a questão da forma, colocada nele próprio como uma terceira camada que se põe entre a de Machado e a de Bressane.

Por esse tempo também já havia deixado de ministrar a disciplina de teoria política clássica e passava a trabalhar com a cadeira de teoria política contemporânea. A esta altura não conseguiria mais fazer ciência política em sentido estrito. Na verdade, já tinha mesmo perdido o contato com esse universo, simplesmente não me interessava mais. Passei, então, a trabalhar uma mistura com Foucault e o conceito de biopoder, Guy Debord e o conceito de espetáculo, e o recente Império, de Negri e Hardt, com o conceito de soberania imperial. Era uma forma de pensar as metamorfoses dos poderes e da dominação na contemporaneidade, através de autores que não utilizavam o instrumental clássico das análises políticas. Debord me chegou na esteira das discussões sobre imagem e simulacro e recolocou com força a discussão da mercadoria, que já havia me fascinado através do raciocínio de Kurz sobre o sistema mundial produtor de mercadorias no provocante *O Colapso da Modernização*. Utilizaria *A Sociedade do Espetáculo* também em várias disciplinas de teoria política para o curso de comunicação. Foucault foi principalmente o de 1975/76, com as pesquisas de *Vigiar e Punir*, onde aparece a discussão dos poderes disciplinares e o desdobramento nas análises do primeiro volume da *História da Sexualidade* e do curso do Collège de France, intitulado *Em Defesa da Sociedade*, onde aparece a ideia de biopoder, como um tipo que se ocupa

dos fenômenos próprios da vida, cuja referência não é mais o corpo individual e sim a população. *Império* foi um livro muito provocante e que debati intensamente. Os autores buscavam recolocar o conceito de soberania, mas agora não em sua forma moderna, nacional, mas em uma forma nova, imperial. Um tipo novo de soberania, desterritorializada, em espaço aberto e justamente adequada à sociedade de controle, nos termos postos por Deleuze a partir de Foucault, a sociedade capaz de efetivar o domínio do biopoder, um domínio direto, sem mediação. Para quem lutava há anos com a crise da noção de soberania, mas não aceitava simplesmente que o mercado, palavra mágica neste período, fosse a saída em curso, era um raciocínio no mínimo provocante, que me lançava de volta à discussão política, já agora livre da obsessão com a especificidade do político, pois a importância disso tinha diminuído muito. Tratava-se então de uma reflexão não sobre a política e sim que passava também por ela. A mistura e a experimentação antes restritas ao Brasil chegavam também às cadeiras de teoria, de forma que me sentia cada vez mais livre da ciência política.

Claro que esses autores não estavam apostando nenhuma ficha na balela do discurso das democracias ocidentais, que apareceria como ideologia vitoriosa com a queda do muro em 1989. O que eles viam eram formas mais intensas de dominação, a diluição da de-

mocracia nas redes da espetacularização e da publicidade, embalada pelo festival da mercadoria dominando o mundo. A disciplina referente aos regimes políticos, que ainda algumas vezes voltei a ministrar, também sofreu alterações por conta dessas novas percepções adquiridas sobre a discussão do poder e da dominação contemporâneos e aí o grande achado foi o livro de Domenico Losurdo, *Democracia ou Bonapartismo*, onde a ideia é do triunfo do estado de exceção no século vinte sob a forma de um bonapartismo atlântico, cuja matriz, na verdade norte-americana, apontava para um esvaziamento do legislativo em prol de um executivo fortalecido. Na análise de Losurdo, um filósofo italiano, o vaticínio de Marx no Dezoito de Brumário, de que a burguesia estaria fadada a viver sob o regime de exceção, a verdadeira parteira da ordem constitucional, se confirmava através de uma leitura muito interessante dos mecanismos centralizadores presentes na Constituição americana, completamente inspirados no instituto da ditadura previsto na república romana. As coisas se juntavam, a sociedade de controle tinha uma forma de soberania tendente à desterritorialização e se expressa num tipo de regime que apaga a distinção moderna entre democracia e autoritarismo. A legitimidade desse tipo de dominação passa diretamente pela linguagem, pelos códigos impostos no próprio sistema produtivo e pelo complexo de comunicação e publicidade. Se-

guindo essas preocupações, cheguei a ministrar uma disciplina optativa sobre mídia e política, tendo como eixo as discussões em torno das transformações da esfera pública, com influência dos conhecidos textos de Habermas sobre a questão e chegando às implicações da internet, mas foi uma disciplina sem resultados ou continuidade. A questão das relações entre mídias e poderes, entre corporações e produção de subjetividades continuou sendo central e me aproximei de autores como Ignácio Ramonet (*A Tirania da Comunicação*) e Eugênio Bucci (*Videologias*), além de clássicos, como Walter Lippmann (*Opinião Pública*). Essas discussões me possibilitariam um momento de muita alegria ao participar de uma mesa-redonda com Flávio Soares e Paulo Arantes sobre o livro *Extinção*, deste último, na programação do Encontro Humanístico de 2008, um conjunto de artigos que é uma crítica radical do estado de exceção atual.

No primeiro semestre de 2007 realizei outra daquelas disciplinas optativas que eram acalentadas durante um bom tempo, necessário para a garimpagem e seleção de material, mais um Tópicos Especiais em Ciências Sociais, que propunha desta feita uma discussão sobre as características distintivas do esporte moderno a partir do final do século XIX, com ênfase total no maior esporte de massas, o futebol. Terminou sendo um mergulho na análise do futebol brasileiro, sua história e sua expressão simbólica

no cotidiano e na formação da identidade nacional. Mais uma daquelas experiências com muita leitura de biografias e trabalhos jornalísticos, quase sempre mais interessantes que os crescentes trabalhos acadêmicos sobre o tema. Somando-se aos da música popular e do cinema, temos um conjunto de disciplinas voltadas para a análise do Brasil, o terreno em que sempre me senti mais à vontade para experimentar, agora pelo lado da cultura, recusando, no entanto, qualquer redução a uma perspectiva de área de estudos, do tipo sociologia do cinema, antropologia visual, sociologia do esporte etc. A aposta sempre foi a imersão nos campos respectivos para estabelecer um diálogo, buscando apreender formas e possibilidades para além das referências que possuía, vindas principalmente da história e da ciência política.

Foi também no início de 2007 que se deu a publicação de *Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão*, outra vez pequena tiragem feita com recursos próprios. Já há algum tempo vinha ruminando a necessidade de voltar a este trabalho, que tinha ficado à margem no decorrer dos anos. A oportunidade se deu no bojo do processo eleitoral que culminaria com a vitória de Jackson Lago contra Roseana Sarney, em 2006 e toda a festa em torno do fim da “última oligarquia do Brasil”. Eram tão evidentes os vínculos daquela vitória com a estrutura de poder via

o governador dissidente José Reinaldo, que resolveu rever o velho texto, pois continuavam raciocinando em termos puramente do grupo político e nunca do funcionamento da estrutura de poder. Se o argumento da formação da estrutura oligárquica tinha alguma validade, a partida continuaria sendo jogada no âmbito decisivo da mediação com os poderes federais e ali Sarney continuava forte, como está no texto do prefácio, escrito em janeiro do mesmo ano, depois de quase quatro meses de um trabalho de revisão e ampliação, com a incorporação de trechos de relatórios descartados na versão defendida quinze anos antes.

O resultado pareceu melhor e a acolhida foi boa, a discussão ali proposta sobre a gênese e a dinâmica das crises intraoligárquicas mantinha sua força para compreender os processos em curso. Dois anos depois, com a deposição de Jackson Lago por decisão do TSE, escrevi meu primeiro artigo para jornal sobre política, intitulado *O Nó-Cego da Política Maranhense*, apoiado nesta antiga compreensão da estrutura oligárquica e recuperando a linhagem de intervenções brancas desde a crise de 1909, passando pela de 1935 e a de 1951. No mesmo ano de 2009 voltaria ao tema, através de outro artigo comentando um texto de Wagner Cabral acerca da “cultura da libertação” dentro da estratégia política das oposições. O nome do artigo *A Política do Engodo e o Engodo da Política* apontava para a crítica

das posturas (ou imposturas) que estavam colocadas um ano antes do pleito e criticava o script já estabelecido de antemão, com os apeados do poder tentando reativar o discurso da libertação, os antigos falando em desenvolvimento, alimentados pela articulação de Sarney com a sustentação do governo no Congresso e o então deputado federal Flávio Dino correndo por fora, mas com dificuldade de articular um discurso acentuadamente pró-Lula com uma posição anti-Sarney. Ainda que ele não tenha cedido à pressão do governo federal e chegado a uma via de compromisso, como pensei na ocasião, os desdobramentos do processo eleitoral mostraram a dificuldade de se colocar frente à máquina estadual e federal sem fazer crítica alguma ao esquema de sustentação desenhado por Lula. A publicação com uma versão melhorada e as intervenções no debate político, pautadas quase exclusivamente naquelas antigas percepções, coroavam um esforço de pesquisa até então incompreendido em seu alcance interpretativo mais amplo. Até hoje, no entanto, acho que as indicações ali existentes sobre relações entre o alto comércio e o estado, vistas principalmente através da documentação da Associação Comercial, o jogo da intermediação entre interesses privados e política, analisado no festival de isenções, favores e incentivos particularizados inscritos nos orçamentos, ainda não foram apreciadas.

Durante a década escrevi alguns artigos, pequenas intervenções, quase todos publicados na imprensa local, dentre os quais ressalto os cinco realizados entre 2001 e 2007 acerca do debate sobre a fundação de São Luís, aberto com a publicação do ensaio *A Fundação Francesa de São Luís e Seus Mitos*, da professora Maria de Lourdes Lauande Lacroix. Trata-se de uma percepção sagaz sobre a criação de uma tradição recente, construída na gama de representações que se adensavam desde o final do século XIX sobre a identidade regional, puxada pelos intelectuais que se intitulavam Os Novos Atenienses, grosso modo, o mesmo grupo que formaria em 1908 a Academia Maranhense de Letras. Observando uma modificação na leitura da história, a professora indicou como a fundação da cidade, até então compreendida pelos cronistas e historiadores como portuguesa, fruto das ações de Jerônimo de Albuquerque tomadas por determinação da Coroa, desloca-se para a ênfase nos ritos de posse dos franceses, construindo-se a partir daí um vínculo de identidade que se constituiria como nosso mito fundador. As implicações eram amplas e o debate com intelectuais da Academia Maranhense de Letras e historiadores tradicionais não tardou. A universidade, atolada na inépcia olímpica de sempre, ficou alheia, como se tudo não passasse de uma grande bobagem, quando o problema tocava em questões cruciais referentes à historiografia e aos ritos de construção da memória social.

Historiadores e antropólogos fizeram caras e bocas, mas parecem não ter compreendido nada. A discussão desta questão significou uma maneira de voltar lenta e violentamente ao debate sobre o Maranhão, bastante excluído das minhas preocupações desde a aventura do PET, o envolvimento com a psicanálise e depois o cinema. A professora Maria de Lourdes Lauande Lacroix teve importância decisiva em minha trajetória, desde quando fui seu aluno e monitor na inesquecível cadeira de História Contemporânea, nos idos de 1983. Dona de uma escrita leve, ela mudou minha redação, livrando-a dos rebuscamentos excessivos, das inúmeras frases intercaladas e toda uma série de cacoetes que sobrecarregavam o texto e dificultavam a compreensão. Estes artigos e outros, passando pela literatura, pelo cinema, pela música e mesmo dois escritos dos tempos da Escola de Psicanálise do Maranhão (1999/2000), estão reunidos no volume intitulado *Guerrilhas*, cuja versão ainda em forma de modelo acompanhou este memorial.

O terceiro dos momentos por mim destacados aconteceu em 2010 e iniciou por acaso. Numa assembleia departamental vi que estava sendo aprovado um projeto de extensão sobre contracultura coordenado pelo professor Claudio Zannoni. Corri o olho pela proposta e percebi que previa um curso sobre história do rock, com início imediato. Não pensei

duas vezes e, mesmo de maneira informal, sem contagem de carga horária, embarquei na viagem e durante um ano li de maneira sôfrega livros sobre rock, vasculhando a internet e, principalmente, fazendo um trabalho de audição radical, toda uma gama de grupos e estilos que marcaram muito minha vida e a relação com a música. Na divisão de tarefas, fiquei encarregado de falar sobre Bob Dylan, Rolling Stones, Frank Zappa, Soft Machine, progressivo alemão, francês e brasileiro, o movimento Rock in Opposition, o punk, o noise, a plunderphonia. Foi um prazer indescritível, mesmo para quem já havia vibrado tanto com a música popular e o cinema. Ouvir música para mim sempre foi uma atividade básica, quase uma necessidade fisiológica. Nunca soube ao certo se é mesmo mais importante do que o hábito da leitura, também arraigado, mas, preguiçoso contumaz, o mundo dos sons me é mais conhecido que o mundo dos livros. A raiz de tudo esteve no rock, descoberto na adolescência, em meados dos anos 70. Depois vieram a música popular brasileira, a música clássica, o jazz, a música contemporânea, mas o rock sempre esteve presente. Por outro lado, um trabalho que vem sendo acalentado há anos em meus sonhos diz respeito à música aqui desenvolvida na década de 70 por jovens compositores interessados nos ritmos e tradições locais, mas com um tempero claramente influenciado pelos ventos libertários da contracultura, basicamente Chico Maranhão, Cesar Teixeira, Josias Sobrinho,

Sérgio Habibe, Giordano Mochel e Chico Saldanha. O Laborarte, por onde todo mundo circulou, era a maior expressão desse sentimento de misturas estéticas e liberação. A proposta do Zannoni, a quem sou grato pela acolhida entusiasmada e a camaradagem durante todo o curso, funcionou como estimulador geral e foi mais um ganho, de literatura, de percepções, na lenta caminhada rumo a esta pesquisa. Um ano rico e extenuante, numa atividade quase clandestina, aos sábados pela manhã, com poucos participantes na maior parte, mas feita com muita intensidade.

No ano de 2010 solicitei à assembleia departamental permissão para passar da área de política para a área de sociologia e o pedido foi acatado. Vindo da história, sentia que havia completado mais um ciclo e as aulas sobre política se tornavam um fardo, mesmo com todas as alterações operadas. Por outro lado, as atividades de docência sempre levaram o que tinha de melhor. Simplesmente nunca consegui conciliar as obrigações com disciplinas tão diversificadas com alguma atividade de pesquisa mais regular. Pode-se argumentar que exatamente a primeira impedia a segunda, mas era lá que estava uma possibilidade de embaralhar os códigos, sair da armadilha da especialização e como eu era de fato um refém da sala de aula, o pensamento teria que se efetuar através e apesar dela. A crise desencadeada a partir

de meados dos anos 90, conforme relatado, toda aquela gama de descobertas, veio a par com um distanciamento do mundo acadêmico, pelo menos em suas capas oficiais, com seus programas arcaicos, nichos de especialização, regras de “produtividade” e outras coisas que tratei de manter à distância. Assumi de bom grado uma “improdutividade” ou, pelo menos, um tipo de trabalho que se espalhava pelas aulas, palestras, mesas-redondas e por pequenos encontros com a escrita. Com a transferência para o conjunto de sociologia do departamento busco tão somente proteção da onda massificadora do ensino, feita sem muito critério e que tem tornado a experiência docente algo mais difícil e muitas vezes até esvaziado de sentido. Procuo guarita em uma única disciplina introdutória, como forma de diminuir o tempo gasto com preparação de aulas e poder me dedicar mais a atividades de leitura e pesquisa. Tendo chegado a este departamento com a incumbência de ajudar na formação da área de política, sem nenhuma tradição nesta universidade, o resultado sem dúvida deixa muito a desejar, pela trajetória híbrida e, às vezes, até múltipla em que me enredei. Se olharmos por outro ângulo, talvez não, mas não me cumpre dizer. Posso apenas garantir que dificilmente em outro departamento teria a possibilidade e contaria com tanta indulgência por parte dos colegas para realizá-lo.

Índice das fotografias

10	Professora Maria de Lourdes, autografando o livro <i>São Luis do Maranhão, corpo e Alma</i> .	Eduardo Cunha e Aécio Neves.	74
24	Livros publicados pela professora Maria de Lourdes Lauande Lacroix.	Posse de Dilma, em 2014.	
26	Livro <i>História da medicina em São Luis</i> .	Ex-presidentes reunidos para viagem à África, em homenagem a Nelson Mandela.	
28	Folder do seminário em homenagem ao professor Caldeira, realizado em junho de 2013 na Ufma.	Lula e as massas.	83
35	Ribamar Caldeira, em desenho da artista Marlene Barros.	Posse de Lula na Casa Civil. No detalhe, Lewandowski, presidente do STF, o ministro Teori Zavaski e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.	94
48	Wagner Cabral, professor da Ufma.	Posse dos ministros de Michel Temer, em 2016.	97
61	Lançamento da pedra fundamental da Refinaria Premium, antes da eleição de 2012. O projeto seria simplesmente abandonado em 2013.	Geddel e os 51 milhões encontrados pela polícia federal.	101
	O ex-governador Jackson Lago e o atual governador Flávio Dino.	Cenas da repressão durante as manifestações de junho de 2013.	102
64	Cenas das manifestações de junho de 2013.	Cenas do filme <i>Luíses</i> .	104/122
68/69	Manifestante pula fogueira em São Paulo. No detalhe, a repressão policial. Junho de 2013.	O poeta Celso Borges.	124
		Fotos de <i>O futuro tem o coração antigo</i> .	126/132
		Capa da revista <i>Pitomba</i> , nº 5	134
		Os editores da revista <i>Pitomba</i> , Reuben, Bruno e Celso.	136

137	Revista <i>Pitomba</i> nº 1.	A partir da esquerda, Sérgio Habibe,	162
138/139	Primeiro editorial da revista <i>Pitomba</i> .	Giordano Mochel, Omar Cutrim,	
140/141	Páginas da revista, com desenho de Joacy Jamys.	Ubiratan Souza, Zezé, Beto, Valdelino, Arlindo, Marcelo, Chico Maranhão, Manuel Pacífico,	
142	Quarta capa da revista <i>Pitomba</i> nº 2.	Glória, Zé Pereira, Adler e Josias Sobrinho. A	
143	Revista <i>Pitomba</i> nº 2.	galera participou da gravação de <i>Pedra de Cantaria</i> .	
145	Revistas <i>Pitomba</i> números 3, 4 e 6. O editorial da revista nº 6.	Giordano Mochel.	163
146/147	Páginas da revista <i>Pitomba</i> .	Ricarte, entre os Chico's Maranhão e Saldanha.	166
149	Livros publicados pela editora <i>Pitomba!</i>	Livro de Bruno Azevêdo.	171
150	Uma das capas do livro <i>Baratão 66</i> .	Papete, o senhor dos ritmos.	175
151	Página 69 do <i>Baratão 66</i> .	César Teixeira põe os pingos nos i's.	176
154	Montagem com as páginas da revista <i>Pitomba</i> , nº 2.	Sérgio Habibe e Hilton Chaves.	178
155	Editorial da revista <i>Pitomba</i> .	Chico Saldanha e Josias Sobrinho.	181
156	Discos de compositores maranhenses.	Rui Mário no acordeon.	
158	Chico Maranhão, de volta à terra natal, onde organizou o tambor de crioula <i>Turma do Chiquinho</i> .	CASALOCA, o grupo e a casa. No detalhe, a capa do disco. O grupo Trincheiras toca no Sebo no Chão. No detalhe Magah, vendo-se ao fundo, Tiago Máci.	184 186

copyright 2018 Flávio Reis

Projeto gráfico: Isis Rost & Flávio Reis

Capa & Diagramação: Isis Rost

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R375r Reis, Flávio

Ruminações - cultura & política. / Flávio Reis. -
São Luís: Edição do autor, 2018.

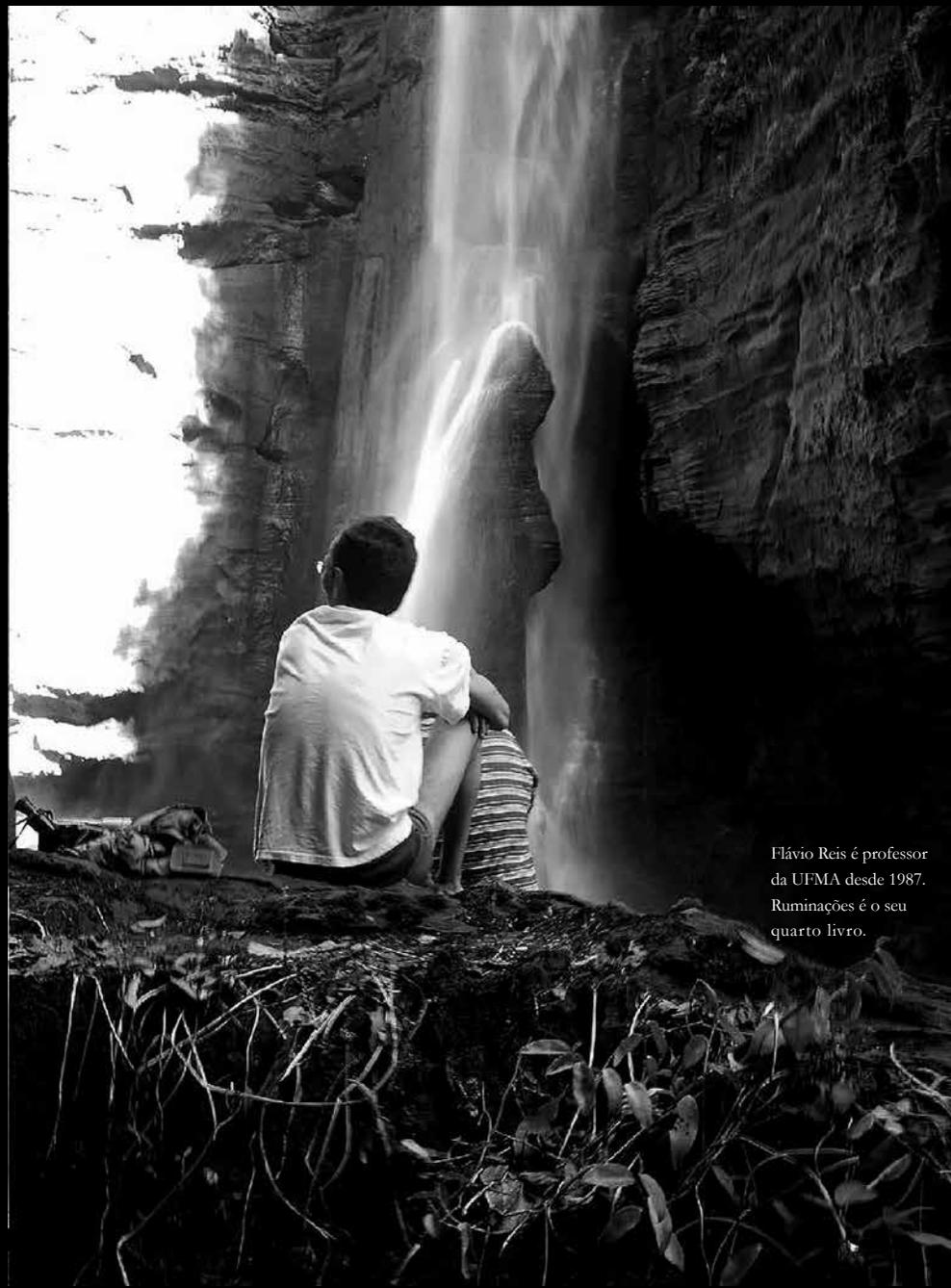
224 p.; il. 13 x 20cm

ISBN 978-85-64613-19-5

1. Maranhão - história . 2. Política brasileira.
3. São Luís - Cultura
I. Título

CDU 82-4

CDD 869.4



Flávio Reis é professor
da UFMA desde 1987.
Ruminações é o seu
quarto livro.

MORREU

MARIA

PREÁ